



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ– UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

SARA MUNIQUE NOAL

**"SEJA O QUE DEUS QUISER. EU ESCREVI A REALIDADE."  
CAROLINA MARIA DE JESUS E O REGISTRO DA EXPERIÊNCIA  
SOCIAL DOS TRABALHADORES POBRES NO BRASIL (1920-1970)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ– UNIOESTE  
*CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

SARA MUNIQUE NOAL

**"SEJA O QUE DEUS QUIZER. EU ESCREVI A REALIDADE."  
CAROLINA MARIA DE JESUS E O REGISTRO DA EXPERIÊNCIA  
SOCIAL DOS TRABALHADORES POBRES NO BRASIL (1920-1970)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Aparecida Darc de Souza.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Noal, Sara Munique

"SEJA O QUE DEUS QUIZER. EU ESCREVI A REALIDADE."  
CAROLINA MARIA DE JESUS E O REGISTRO DA EXPERIÊNCIA SOCIAL  
DOS TRABALHADORES POBRES NO BRASIL (1920-1970) / Sara  
Munique Noal; orientador(a), Aparecida Darc de Souza,  
2019.

96 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de  
Ciências Humanas, Educação e Letras, Graduação em  
História Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Literatura . 2. Trabalhadores. 3. Educação. 4.  
Migração. I. Souza, Aparecida Darc de. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

### Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SARA MUNIQUE NOAL, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 26 dia(s) do mês de agosto de 2019 às 14h00min, no(a) Sala 60 - PPGH, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Sara Munique Noal, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Rosangela Patriota Ramos, Lucas André Berno Kölln, Moisés Antiquiera, Aparecida Darc de Souza. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Aparecida Darc de Souza, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: ""SEJA O QUE DEUS QUISER. EU ESCREVI A REALIDADE." CAROLINA MARIA DE JESUS E O REGISTRO DA EXPERIÊNCIA SOCIAL DOS TRABALHADORES POBRES NO BRASIL (1920-1970). ". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Rosangela Patriota Ramos, Lucas André Berno Kölln, Moisés Antiquiera. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a). De acordo com o que está previsto no § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de dissertação de mestrado foi realizada contando com a participação de membro via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, os membros presentes assinam esta Ata e atestam a conformidade da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosangela Patriota Ramos em relação ao resultado de defesa de dissertação e ao conteúdo do parecer.

  
Orientador(a) - Aparecida Darc de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

  
Rosangela Patriota Ramos  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

**Programa de Pós-Graduação em História**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SARA MUNIQUE NOAL, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Lucas André Berno Kölln

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Moisés Antiqueira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Sara Munique Noal

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PARECER DESCRITIVO

Título da Tese: "Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade." Carolina Maria de Jesus e o registro da experiência social dos trabalhadores pobres no Brasil (1920-1970)

Nome do concluinte: SARA MUNIQUE NOAL

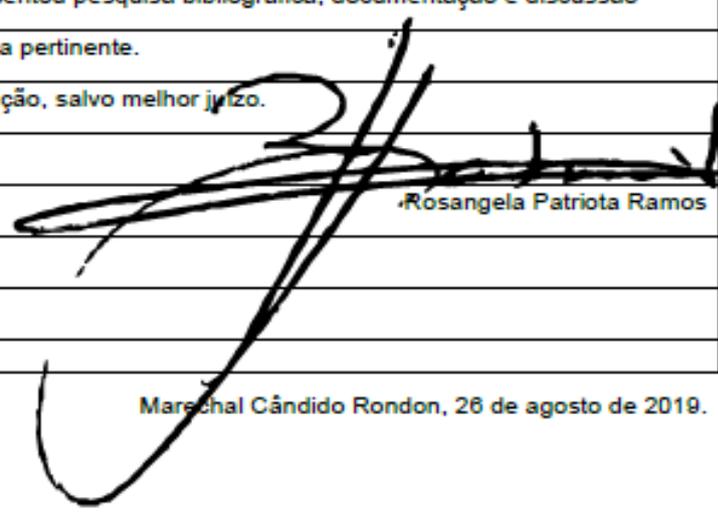
DATA: 26/08/2019

HORÁRIO: 14h

Integrantes da Banca:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aparecida Darc de Souza (Orientador), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosangela Patriota Ramos (UFU), Prof. Dr. Lucas Berno Kolln (UNIOESTE), Prof. Dr. Moisés Antieira (UNIOESTE).

Parecer: Rosangela Patriota Ramos (participação em webconferência)

A candidata Sara Munique Noal, em sua dissertação de mestrado " <i>Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade</i> ". Carolina Maria de Jesus e o registro da
Experiência social dos trabalhadores pobres no Brasil (1920-1970), cumpriu os
requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História pelo
PPGH – UNIOESTE.
Sua pesquisa apresentou pesquisa bibliográfica, documentação e discussão
teórico metodológica pertinente.
Esta é minha avaliação, salvo melhor juízo.

Rosangela Patriota Ramos

Marechal Cândido Rondon, 26 de agosto de 2019.

*Dedico esse trabalho à todos os trabalhadores que, assim como Carolina, resistem cotidianamente as imposições feitas pelos capital, mesmo que cada um à sua maneira. Suas lutas foram a inspiração para a realização desse trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, toda a trajetória que me levou a este momento não foi individual, mas resultado de inúmeras conversas, formais e informais, com todos aqueles com quem compartilho meus dias. Assim, fazer os agradecimentos talvez seja um dos momentos mais difíceis da pesquisa, porque o medo de esquecer ou de não ter palavras para descrever o que significou compartilhar esses mais de 700 dias com cada um, é grande. Mas, vamos lá!

Primeiramente, agradeço minha família, meu porto seguro, que sempre me incentivou a seguir meus sonhos, por mais impossíveis que parecessem. Desde meus pais, tios e tias, primos, avós e até mesmo o Pepe, cada um contribuiu e deu o suporte necessário para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo, Paulo, que durante todo esse tempo esteve ao meu lado, nos dias de alegria, quando tudo parecia se encaminhar, e também nos dias de mau humor, quando tudo parecia perdido, aguentando tudo com paciência e companheirismo.

Aos meus colegas de trabalho, que souberam ouvir e muitas vezes contribuíram em discussões sobre o trabalho e o mundo dos trabalhadores, visto que eles próprios são parte desse lugar. E um agradecimento especial à amiga Claudia, que acompanhou de perto todo o drama, me incentivando a sempre continuar.

Aos meus professores, que ao longo de todo o curso me motivaram a continuar e me ensinaram o que é ser uma historiadora, para além da Academia.

Aos meus colegas de mestrado, que se tornaram verdadeiros amigos, com os quais compartilhei minhas dúvidas, apreensões, discussões teóricas e políticas, algumas vezes acaloradas. Vocês, muitas vezes, foram o diferencial que possibilitou a conclusão dessa pesquisa.

E, por fim, agradeço à orientadora, Cida, que mesmo quando as coisas pareciam não ter “pé e nem cabeça”, não desistiu de mim. Não tenho e, provavelmente, nunca terei palavras para descrever o quanto aprendi com você e como suas orientações foram para muito além dessa pesquisa, proporcionando verdadeiros ensinamentos de vida.

A todos meu MUITO OBRIGADA, nada disso seria possível sem vocês!

*“Deste modo, a mão não é só o órgão do trabalho, é também o produto do trabalho. Apenas devido a ele, devido à adaptação a operações sempre novas, devido a transmissão hereditária do desenvolvimento particular dos músculos, dos tendões e, a intervalos mais longos, dos próprios ossos, devido, em suma, à aplicação incessantemente repetida dessa afinação hereditária a operações novas e cada vez mais complicadas, é que a mão do homem atingiu esse alto grau de perfeição susceptível de fazer surgir o milagre dos quadros de Rafael, das estátuas de Thorwaldsen, da música de Paganini” (ENGELS, Friedrich, 1974, p. 52).*

## RESUMO

NOAL, Sara Munique. "Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade." Carolina Maria de Jesus e o registro da experiência social dos trabalhadores pobres no Brasil (1920-1970). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2019.

A História vista de baixo se consolidou como um campo fértil de estudos que buscaram e buscam produzir uma narrativa que privilegia a análise da sociedade tendo como prisma a experiência dos grupos subalternos. Esta tarefa não é simples, tendo em vista que tais grupos, pela condição social que ocupam na sociedade, não dispõem dos meios e instrumentos necessários para registrar sua história. Encontrar registros escritos feitos por trabalhadores que sintetizem suas formas de ver e sentir-se no mundo é relativamente raro. Deste ponto de vista, ter acesso aos escritos de Carolina Maria de Jesus é quase um privilégio para qualquer pesquisador interessado em conhecer e analisar a vida dos trabalhadores brasileiros. Em seus diários, romances, poesias, provérbios e outros escritos encontramos uma narrativa fortemente impregnada por elementos objetivos e subjetivos da vida de uma mulher negra, pobre e brasileira entre os anos de 1920 e 1970. Ao mesmo tempo, seus textos permitem que nos aproximemos também do cotidiano dos trabalhadores, pois seu campo de reflexão foi sempre dirigido ao mundo que a cercava. Através de sua obra é possível acessar e analisar questões sobre a cultura dos trabalhadores, suas ideias e seu modo de vida. Mais do que isso, essas questões aparecem por meio dos relatos de uma trabalhadora que ousou desafiar o seu lugar social de origem, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para adentrar e permanecer no universo intelectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** *História; Literatura; Trabalhadores; Educação; Migração*

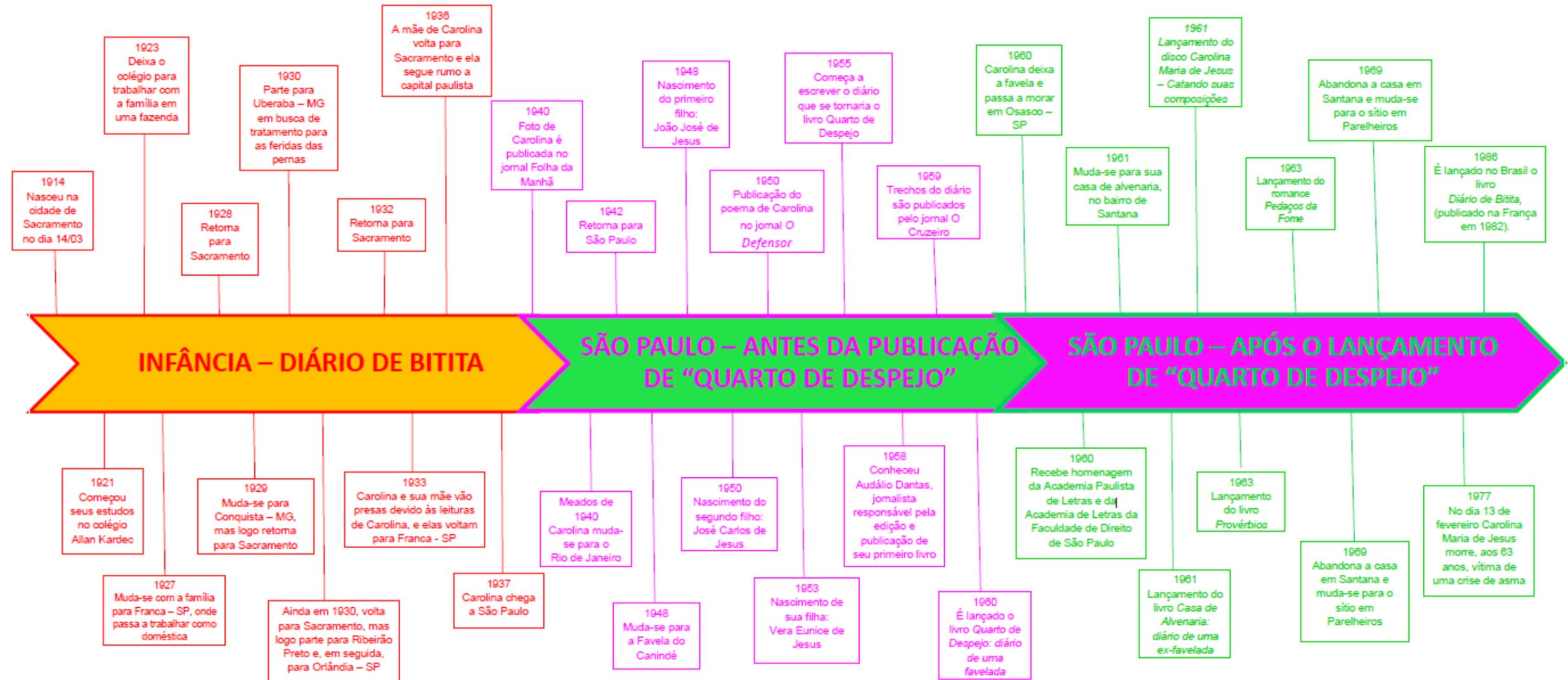
## ABSTRACT

NOAL, Sara Munique. It's in God's hands. I wrote the reality. "Carolina Maria de Jesus and the record of the social experience of the working poor in Brazil (1920-1970). Dissertation (Master's degree) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

The History from below consolidated itself as a fertile field of studies that sought and seek to produce a narrative that privileges the analysis of society having as a prism the experience of subaltern groups. This task is not simple, bearing in mind that such groups, due to the social condition they occupy in society, do not have the necessary means and instruments to record their history. Finding written records by workers who synthesize their ways of seeing and feeling in the world is relatively rare. From this point of view, having access to the writings of Carolina Maria de Jesus is almost a privilege for any researcher interested in knowing and analyzing the lives of Brazilian workers. In her diaries, novels, poems, proverbs and other writings, we find a narrative strongly impregnated by objective and subjective elements of the life of a Brazilian woman, black and poor, between the years of 1920 and 1970. At the same time, her texts allow us to approach also of the daily life of the workers, because their field of reflection was always directed to the world that surrounded it. Through his work it is possible to access and analyze questions about workers' culture, their ideas and their way of life. More than that, these questions appear through the reports of a worker who dared to challenge her social place of origin, demonstrating the difficulties faced by workers to enter and remain in the intellectual universe.

**KEYWORDS:** *History; Literature; Workers; Education; Migration*

# LINHA DO TEMPO DA VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - CAROLINA MARIA DE JESUS: UM OLHAR PARTICULAR</b>	<b>31</b>
1.1 - <i>Em busca de uma definição da obra de Carolina</i>	31 40
1.2 - <i>Carolina: a poesia como destino</i>	
1.3 - <i>Carolina Maria de Jesus: um olhar particular sobre o mundo</i>	49
<b>CAPÍTULO II - CAMPO E CIDADE: DIMENSÕES DO VIVER DAS CLASSES POPULARES NA NARRATIVA DE CAROLINA</b>	<b>62</b>
2.1 - <i>Dimensões do viver das classes populares no campo</i>	62
2.2 - <i>Dimensões do viver das classes populares na cidade</i>	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>92</b>

## APRESENTAÇÃO

Optar por um tema e um tipo de fonte para nossas pesquisas quando ainda estamos na Graduação é um momento decisivo na trajetória de quem pretende seguir no ramo da pesquisa historiográfica. No meu caso, isso se deu logo no segundo ano do curso. Desde que entrei na universidade sabia que queria estudar os trabalhadores. Mas, não sabia como faria isso, nem por intermédio de quais fontes, ou mesmo o ramo de trabalho sobre o qual me debruçaria. Foi na Iniciação Científica, sob a orientação do professor Antonio de Pádua Bosi, que tive a oportunidade de conhecer a literatura como uma fonte possível para a investigação e pesquisa histórica sobre o mundo do trabalho e dos trabalhadores. Lembro-me que quando o professor sugeriu a literatura como fonte de pesquisa, indaguei: “*quando você fala de literatura, está falando nessa literatura normal, de romances?*”. Eu nem fazia ideia que era possível utilizá-la como fonte de pesquisa. Mas, para a minha surpresa, não somente poderia, como se revelou um material riquíssimo para a produção historiográfica.

A pesquisa que desenvolvi durante dois anos na Graduação<sup>1</sup> tinha como objetivo central compreender as relações de trabalho de catadores de papel nas décadas de 1950 e 1960, tendo em vista a ausência do Estado na manutenção de direitos básicos desses trabalhadores marginalizados e as consequências da falta de políticas públicas, como a violência constante, a fome, a falta de saneamento básico, entre outras questões. Naquele momento, utilizei como fontes principais a obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e a peça teatral “Homens de Papel” (1967), de Plínio Marcos. Ambas tratam, de diferentes maneiras e em diferentes momentos históricos, da precarização e da exploração sofrida por trabalhadores, catadores de papel, na cidade de São Paulo.

Estas circunstâncias definiram o meu primeiro contato com as obras de Carolina Maria de Jesus. No decorrer do desenvolvimento desta primeira pesquisa aprendi como a literatura pode ser uma fonte privilegiada para entendermos os modos de viver da classe trabalhadora ao longo do processo histórico, principalmente quando tratamos de uma literatura produzida pelos trabalhadores. Por meio dela podemos observar, por exemplo, disputas em torno de valores importantes para os trabalhadores. Tudo isso é possível visto que a literatura é um produto do homem e, portanto, social e historicamente referenciada. Apesar de serem ficcionais, as obras

---

<sup>1</sup> Sob a orientação do professor Antonio de Pádua Bosi, do Colegiado de História da Unioeste, desenvolvi durante dois anos uma pesquisa de Iniciação Científica que se desdobrou no Trabalho de Conclusão de Curso “História social do trabalho em *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, e *Homens de Papel*, de Plínio Marcos”.

literárias são baseadas em uma realidade concreta, que podem ser um texto de denúncia das injustiças sociais presentes em determinado contexto histórico.

Nesse sentido, ao ler uma obra e, principalmente, ao tomá-la como fonte de pesquisa, é necessário, antes de tudo, entender o momento de produção, tanto histórico como social, dela. Esse exercício nos ajuda a entender parte das motivações do autor e até mesmo ter uma compreensão mais ampla daquilo que está sendo contado.

Nas palavras de Antônio Candido,

Só podemos entender [a obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2006, pp. 13-14).

Além disso, Candido aponta a necessidade de conhecermos o artista, produtor da obra. Segundo ele, “a obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição”, sendo que “os valores e ideologias contribuem principalmente para o conteúdo [da obra]” (CANDIDO, 2006, p. 40). Esse trabalho individual de que fala Candido está relacionado com o momento de escrita das obras, visto que ele responde a anseios próprios do artista. No entanto, devemos ter sempre em perspectiva que as obras são frutos das experiências sociais do artista, visto que o homem é sempre um ser societário e, portanto, não traduzem apenas aquilo que é visto e sentido pelo artista, mas também sentimentos que são compartilhados com seus vizinhos, familiares, tanto na relação com a sua classe, como também nas relações com a classe dominante.

Já há algum tempo, historiadores renomados como E. P. Thompson e Raymond Williams, por exemplo, utilizam obras literárias, de características históricas, como fonte, indício ou hipótese para suas pesquisas. Isso é possível visto que tanto a Literatura como a História podem ser formas de explicar o presente vivido, ou entender determinado contexto.

É dentro deste panorama que adotamos as obras de Carolina Maria de Jesus como fonte privilegiada desta pesquisa para conhecer os modos de vida dos trabalhadores entre os anos de 1920 - 1970. Essa escolha se sustenta, principalmente, pelo fato da autora ter sido uma trabalhadora manual, ao mesmo tempo em que era escritora. Essa perspectiva traz um olhar diferenciado no momento de contar não apenas a sua própria trajetória, mas a de outros trabalhadores com os quais convivia. Nesse sentido, os diários de Carolina nos permitem, ao

mesmo tempo, observar as peculiaridades da trajetória de Carolina, e os traços mais gerais dos modos de viver dos trabalhadores brasileiros no período em questão.

Considerando a complexidade<sup>2</sup> de sua obra, optamos por concentrar nossos esforços na análise de três livros: *Quarto de Despejo* (1961); *Casa de Alvenaria* (1961) e *Diário de Bitita* (1986). Ainda procuramos conhecer o conjunto de sua obra e isto se refletiu na análise dos livros e na própria escrita da dissertação. Mesmo quando tratamos das obras “ficcionais” (romances, contos, poemas), temos que ter noção que elas também revelam dimensões da vida de Carolina e de outros trabalhadores, visto que são fundamentadas nas experiências da autora. Nessa perspectiva, sem ter a pretensão de analisar o conjunto de sua obra, o que buscamos neste estudo foi construir uma visão mais ampla da escrita de Carolina a fim de entender também como ela se constituiu como autora. Por esta razão, foi importante ler seus poemas, provérbios e suas incursões pelo romance. Em cada um dos seus escritos, encontramos dimensões e fragmentos de sua sensibilidade e de suas perspectivas, como autora e como sujeito social.

Seguindo as orientações de Antônio Candido, buscaremos analisar suas obras tomando como referência o contexto social e histórico de sua produção e a própria Carolina como elementos constitutivos do texto literário.

Carolina nasceu em 1914, na cidade de Sacramento (MG) e morreu em 1977 em seu sítio, localizado em Parelheiros, na cidade de São Paulo (SP). Pode-se dizer que Carolina viveu e testemunhou uma série de mudanças ocorridas na vida econômica e política do país. Nasceu sob a égide da primeira República, numa região agrícola que oferecia poucos horizontes para os trabalhadores, fosse no campo ou na cidade. Pela sua condição social o trabalho na roça jamais poderia garantir ganho suficiente para adquirir a própria terra. De outro lado, as cidades do interior representavam um mercado de trabalho fortemente marcado pela precariedade e pela baixa remuneração. Dentro desse universo muito bem matizado de relações sociais, os limites eram muito rígidos e não se via possibilidade de ascensão social. Este quadro ajuda a entender como Carolina e tantos outros viram na cidade grande a possibilidade de romper com os limites impostos pelas práticas de dominação pessoal que marcavam a vida no campo.

---

<sup>2</sup> Além de *Quarto de Despejo* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços da Fome e Provérbios* (1963), há outros livros escritos por Carolina Maria de Jesus que foram publicados após sua morte. O primeiro deles, *Diário de Bitita*, foi publicado na França, em 1977. Graças à investigação de biógrafos e historiadores, foram descobertos inúmeros textos, poesias, composições que expressam a complexidade dos escritos de Carolina, que foram aos poucos sendo revelados: *Um Brasil para brasileiros* (1982), *Meu Estranho Diário e Antologia Pessoal* (1983), *Onde estaes felicidade* (2014) e *Meu sonho é escrever- contos inéditos e outros escritos*. De acordo com o levantamento feito por Raffaella Fernandez (2015), o legado da autora é formado por sete romances, sessenta textos curtos, cem poemas, quatro peças de teatro e 12 letras de marcha de carnaval.

Neste sentido, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro provocavam grande fascínio em jovens trabalhadores, que a elas se dirigiam em busca de uma vida melhor. A intensa industrialização, aliada a uma propaganda massiva em torno das oportunidades de trabalho, alimentavam o sonho de que nesses lugares haveriam maiores oportunidades de se ter “uma vida melhor”, principalmente do ponto de vista material. Todavia, nem sempre a expectativa se realizava. A frustração já começava pela falta de documentação dos trabalhadores migrantes, seguida da falta de qualificação exigida para a realização de determinados trabalhos, além da ausência de relações sociais (familiares ou de parentesco) e, portanto, de referências (DUHRAM, 1984, p.149-155). Tudo isso encaminhava esses trabalhadores, muitas vezes, para a marginalidade e o subemprego.

Em sua trajetória, Carolina viveu o chamado processo de modernização conservadora e autoritária (MENDONÇA, 1985), caracterizado entre outras coisas por uma urbanização e industrialização fundadas na superexploração dos trabalhadores. Ambas as questões aparecem com frequência nas obras, principalmente em *Quarto de Despejo*. No que tange à urbanização, podemos observar na experiência de Carolina a segregação dos espaços sociais a partir das reformas urbanísticas. A própria formação da favela do Canindé foi resultado desse processo, visto que os pobres foram expulsos dos centros urbanos após a demolição dos cortiços e albergues noturnos.

Já em relação à industrialização e à exploração dos trabalhadores, Carolina relata mais a situação dos trabalhadores marginalizados, visto que tanto ela como também seus vizinhos mais próximos viviam essa condição. Mas, isso também é decorrência da situação de empregabilidade da época: a falta de empregos, a necessidade de especialização e a superexploração eram questões que atravessavam a vida da classe trabalhadora. Exemplo disso é a seguinte narrativa feita por ela: “... De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários” (JESUS, 2014a, p. 40). Assim, os escritos de Carolina vão revelando situações que contrapõem aquela visão hegemônica de que São Paulo, a partir da década de 1930, seria a cidade da oportunidade de melhoria das condições de vida.

Como já apontado, grande parte da trajetória de Carolina foi relatada por ela em seus diários pessoais, mas também nos contos, poesias, romances, entre outras formas de expressão escrita.

O primeiro livro publicado por ela foi *Quarto de Despejo*. Este livro diz respeito a vida na favela do Canindé, entre 1955 e 1960. Publicado em 1961, em pouco tempo se tornou um

sucesso de vendas em todo o mundo. Nele, podemos observar o cotidiano de Carolina e de outros trabalhadores que residiam na favela do Canindé e a precariedade das condições de vida e de trabalho que os cercava.

*Casa de Alvenaria* é o segundo diário publicado e que compõe a trilogia de sua autobiografia. Embora também tenha sido publicado em 1961, este diário se diferencia muito do primeiro, pois nele Carolina conta a experiência de seu primeiro ano como escritora publicada e reconhecida, em certa medida. No entanto, mais do que uma “vida de flores”, em que percebemos uma melhora significativa na condição material de Carolina (não passava mais fome, morava em uma casa confortável), o preconceito em relação ao seu passado ainda permanecia, ficando evidente em determinados momentos. Assim, a visão apresentada por Carolina nesta obra, agora inserida em um novo lugar social, se confronta em muitos aspectos com as de *Quarto de Despejo*, enriquecendo ainda mais as possibilidades de análise dos modos de viver e as relações sociais estabelecidas pela classe trabalhadora.

Após a publicação dos diários, Carolina parte para um novo mote literário, de cunho mais ficcional. Publica, em 1963, o romance *Pedaços da Fome*. A peculiaridade desta produção é que Carolina não conseguiu editores, e resolveu custear e editar tudo por conta própria. O livro não teve nem de perto o sucesso e a aceitação dos diários, principalmente o primeiro, mas isso não impediu Carolina, que no mesmo ano ainda publicou o livro *Provérbios*. Como o próprio título revela, ele é um conjunto de provérbios, ou como ela coloca, “advertências em forma de conta-gôtas” (JESUS, 1963).

*Diário de Bitita*, que encerra a trilogia dos diários e que corresponde à infância de Carolina, foi publicado no Brasil em 1986. Ele foi dividido em pequenos capítulos que contam algumas situações vivenciadas pela autora desde os cinco anos, até sua ida para São Paulo, em 1937. Carolina nos conta sobre o ingresso na escola, o processo de aprendizagem, a relação com a família, mas também a exploração e o preconceito vivido enquanto trabalhadora pobre e negra.

Além dessas obras, também utilizaremos dois contos, “Favela” e “Onde estaes Felicidade?”, ambos publicados em 2014 no livro de mesmo título do segundo conto. No conto “Favela”, Carolina narra a sua trajetória entre a chegada em São Paulo e a mudança para a favela do Canindé, o nascimento dos filhos e a construção de seu barraco. “Onde estaes felicidade?”, apesar de ser ficcional, contém indícios sobre a vida e os costumes de Carolina e de outros trabalhadores, mas a partir de uma perspectiva diferente: que busca “fugir” da realidade vivida.

A existência de uma literatura produzida diretamente por alguém das classes populares atraiu o olhar de muitos pesquisadores e estudiosos de diferentes áreas, como Letras e Antropologia<sup>3</sup>. Além disto, no campo da História, existem os trabalhos de referência de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine.

Dentro deste universo de livros, dissertações, teses e artigos selecionamos os estudos de caráter biográfico sobre Carolina para recuperar a forma como ela tem sido traduzida social e historicamente pelos textos acadêmicos. A escolha pelos estudos biográficos nos pareceu a mais correta, pois consideramos que as obras de Carolina são, em grande parte, autobiográficas, recuperam experiências, sentimentos, e trajetórias pessoais vividos ao longo da vida, desde a infância. A obra biográfica, pelas suas características, nos ofereceu um importante contraponto para refletir sobre os sentidos da obra de Carolina enquanto um exercício de autotradução, de explicação de si, de suas escolhas, de suas ações, de seus acertos e desacertos, de seu sofrimento, de sua alegria, de suas vitórias e derrotas. Sob esta perspectiva, procuramos estabelecer um diálogo com os estudos que pautaram Carolina, que procuraram narrar sua história de vida e organizá-la a partir de um olhar ao mesmo tempo compreensivo e analítico.

Assim, uma obra que nos ajuda a compreender de forma mais “organizada” a trajetória de Carolina é a biografia de Tom Farias (2017). O próprio autor reconhece que Carolina “está sempre nos desafiando a buscar por ela em lugares e situações cada vez mais misteriosos e intrincados” (FARIAS, 2017, p. 8). Apesar de muita coisa que se encontra nessa obra já ser de conhecimento de quem leu os diários de Carolina, algumas informações são inéditas, como por exemplo, o fato de Carolina ter morado durante dois anos no Rio de Janeiro. Essas revelações feitas por Farias permitem ter um novo olhar sobre a autora, mais completo, que desmistifica aquela tentativa de idealização muitas vezes atribuída à figura de Carolina.

Uma reportagem trazida por Farias, concedida por Carolina ao jornal carioca *A Noite*, é um exemplo disso. Nos trechos transcritos observamos uma Carolina mais “despojada”, que fala sobre sua sina de ser poetisa quase como um castigo, do qual ela não pode fugir. Apesar de

---

<sup>3</sup> Dentre alguns artigos que tratam da vida e da literatura de Carolina Maria de Jesus, podemos citar: GONÇALVES, Marco Antonio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, nº 42, p. 21-47, jul./dez. 2014. MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; ROSA, Sonia. Impactos sociais da escrita de Carolina Maria de Jesus na escola. *Revista Palimpsesto*, Rio de Janeiro, Ano 17, nº 26, p. 254-271. 2018. AZERÊDO, Sandra. A favela escrita de Carolina Maria de Jesus. *Revista Mental*, v.6 nº 11 Barbacena dez. 2008. CORONEL, Luciana Paiva. Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus. *Revista IPOTESI*, Juiz de Fora, v.15, nº 2, p. 63-71, jul/dez. 2011. MITSUUCHI, Jéssica Tomiko Araújo. Contextos, reflexões e análises: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. *Revista Vernáculo* nº 41 – primeiro semestre /2018.

não ser novidade que Carolina acreditava ser a poesia seu destino inato, sempre parece que ela entende isso como algo sublime, como um dom divino, mas aqui é diferente, como quando ela fala “Entre o fogão e as panelas, só o diabo da poesia me tentava...” (FARIAS, 2017, p. 116). Essa postura de Carolina nos revela, entre outras coisas, as dificuldades em ser uma mulher pobre, negra, que precisava trabalhar para se sustentar, mas ao mesmo tempo tinha o sonho de ser uma escritora, uma poetisa.

Ainda dentro do campo biográfico, mas diretamente interligado à historiografia, temos a importante contribuição dos historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine (provavelmente os primeiros a se dedicarem a pesquisar essa importante personagem de nossa literatura). É preciso ressaltar que foi por intermédio de Meihy e Levine que hoje temos acesso a uma parte considerável dos escritos de Carolina.

Algumas das obras desses historiadores são de difícil acesso, muitas disponíveis apenas na Biblioteca da Universidade de São Paulo – USP, como é o caso de *Meu Estranho Diário*. Esta obra teve como objetivo a “reorganização” do livro *Quarto de Despejo*, editado por Audalio Dantas, onde Meihy e Levine buscaram trazer uma perspectiva mais completa dos manuscritos do diário, sem tantos cortes e supressões de trechos. No caso de Meihy e Levine, os autores tinham como objetivo evidenciar uma Carolina mais humanizada, que “errava” e “acertava” na medida em que ia vivendo o dia-a-dia. Já em relação a Tom Farias, não sabemos se essa era uma intenção proposital, ou se a própria narrativa da história destacou esse prisma.

Ainda dentro das produções biográficas de Meihy, essa perspectiva sempre aparece em evidência, incluindo as de produção individual. É o caso, por exemplo, do livro *Antologia Pessoal*. Obra organizada por Meihy, na qual ele reuniu os poemas escritos por Carolina Maria de Jesus. O mais interessante da obra é que, ao mesmo tempo em que publica os poemas, Meihy vai analisando os sentidos dessas produções dentro da experiência de Carolina. Assim, vai se revelando uma Carolina saudosista, conservadora, politizada, que utilizava dos versos para dar vazão ao espectro de seus posicionamentos enquanto sujeito histórico, sendo as próprias poesias um reflexo das experiências vividas por ela ao longo da vida.

Esse entendimento de Meihy também se estende ao campo da História, visto que sua formação é de historiador. Uma das principais contribuições desse pesquisador para a nossa discussão é o artigo “Emblemas do Silêncio”. A questão que se destaca é a da democracia literária e da cultura acadêmica, que segundo Meihy ainda resistem em dialogar “com outros códigos que não sejam os estabelecidos pelos pares que, aliás, também fazem parte do mesmo coro” (MEIHY, 1998, p. 84). Apesar de breve, esse artigo é uma importante chave de

questionamento sobre a recepção e a aceitação de Carolina enquanto escritora, além de nos dar indícios da relação entre essas questões com o próprio momento histórico em que as obras foram publicadas<sup>4</sup>.

No que tange à crítica literária, os trabalhos de Rafaella Fernandez também foram de grande relevância para esta pesquisa. Fernandez já pode ser considerada como referência para estudarmos a literatura de Carolina Maria de Jesus. Por meio dela temos acesso a dois contos inéditos de Carolina, “Onde estaes felicidade?” e “Favela”, publicados em 2014 em parceria com Dinha<sup>5</sup>. Apesar de ambos serem importantes para entender a totalidade da obra de Carolina, o segundo é fundamental no que tange à trajetória da escritora, visto que se trata também de um conto autobiográfico, no qual Carolina narra os anos em que viveu no centro da cidade de São Paulo, no momento em que acontecia a “reestruturação arquitetônica” da cidade, com a demolição dos cortiços e albergues noturnos, a formação da favela e o nascimento de seus filhos.

Outra contribuição de Fernandez para esta pesquisa foi sua tese de doutoramento “Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus” (2015)<sup>6</sup>, na qual ela buscou analisar e organizar cartograficamente os manuscritos de Carolina, principalmente no que tange aos poemas. Para que isso fosse possível, Fernandez também analisou a trajetória de vida e as autobiografias de Carolina, visto que sua produção literária estava fortemente vinculada às suas experiências. Nesse sentido, as produções de Fernandez nos ajudam a compreender Carolina enquanto escritora, e o que isso representou no decorrer de sua trajetória. Além disso, ela busca compreender o processo criativo de Carolina a partir da sua “perambulação” pela cidade, ou como ela mesma aponta:

---

<sup>4</sup> Muitas páginas seriam necessárias para abordar toda a contribuição de Meihy para compreendermos Carolina enquanto escritora e como fonte de pesquisa. No entanto, selecionei aqueles que mais contribuíram com essa pesquisa. Dentre algumas produções mais relevantes de Meihy temos:

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. (Org.). **Meu Estranho Diário - Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Xamã, 1996; MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. S. B. **Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; MEIHY, J. C. S. B. **Os fios dos desafios: o retrato de Carolina Maria de Jesus no tempo presente**. In: Vagner Gonçalves da Silva. (Org.). *Os fios dos desafios: o retrato de Carolina Maria de Jesus no tempo presente*. 2ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2004.

<sup>5</sup> Dinha, pseudônimo de Maria Nilda de Carvalho Mota é uma professora e escritora brasileira. "Doutoranda da área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, leciona na rede pública municipal de ensino, é autora dos livros *De passagem mas não a passeio* (2008), *Onde escondemos o ouro* (2013) e *Zero a zero - quinze poemas contra o genocídio da população negra* (2015). Dinha é também integrante fundadora do selo independente Edições Me Parió Revolução". Para mais informações acessar <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182017000200263](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200263)> acessado em 09/07/2019 às 15:42.

<sup>6</sup> Recentemente, essa tese foi publicada como livro: FERNANDEZ, Rafaella. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aétia, 2018.

Essa escritora é não somente uma impossibilidade de escritor tradicional como também é criadora de uma escrita a partir da impossibilidade e da vulnerabilidade da vida marginal dentro de uma cidade vista por ela como “uma bolsa elástica” onde tudo cabe e tudo se mescla de maneira arbitrária e simultânea (FERNANDEZ, 2015, p. 284).

Apesar das diferenças de cada uma das obras utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa, sendo elas biográficas, históricas ou de outros campos das ciências sociais, uma questão que fica evidente é a importância de cada uma delas para a construção da identidade de Carolina Maria de Jesus não apenas enquanto escritora, mas como sujeito histórico. Cada uma delas nos permite uma ampliação das fontes, tanto em relação a fatos como em complexidade, já que tratamos aqui de uma trajetória de vida (e não qualquer trajetória).

Porém, o que mais nos chama a atenção nos diversos estudos sobre Carolina e sua obra é que em todos eles Carolina figura como uma *outsider*. Os estudos biográficos e literários revelam uma mulher que vivia às turras com pessoas que, como ela, eram pobres e viviam na favela. Ademais, seus textos parecem não ter alcançado o público popular, as pessoas retratadas em sua obra não leram seus textos, que se restringiram a um universo de leitores curiosos e formado por jornalistas e especialistas. Este fato, porém, não impediu que os críticos mais duros colocassem em dúvida o caráter literário de seus textos. Assim como sua obra, Carolina parecia não encontrar lugar no mundo. Não era apreciada entre os trabalhadores e não era aceita pela classe média.

É a partir deste não lugar que buscamos explorar os textos de Carolina para nos aproximarmos do cotidiano e da vida dos trabalhadores. Em sua narrativa e descrição, Carolina está ao mesmo tempo próxima e distante da realidade que a cerca. Embora sua experiência de viver e trabalhar seja compartilhada, ao narrar e descrevê-la em seus textos, ela mobiliza um conjunto de saberes e linguagens de outra classe. Neste sentido, as tensões sociais não fazem parte apenas do conteúdo de sua obra, mas de sua própria construção.

As obras de Carolina são resultado de uma complexa experiência do mundo do trabalho e dos trabalhadores. Ela nos revela elementos de sua cultura, de seus modos de vida, de suas lutas cotidianas e, principalmente, valores morais que compõem o universo dos trabalhadores. No decorrer das obras, vamos observando como Carolina aborda essa questão frequentemente, como em *Provérbios*, por exemplo, no qual em vários “conselhos” aponta a importância da honestidade, do trabalho, da educação, entre outros. No entanto, o que nos interessa aqui, além de compreender esses valores para os trabalhadores, é entender como eles são construídos historicamente, a partir da relação entre a classe trabalhadora e a classe dominante.

No prefácio de *O Queijo e os Vermes*, Ginzburg aponta que “os termos do problema mudam de forma radical entre a proposta de estudar não ‘a *cultura produzida* pelas classes populares’ e sim a ‘*cultura imposta* às classes populares” (GINZBURG, 2006, p. 13). A cultura da classe popular, ou da classe trabalhadora, corresponde a um conjunto de valores, crenças, hábitos, modos de viver, próprios desses sujeitos.

No entanto, muitas vezes, ao partirmos para a análise da *cultura da classe trabalhadora* - ou no caso do historiador, as fontes produzidas por ela - o nosso olhar já está condicionado por um conjunto de valores que nos é imposto, a partir de uma cultura da classe dominante. Ao invés de estudarmos a *cultura imposta* às classes populares, como apontou Ginzburg, estudamos a *cultura das classes populares*, mas a partir de um conjunto de "valores" que nem sempre fazem parte dessa cultura. Assim como o problema ressaltado por Ginzburg, esse “olhar viciado” também muda radicalmente os sentidos de nossa análise, pois busca “forçar” uma visão que não faz parte da cultura popular, que está fora do universo dos trabalhadores.

Já em "Costumes em Comum", Thompson aponta que,

Ao examinarmos o comportamento das classes trabalhadoras no século XVIII, sentimos que é necessário 'decodifica-lo' e decodificar suas formas de expressão simbólica, revelando as regras invisíveis, distintas daquelas que os historiadores dos movimentos operários subsequentes se habituaram a esperar (THOMPSON, 1998, p. 20).

Guardando as devidas ressalvas quanto às posições teóricas e metodológicas de cada um dos autores, ambos nos apontam questões importantes a serem debatidas na produção historiográfica. Tanto Ginzburg como Thompson estudaram trabalhadores, seus costumes e modos de viver, a partir de elementos que eram parte da experiência deles. Ginzburg usa como fonte um processo inquisitorial do século XVI, do moleiro Domenico Scandella, mais conhecido como Menocchio, que foi acusado de heresia pela Igreja por causa de suas ideias "revolucionárias", resultado das próprias mudanças históricas, como o surgimento e difusão da imprensa, a difusão da escrita (livros) e a Reforma Protestante que, ao se confrontar com um conhecimento tradicional, resultava numa cultura oral, que produzia significados próprios. Thompson, por sua vez, analisou as diversas manifestações simbólicas dos trabalhadores no século XVIII, que eram reveladoras de costumes, tradições que se confrontavam com as pressões que o capitalismo nascente impunha, para "reformatar" a sua cultura (THOMPSON, 1998, p. 13).

Embora Ginzburg trabalhe com o conceito de "circularidade cultural" e Thompson com a ideia de embate, "luta de classes", em ambos os casos podemos observar como as relações

entre a "cultura popular" e a "cultura erudita" são complexas, controversas e, principalmente, os resultados que essas relações produzem na vida, e nos modos de viver, dos trabalhadores ao longo da história.

Exemplo disso são os estudos acerca da cultura popular, na Idade Média e no Renascimento, feitos por Mikhail Bakhtin, por meio das obras de Rabelais. A perspectiva de Bakhtin está próxima da de Ginzburg, visto que é inspirado nas produções bakhtinianas que Ginzburg desenvolve o conceito denominado de "circularidade cultural" (o qual aparece apenas de forma implícita na obra de Bakhtin).

Na introdução de "A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais", Bakhtin propõe "colocar o problema da cultura cômica popular na Idade Média e no Renascimento, discernir suas dimensões e definir previamente suas características originais" (BAKHTIN, 1993, p. 3). Nesse sentido, o autor analisa como a cultura cômica popular aparece ao longo do processo histórico, partindo da antiguidade, até chegar à modernidade, tendo em vista as mudanças que ela sofre, as reinterpretações dessa cultura e, principalmente, a relação delas com a cultura das classes eruditas.

É importante observarmos que as "festas populares" na Idade Média, como o carnaval, se diferenciavam das "festas oficiais", desde a organização até a finalidade de cada uma delas. Dentre as inúmeras diferenças podemos destacar as seguintes: "(...) o carnaval era o triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, da abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus" (BAKHTIN, 1993, p. 8), enquanto que "nas festas oficiais, com efeito, as distinções, hierárquicas destacavam-se intencionalmente, cada personagem apresentava-se com as insígnias dos seus títulos, graus e funções e ocupava o lugar reservado para o seu nível" (BAKHTIN, 1993, p. 9). Essa postura adotada pelas classes populares durante o carnaval não era uma simples "fantasia", segundo Bakhtin, pois nesse momento o carnaval se tornava a própria vida do povo, sendo que durante esse tempo "o jogo se transformava em vida real" (BAKHTIN, 1993, p. 7).

Apesar das diferenças, no entanto, as festas populares sempre possuíam uma ligação, mesmo que externa, com as festas oficiais, religiosas (BAKHTIN, 1993, p. 7). O carnaval, por exemplo, ocorria nos últimos dias antes da quaresma. Mesmo não ligado diretamente a nenhuma festa religiosa, se ligava a uma "tradição" religiosa. É interessante analisarmos como, apesar de não estarem diretamente ligadas, ambas se "complementam", principalmente tendo em vista as características de cada uma, reforçando a ideia de "ligações externas" proposta por Bakhtin.

Enquanto o carnaval era uma festa em que a liberdade pode ser considerada o tema principal, como já apontado anteriormente, visto que toda a hierarquia social era rompida, os desejos da carne eram enaltecidos (como a comida, a bebida e o sexo), a quaresma era o período cristão de preparação para a “festa pascal” (de 40 dias), sendo que durante esse período era recomendado o jejum, a abstinência de carne, mortificações, caridade e orações. Ou seja, a quaresma é um período marcado pela dor e tristeza que antecede a morte de Jesus Cristo.

A relação entre ambas aparece quando analisamos o significado de cada uma. A quaresma tinha como princípio a reflexão sobre a morte e a vida dentro da perspectiva cristã: Jesus morreu para expiar os nossos pecados e assim a penitência, o jejum e, principalmente, a caridade eram uma forma de reconhecer e perpetuar o seu sacrifício. Mas era no carnaval (nessa festa “pagã”) que as relações sociais verdadeiramente se horizontalizavam ou, como apontou Bakhtin, era nesse momento que o “autêntico humanismo que caracterizava essas relações não era em absoluto fruto da imaginação ou do pensamento abstrato, mas experimentava-se concretamente nesse contato vivo, material e sensível” (BAKHTIN, 1993, p. 9).

Nesse sentido, o carnaval era uma festa tipicamente popular, porém estava diretamente ligada às festividades oficiais ou da classe dominante. O que Bakhtin nos apresenta é uma visão interligada entre a cultura popular e a cultura erudita, e como, apesar das mudanças, elas permaneceram interligadas ao longo dos séculos.

Esta é uma questão que atravessa toda a obra de Carolina porque ela, ao mesmo tempo que enuncia sua visão de mundo, revela as relações sociais que nela estão imbricadas. Como mulher, negra e trabalhadora, ela apresenta valores morais cuja construção se deu no terreno conflituoso da luta de classes. Por esta razão, não é possível caracterizar seu modo de ver e descrever o mundo à sua volta como uma expressão pura da classe trabalhadora: ela construiu seu olhar numa relação direta com as formas de opressão e resistência simultaneamente e dialeticamente. Por esta razão cabe em seu vocabulário palavras duras não apenas contra o patrão, mas também contra seus iguais, os quais em diversos momentos julga moralmente dentro dos termos da ideologia dominante. Isso pode ser visto em vários de seus poemas, como podemos observar nos versos a seguir:

O ébrio é um inciente  
 E aborrece diariamente  
 Não tem valor o seu depoimento  
 No poder judiciário  
 Sua existência é abjeta  
 E o seu vício lhe acarreta  
 A cruz do seu calvário

(...)  
 O ébrio é péssimo vizinho  
 Pois não trata com carinho  
 Os que estão a seu redor (JESUS, 1966, pp. 56-57).

Este olhar moralista pode ser visto como algo intrínseco à própria classe trabalhadora, mas ele decorre de um longo processo histórico de construção de valores, como já observado por Thompson ainda no século XVI. Todavia, se nos perguntarmos "quem construiu esse discurso?", teríamos uma resposta imediata? Fomos nós? Nossos pais ou avós, também parte da classe trabalhadora? Ou será que esse discurso vem de fora, "de cima", a partir de uma visão dominante, de uma classe dominante? E se esse discurso não faz parte da classe, por que o reproduzimos incessantemente? Quais as consequências desse discurso para os trabalhadores? Como os trabalhadores vivem a contradição entre o discurso e a própria experiência vivida?

Assim, devemos ter em mente que os direitos, as condições de vida e de trabalho muitas vezes são associadas aos modos de viver, aos costumes da classe trabalhadora. Como apontado acima, existe um mito de que as precárias condições materiais em que vive grande parte da população brasileira são reflexos dos modos de viver desses sujeitos, que não colocam o trabalho como finalidade primeira em suas vidas, ou que "não conseguem porque não querem". Essas questões, apesar de muito presentes na atualidade, não são novas na experiência de trabalhadores, não apenas do Brasil, mas de todo o mundo.

Como já ressaltado, Thompson dedicou parte de sua carreira para compreender e analisar como os costumes e tradições da classe trabalhadora motivaram greves e motins desde o início da Revolução Industrial. Na introdução de "Costumes em Comum" o autor aponta que,

Com frequência, a invocação do "costume" com respeito a um ofício ou ocupação refletia uma prática tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito. Em 1718, por exemplo, quando os fabricantes do Sudoeste tentaram ampliar em meia jarda cada peça de pano, os tecelões se queixaram de que isso contrariava "a lei, os usos e os costumes de tempos imemoriais". E em 1805, os gráficos de Londres reclamavam que seus empregados abusavam da ignorância dos trabalhadores diaristas "rejeitando ou discutindo o que constituía um costume, e se recusando a reconhecer os precedentes, que até o momento tem sido a única referência existente". Muitas das disputas clássicas do início da Revolução Industrial diziam respeito tanto aos costumes como aos salários e condições de trabalho (THOMPSON, 1998, pp. 15-16).

No trecho, podemos perceber como a experiência vivida e o costume se confrontavam com as novas exigências trazidas pelo capitalismo, não se restringindo apenas às condições de trabalho e salário, embora essas também fossem pautas defendidas pelos trabalhadores. Guardando as devidas ressalvas em relação ao momento histórico, ao contexto histórico e ao

próprio território geográfico analisado por Thompson, podemos nos perguntar também como esses embates aparecem no processo histórico de formação da classe trabalhadora brasileira

Assim como os direitos conquistados pelos trabalhadores foram (e ainda são) resultado de lutas e enfrentamentos ao Estado e ao próprio capital, a preservação dos modos de viver, dos costumes e das tradições também sobreviveram por meio do embate. É nesse sentido que buscaremos analisar as obras de Carolina, tentando compreender os embates entre uma “moralidade” vinda de fora, de cima, a partir de uma visão da elite e do capital, e a “moralidade” produzida a partir da experiência vivida por trabalhadores.

No capítulo "Exploração", Thompson também aponta como é quase consenso entre os historiadores de diferentes correntes de pensamento que "os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais" (THOMPSON, 1987, p. 13).

No entanto, o que Thompson busca fazer é demonstrar, a partir das evidências, como esse processo foi mais complexo do que se colocava. Segundo ele, "não podemos assumir qualquer correspondência automática ou excessivamente direta entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social ou cultural" (THOMPSON, 1987, p. 15). O autor, ao que tudo indica, não nega as transformações que a Revolução Industrial operou nas relações sociais, mas busca demonstrar como essas mudanças não foram simplesmente impostas ou acatadas, mas disputadas, muito antes da formação da classe operária moderna, por aqueles que desejavam manter suas tradições e costumes: pequenos artesãos, sapateiros, tecelões, que viam seus modos de vida, sua cultura, serem destruídos pela nova realidade que surgia.

É certo que após a Revolução Industrial um novo ritmo de trabalho e um novo conjunto de valores morais, foram impostos aos trabalhadores a partir “de cima”, de uma realidade que era alheia a esses sujeitos. Mas, assim como os estudos de Thompson nos mostram como esse processo foi amplamente disputado na Inglaterra do século XVIII, também parto do pressuposto de que essas disputas ainda permanecem. Mesmo agora, quando podemos observar o capitalismo já consolidado, com relações sociais mais complexas. Apesar de os costumes não serem os mesmos dos trabalhadores do século XVIII, algumas questões permanecem.

Assim, do ponto de vista histórico, as obras de Carolina podem ser fontes importantes para compreendermos e desenvolvermos as questões acima apresentadas. Carolina, apesar de ser escritora, era, antes de tudo, trabalhadora. As produções de Carolina podem ser encaradas

como evidências que nos permitem observar como esses embates em torno dos valores (e dos próprios modos de viver) são construídos, tendo, em muitos casos, o Estado como reprodutor de um determinado "padrão moral" socialmente aceito. Nas obras de Carolina, é possível entender este processo, mas tudo isso a partir de uma visão "de baixo", ou da "gente comum" (HOBSBAWM, 2001, p. 216).

O fato de Carolina narrar e escrever suas obras e ser ela mesma o personagem principal dos dramas é o que torna o conjunto de suas obras relevantes do ponto de vista da história social. No caso de Carolina, sua própria experiência é articulada (ou pode ser) à experiência histórica de seu próprio tempo, à de sua classe, de sua racionalidade, de uma educação, enfim, de áreas que são vistas em quadros tão sensíveis que nos fazem enxergar criticamente nossa própria experiência. Thompson, em "A Miséria da Teoria", aponta que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência humana] - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, pp. 225-226).

Nesse sentido, a experiência aparece de forma dialética. Embora a visão parta "de baixo", da própria classe trabalhadora, ela está diretamente influenciada (ou determinada) por uma visão "de cima". Assim, ambas influenciam as ações dos trabalhadores. É essa a questão que aqui se destaca. No caso de Carolina, a sua "experiência" é traduzida na imaginação literária, tornando-se parte das obras. Mas, essa experiência também está – ou pode estar – articulada às experiências de sua classe: a realidade social e ao momento histórico em que estava inserida, de forma sensível e complexa.

A experiência, traduzida nos textos literários, ainda nos permite captar elementos menos palpáveis da história dos trabalhadores ou, como aponta Ligia Chiappini Leite, "vestígios que se captam pela sensibilidade, intuição ou imaginação, por metáforas mais que por conceitos" (LEITE, 2014). Tudo isso, no entanto, deve estar conectado às operações fundamentais da história, como a crítica documental, com aferições de hipóteses, inferências a partir de uma história comparada (de trabalhadores que partilham de experiências semelhantes) e um intercâmbio com a historiografia do período que possibilite nela perceber teses, hipóteses e questões que orientem a investigação histórica.

Dessa forma, esta dissertação está dividida em dois capítulos. No primeiro buscaremos situar a obra de Carolina dentro do universo da pesquisa. Em certa medida isto implicou em discutir os elementos (auto)biográficos presentes em sua obra e, ao mesmo tempo, indicar suas peculiaridades. Além disso, buscaremos observar o caráter de memória que o texto dela carrega. Mas, não se trata de uma memória apenas pessoal, mas de um tempo, de uma forma de viver de uma sociedade e seus dilemas.

As obras de Carolina são datadas. Por esta razão, o processo de reelaboração de sua história pessoal e compartilhada se dá à luz da herança que ela carrega e pelo presente em que vive e escreve suas memórias e testemunho. A partir dessas questões, buscaremos encaminhar a discussão para compreender como a análise da obra-memória de Carolina pode contribuir para um estudo dos modos de viver e pensar dos trabalhadores.

Ainda neste capítulo, trataremos de apresentar quem foi Carolina Maria de Jesus, tendo em vista a sua trajetória de fazer-se trabalhadora e escritora. Quase toda a vida de Carolina foi marcada pela tentativa de conciliação entre o trabalho e a escrita. Ao mesmo tempo em que trabalhava em diferentes ocupações (catadora de papel, doméstica e lavadeira de roupa, por exemplo), também buscava continuar seus estudos de forma autônoma, lendo livros, revistas e jornais e escrevendo as próprias histórias. Essa conciliação não foi simples ou fácil. Mas, nos permite observar – a partir da perspectiva da própria classe trabalhadora – um longo processo histórico que, ao mesmo tempo em que limitou o acesso da classe trabalhadora ao ensino institucionalizado, de qualidade, vendeu um discurso de que a educação seria uma chave de acesso para o sucesso – do ponto de vista social e financeiro.

Essas questões aparecem ao longo do processo de "fazer-se" trabalhadora e escritora. Assim, a principal questão a ser analisada nesse momento é a relação - e a dissociação - entre a "cultura popular" e a "cultura erudita"<sup>7</sup> ao longo da trajetória de Carolina, tendo em vista o seu lugar social e a relação - dialética - entre o trabalho e a escrita. Para tal, utilizaremos como base estudos de Edward Thompson, sendo que esse autor trabalhou com essa temática na produção literária de trabalhadores. Neste caminho, procuramos ainda observar a tensão entre a "moralidade oficial", imposta a partir "de cima" e absorvida acriticamente, e a "moralidade popular" que se constrói na práxis (THOMPSON, 1998, p. 20) a partir da visão que Carolina

---

<sup>7</sup> E.P. Thompson, no artigo "Educação e Experiência", analisa as relações estabelecidas ao longo dos séculos XVIII e XIX, entre a "cultura popular", forjada na experiência, no costume e na tradição dos trabalhadores (ou das classes populares) e a "cultura erudita", uma cultura restrita às elites, aprendida por meio da instrução formal. O mais interessante é que Thompson não se limita a analisar a hierarquização da "cultura erudita" em relação à "cultura popular" ao longo do processo histórico, mas também aponta a necessidade de uma interrelação entre ambas as culturas, ou "uma dialética entre a educação e a experiência" (THOMPSON, 2002).

tinha da educação e dos modos de viver dos trabalhadores. O próprio lugar social e momento histórico do nascimento de Carolina já podem nos ajudar a compreender parte desse processo.

No segundo capítulo, analisaremos as formas de viver dos trabalhadores brasileiros no campo, nas cidades e nos grandes centros urbanos, por meio do olhar dirigido por Carolina para essa experiência, também vivenciada por ela. Para tal, alguns temas foram selecionados, como as condições de moradia, a exploração no trabalho e a carência material, a criminalização e a estigmatização sofrida pelos trabalhadores pobres e, em sua grande maioria, negros.

Dentro dessa perspectiva, o contexto social, político e econômico do período aparece como impulsionador do grande fluxo migratório vivido pelos trabalhadores no decorrer do século XX, que viam na cidade uma possibilidade de melhoria de vida. Assim, por meio dos escritos de Carolina, podemos observar a realidade encontrada por esses trabalhadores ao desembarcarem em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. A falta de qualificação, de estudos e, em muitos casos, até de documentos, acarretava na marginalização deles, chegando ao ponto de muitos desejarem a volta para o campo, como é o caso da própria Carolina.

## CAPÍTULO I

### CAROLINA MARIA DE JESUS: UM OLHAR PARTICULAR

#### *1.1. Em busca de uma definição da obra de Carolina*

Carolina Maria de Jesus não foi uma figura simples, nem enquanto sujeito histórico e muito menos enquanto escritora. Como bem apontou o biógrafo Tom Farias, Carolina é um enigma. A caracterização de suas obras não é uma tarefa fácil, tanto do ponto de vista da variedade dos gêneros produzidos por ela, como também da complexidade da experiência retratada em suas narrativas. Entre os críticos literários, não se produziu um consenso sobre em qual gênero literário as obras de Carolina podem ser enquadradas. Ocorre que, autobiografia, diário íntimo, poema autobiográfico, entre outros gêneros que se fazem presentes na obra de Carolina, embora se assemelhem, possuem características metodológicas muito distintas (LEJEUNE, 1991).

Diante deste impasse, procuramos, nos limites deste estudo, nos deter aos elementos da obra de Carolina que correspondem ao gênero biográfico. Em seus textos podemos encontrar as memórias pessoais e a descrição de um diário que nos apresentam a voz de Carolina num primeiro plano. Mas, nos livros que escreveu e publicou, percebe-se, além de sua voz, também a de outros que moldaram e adequaram sua obra ao formato editorial. Essa questão diz muito sobre as obras de Carolina, visto que tais alterações modificaram, não apenas o texto, como a própria construção de sua imagem. Cada um dos diários, principais fontes dessa pesquisa, tiveram interferências diferenciadas, principalmente em decorrência do momento da escrita, dos períodos retratados e dos lugares de edição e publicação.

*Quarto de Despejo*, por exemplo, passou por um intenso processo de edição por parte de Audálio Dantas. Mesmo que o jornalista tenha mantido a forma da escrita, o formato do texto e até os erros de gramática que cometia Carolina (como podemos observar em algumas citações utilizadas nessa pesquisa), vários trechos e até relatos de dias inteiros foram cortados por ele, como o próprio escreve no prefácio do livro: “A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos” (JESUS, 2014a, p. 6).

No entanto, essa seleção não agradou alguns pesquisadores, como José Carlos Sebe Bom Meihy que, por exemplo, em um artigo publicado no livro “Vida por Escrito” aponta que,

É verdade que a vastidão das entradas dos diários e as muitas páginas inéditas, demandariam publicações volumosas e por isto de difíceis alcances comerciais. Seria impossível naquele então publicar tudo. (...) Explicando que tirou repetições – como se elas não fossem significativas – contudo, faltou ao importante jornalista dizer qual o critério – técnico e moral – que o levou a “cortar” passagens relevantes para a construção de um perfil mais humano, menos linear, mais próximo do que se revela na leitura das entradas do *Meu estranho diário* (MEIHY, 2015, p. 263-264).

Ainda segundo Meihy, os cortes feitos por Dantas comprometem a "realidade" do livro no momento em que tenta "mitologizar" a protagonista. As passagens suprimidas muitas vezes comprometem a visão de uma Carolina imperfeita, ou "mais humana", em prol da construção da figura de uma mulher batalhadora, boa mãe, que sofre, mas ao mesmo tempo escreve e sonha em ser reconhecida por isso. Isso não significa dizer que Carolina não possuía essas qualidades, longe disso, afinal, ela era uma mulher batalhadora, que lutava pela sobrevivência de seus filhos e em meio à situação precária em que se encontrava, ainda tinha alento para sua criatividade. Mas ela era um ser humano que errava ou acertava na medida em que viveu suas experiências cotidianas.

Já *Casa de Alvenaria* não gerou tantas polêmicas, visto que a sua edição parece ter sido um pouco mais “acanhada”, questão inclusive ressaltada por Raffaella Fernandez. Segundo a pesquisadora, essa obra “pode ser considerada a escrita mais fiel à realidade das escrituras de Carolina de Jesus, visto que ela mesma afirmou que era chegado o ‘tempo de escrever desilusões’” (FERNANDEZ, 2015, p.158).

Por fim, temos *Diário de Bitita*, publicado no Brasil nove anos após a morte de Carolina. Não podemos deixar de comentar que *Diário de Bitita* foi primeiramente publicado na França, com o título *Journal de Bitita* (1982). Apesar de Clélia Pisa, editora que recebeu das mãos de Carolina os manuscritos que deram origem a esta obra, ser brasileira e ter acompanhado a tradução dos manuscritos, esse processo foi responsável por algumas variações, típicas de textos traduzidos. As gírias, erros gramaticais, e até mesmo termos estrangeiros usados por Carolina tiveram de ser adequados ao francês. Isso não seria um problema muito sério se essas questões ficassem restritas a essa tradução, dos cadernos de Carolina para o francês.

No entanto, o problema aparece mesmo ao analisarmos a versão brasileira. *Diário de Bitita* não foi reelaborado a partir dos manuscritos originais, como uma versão “autêntica”, que respeitasse a escrita “caroliniana”, como denomina Fernandez. O texto publicado no Brasil é uma tradução da versão francesa, ou seja, uma “retradução”. Nesse processo, muitas

características da forma de escrita de Carolina se perderam. Nesse diário, por exemplo, não encontramos os típicos erros gramaticais que são um aspecto importante da produção de Carolina, visto que são eles, em parte, que marcam a sua singularidade, tanto do ponto de vista literário, mas também como traço característico da sua trajetória de vida. Eram nesses erros gramaticais que podíamos compreender os textos para além da palavra escrita, mas como resultado das experiências vividas por Carolina, seu lugar social e sua luta para alcançar o “mundo intelectual”.

Apesar das discrepâncias entre os manuscritos e os textos editados, também temos de reconhecer que a presença de terceiros na edição dos livros de Carolina e a reconhecida interferência destes revelam também o caráter biográfico de seus escritos.

Este esforço em enquadrar as obras de Carolina no gênero biográfico responde também aos horizontes metodológicos da pesquisa que reconhece na biografia uma forma de expressão da memória. Para produzir suas obras, tanto os diários escritos à luz dos acontecimentos, como *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, como também as narrativas retrospectivas, como *Diário de Bitita*, poemas e contos autobiográficos, Carolina se baseou naquilo que viu e viveu, já que, como apontou Benjamin a “(...) experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Assim, para proceder a análise histórica de seus textos, tomá-los-emos como testemunhos, nos termos propostos por Bloch (2001, p. 76). Seus escritos serão analisados como registros voluntariamente produzidos pela autora sobre sua vida, que simultaneamente nos permitem entrever o mundo cotidiano dos trabalhadores.

Em suas produções, podemos dizer que a memória, a experiência e a narrativa estão interligadas. Devemos ter clareza que memória, experiência e narrativa são conceitos diferentes, ainda que nesse caso se complementem. De forma simplificada, podemos dizer que a experiência é aquilo que foi vivido por Carolina, as relações sociais que cultivou ao longo da vida, os valores morais a que foi submetida, tudo aquilo que constitui sua trajetória. A memória é a lembrança dessas experiências. Por fim, a narrativa é a forma como essas memórias são elaboradas através de um meio objetivo de expressão. Em outras palavras, é através da narrativa que a experiência, “acessada” por meio de uma memória, pode ser transmitida ao leitor.

Nesse sentido, mesmo que a princípio memória e experiência pareçam sinônimos, ao aprofundarmos a questão, elas assumem fundamentos e processos completamente diferentes.

Primeiramente devemos analisar que, se a memória é o ato de recordar acontecimentos passados, tanto de forma contínua (memória de uma vida), ou de forma individual (um

acontecimento isolado), ela não pode ser encarada como o próprio acontecimento, visto que no ato de rememorar podemos priorizar alguns fatos em detrimento de outros, conforme o grau de importância, por exemplo.

Baseado nas contribuições de Maurice Halbwachs, Fabio Daniel Rios aponta que, "a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com o auxílio de dados do presente. Isso ocorre através de um processo de seleção, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu num dado momento, não só no plano individual, mas também no plano coletivo" (RIOS, 2013, p. 6).

Esses apontamentos são importantes para compreender a construção das autobiografias de Carolina Maria de Jesus. Mesmo sendo evidente que os textos possuem o caráter de memória, devemos ter clareza que não se trata apenas de uma memória pessoal, mas de um tempo, de uma forma de viver de uma sociedade e seus dilemas. Como apontou Myriam Moraes Lins de Barros,

Embora o homem só possa ter memória de seu passado enquanto ser social, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e este ponto de vista varia de acordo com o sentimento de realidade, dado pelo lugar que o indivíduo ocupa nas relações sociais. (...) A memória individual é dependente, assim, do lugar de onde se narra as lembranças. O caráter relativo da memória também vai ser congruente com a ideia da memória como uma reconstrução do passado (BARROS, 2011, p. 11).

No caso das obras de Carolina, a reelaboração de sua história pessoal e compartilhada é feita a partir da herança que ela carrega. Mas, as obras também são o resultado do presente em que vive e escreve suas memórias e seu testemunho. Em outras palavras, o local de onde ela narra suas lembranças interfere no processo de elaboração e seleção de suas memórias e, portanto, na construção de suas narrativas.

As memórias da infância retratadas em *Diário de Bitita* podem ser uma referência para compreendermos essa questão. Carolina escreveu essas histórias quando já era adulta, em um processo de rememoração do tempo em que morou em Sacramento (MG) e também de suas andanças pelo interior dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, antes de se estabelecer na capital paulista. O fato de ser uma retrospectiva já contribui para a organização e construção da imagem que a própria Carolina queria passar. Isso não significa que o que Carolina escreveu não seja verdade, longe disso. Mas, devemos ter em mente que a forma como ela escreveu ou mesmo os acontecimentos relatados são escolhas feitas por ela mesma, em um momento específico de sua trajetória.

Ademais, como observou Rafaella Fernandez (2015), era prática comum de Carolina reescrever suas obras, seus contos, duas, três vezes. Ao analisar os manuscritos de *Diário de Bitita*, por exemplo, Fernandez chegou a localizar pelo menos três versões do que seria o prólogo da obra. Apesar de parecer algo comum a qualquer um que tenha a prática de produzir textos, isso também diz muito sobre a construção da memória de Carolina, visto que

Em Pour l'autobiographie, Lejeune (1998, p. 225-226) sugere que o autor que redige uma autobiografia apoiando-se num diário, tende a esquecer detalhes do vivido e tenta encontrar uma imagem desse passado mais adequada ao seu presente; a fim de sofrer menos, escreve para reviver. Seguindo essa pista podemos pensar que as várias versões de um mesmo texto de Carolina de Jesus e suas variantes acompanham as diferentes fases de sua vida, bem como as diferentes leituras que ela pôde realizar, adequando-as a seus diferentes estados de espírito (FERNANDEZ, 2015, p. 267-268).

A partir dessas colocações, a hipótese que fica é a de que, se Carolina tivesse organizado esses manuscritos durante o tempo em que morava na favela do Canindé, ou mesmo quando ainda estava em evidência na mídia e nos meios intelectuais, as histórias poderiam ter sido contadas de outras formas. Em outras palavras, o momento da produção da memória influencia diretamente naquilo que se escreve e, portanto, o contexto histórico e, principalmente, o contexto social do momento da escrita, aparecem como uma chave para a compreensão da narrativa.

Ainda que necessárias as considerações feitas acerca do caráter memorialístico das obras de Carolina, elas não são suficientes para tratar da forma como elas se apresentam. Por esta razão, para desenvolvermos nossa proposta, é preciso situar a relação entre a pesquisa histórica e o gênero literário biográfico. O que nos interessa é identificar como a biografia pode se constituir num campo de investigação e análise da História.

Para alguns autores, a biografia é um gênero literário que se confunde mesmo com a própria narrativa histórica. Para Priory (2009), a biografia é uma das primeiras formas de narrativa histórica, fundada pelos gregos na Antiguidade Clássica:

No início era o verbo e o verbo, a narrativa. E a narrativa era história em Heródoto, mas, também, retórica, em Tucídides. Em um quanto em outro, a preocupação com o efeito literário era maior do que com a exatidão das informações. Tucídides, por exemplo, recheou de discursos fictícios sua história da guerra do Peloponeso, que queria imorredoura, *ktêma es aiei*. Ele deu a palavra a seus atores a fim de que eles exprimissem análises sobre suas próprias ações (PRIORY, 2009, p. 7).

Para Levi, a relação entre a História e a biografia é de ordem metodológica. Segundo Giovan Levi, a biografia constitui um “canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia” (LEVI, 1996, p. 168). No caso da biografia, ela permite acessar dimensões da vida dos sujeitos que seriam, muitas vezes, impossíveis se recorrêssemos a outro tipo de fonte. No caso de Carolina de Jesus, é por meio de seus escritos, como também das biografias produzidas a respeito dela, que podemos observar uma trajetória nem sempre coerente ou constante, reveladoras de um sujeito instável, tanto social, como emocionalmente.

Apesar da retomada recente de interesse dos historiadores pela biografia, o certo é que as duas escritas nem sempre tiveram uma relação cooperativa, sendo que muitos embates foram travados entre elas ao longo dos séculos. O primeiro deles, interessante de ser analisado na perspectiva desta pesquisa, se deu no final do século XVIII e durante o século XIX, quando a história sofreu o que Loriga denominou “desertificação do passado”. Segundo Loriga:

Na tentativa de aplicar o princípio da causalidade aos fenômenos sociais, sacrificaram tudo aquilo que é singular ou único: os indivíduos não são pensados como seres particulares, dotados de um caráter singular, distinto, nem mesmo como seres capazes de agir sobre o curso da história, mas como exemplares equivalentes entre si, submissos apenas à dominação do grupo (classe, nação etc). (LORIGA, 2012, p. 29).

Afinal, se a história era geral, contar “uma vida” não fazia sentido, não seguia o “rigor científico” tal qual as ciências naturais. Mais do que isso, essa desertificação também buscou apagar a subjetividade do historiador, defendendo que apenas uma história puramente objetiva poderia ser considerada científica (LORIGA, 2012, p. 29-30). Tudo isso afastava a história ainda mais da biografia, visto que o interesse particular do biógrafo na trajetória do indivíduo era (e ainda é) essencial para a produção de uma biografia.

No entanto, esse movimento “hegemônico” da história não impediu que alguns autores (não apenas do campo da história, mas das ciências sociais como um todo), nadassem na contracorrente, lutando para que a biografia não se tornasse obsoleta ou desqualificada diante dessa tendência. Essa perspectiva ganhou ainda mais força quando, em 1863, Johann Droysen começa a discutir a importância do que ele denominou de “pequeno x”:

Se chamamos *A* o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este *A* é formado por  $a+x$ , em que *a* contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que *x* representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade (LORIGA, 2011, p. 14).

É nessa reflexão sobre o que seria o “pequeno x” que a biografia vai ganhar importância. Autores como Carlyle, Meinecke, Humboldt, Dilthey e até mesmo Tolstói, apesar de terem posicionamentos bem diferentes em relação à produção e à utilização da biografia para a construção da narrativa histórica, reconheciam a importância dela para a produção de um conhecimento histórico em que os sujeitos são parte fundamental, e não uma massa disforme, generalizada, totalmente objetiva.

As considerações de Meinecke, nesse sentido, talvez sejam as mais relevantes para a nossa discussão. Segundo Loriga, Meinecke defendia não apenas a importância do indivíduo, da experiência singular para a produção do conhecimento histórico, como também acreditava que todas as trajetórias, independente da classe ou do lugar social, interessam à construção do conhecimento histórico. Segundo o autor, “toda vida humana, mesmo a mais modesta, possui seu próprio valor autônomo não apenas diante de Deus, mas também diante da história: ainda que não seja mais que uma onda, ou mesmo uma gotícula, no fluxo do tempo” (apud LORIGA, 2011, p. 83).

Assim, diferente de Carlyle, por exemplo, que só acreditava na importância da história da vida dos “heróis”, Meinecke considera todo indivíduo como relevante para a “vida histórica”. Essa perspectiva pode ser interligada à questão do “pequeno x”, pois mesmo impregnado por histórias passadas, que decorrem da sua família e linguagem, de seu povo ou de sua Nação, o indivíduo possuiu liberdade e condições de se colocar questões, pensar e decidir. Não é um “objeto passivo”, mas um “sujeito do mundo” (LORIGA, 2011, p. 83), ao mesmo tempo plural e singular.

Nesse sentido, precisamos pensar Carolina enquanto um sujeito histórico. Por mais que a trajetória seja singular, ela sempre estará impregnada dos valores herdados do seio da família, da educação formal que teve, dos projetos políticos que nortearam a existência de inúmeros sujeitos, tanto da classe trabalhadora como também da dominante.

Ademais, como apontou Dilthey: “Assim como sou natureza, sou também história e é nesse sentido radical que é preciso compreender a expressão de Goethe quando dizia ter vivido ao menos três mil anos” (apud LORIGA, 2011, p. 128). Assim, temos que considerar que, apesar de cada indivíduo ser único, e cada experiência social ser fruto dessa individualidade, temos sempre que observar que esse sujeito não é isolado do mundo. Ou seja, sempre está inserido em um contexto histórico, social e político. Um exemplo disso pode ser a própria busca de Carolina por se tornar uma escritora consagrada. O prestígio que a categoria de intelectuais angariava no Brasil, frente às condições em que vivia, de trabalhadora explorada, extremamente

pobre e discriminada pela cor, pode ter sido um motivo para essa busca por uma “mudança de vida” (ou de status social). No entanto, tanto a valorização do intelectual, como a discriminação e a exploração, são construções históricas que norteiam a percepção da experiência individual do sujeito.

Dessa forma, mesmo que nossa intenção seja a de compreender o individual, na produção de uma biografia devemos nos “esforçar por apreender suas relações com o geral”, pois são as “relações entre fatos gerais e o individual que permitem uma análise deste último” (apud LORIGA, 2011, p. 151). Essa questão não é exclusiva da História. Na própria produção da biografia, como a de Tom Farias, por exemplo, podemos observar a relação entre o geral e o individual. Apesar de privilegiar a vida da autora, o biógrafo busca sempre relacionar com o contexto em que viveu Carolina, ou quando se passaram os acontecimentos. Essa relação engrandece a biografia, permitindo uma noção mais ampla da trajetória do biografado.

Em estudo recente, Dosse definiu a importância da biografia para o campo das ciências sociais e humanas ao afirmar que:

O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica - pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências sociais (DOSSE, 2009, p. 18).

Deste ponto de vista, a biografia seria um gênero híbrido, no qual História e Literatura disputam o conteúdo e a linguagem, em que reside o conflito entre o desejo de realidade e a ficção (DOSSE, 2009, p. 12). Esta tensão pode ser sentida nos escritos de Carolina. Nos diários, ainda que revele situações cruéis e violentas, ela busca sempre um tom de poesia, um “romancear” na forma de narrar. Parece querer uma aproximação com a literatura clássica, com uma “literatura de referência”, como apontou Perpétua (2003, pp. 64-81). Podemos observar essa questão mais profundamente em seus poemas de cunho autobiográfico, como em “Saudades de mãe”:

Oh! meu Deus quantas saudades  
Da minha infância ridente  
Não conhecia a degradingolada  
que atinge a vida da gente  
Era criança não pensava  
Que existia o sofrimento  
Os brinquedos me fascinavam  
A todos os momentos.

Quando a aurora despontava

Eu rodava o meu pião...  
 Aos meus colegas eu contava  
 Estória de assombração.

Hoje, é bem triste a minha vida  
 Porque não vivo contente  
 Estou distante esquecida  
 Longe dos meus parentes.  
 Um dia deixei minha terra  
 Minha mãe e o meu irmão.  
 Mas, não sabia que era  
 Eterna separação (apud MEIHY, 1996, p. 81).

O poema aponta acontecimentos da vida da autora: a infância, a saída da terra natal e os resultados desse processo: a saudade da mãe, o distanciamento da família. Não podemos afirmar o exato momento em que Carolina escreveu esse poema, apesar de acreditar que ela já estivesse em São Paulo quando o produziu, visto que estava "distante e esquecida".

Mas, dentro da discussão proposta, ele é interessante por explicitar a relação entre a literatura, a história e a biografia sob a ótica que nos interessa aqui, bem como as tensões entre a ficção e a realidade. Ele se aproxima da literatura, principalmente pela "metodologia" de escrita, e se distancia da história pelo mesmo motivo. Apesar de trazer fatos históricos, visto que traduz uma experiência vivida dentro de um determinado contexto, o poema não tem o rigor científico da produção historiográfica (e nem tinha pretensões de ter, visto que Carolina de Jesus se identificava como poetisa). Nesse sentido, ao mesmo passo em que ele revela sinais dos acontecimentos vivenciados por Carolina, individualmente não permite ir além desses indícios, evidenciando assim seu caráter ficcional.

Esta tensão entre realidade e ficção remete à importância da análise do papel do indivíduo que, ao mesmo tempo em que nos permite compreender o todo, visto que é um ser social, também mostra esse todo a partir de uma visão particular. O que queremos sublinhar é que, se buscamos analisar o passado a partir de um ponto de vista particular – o olhar de Carolina – precisamos conhecê-la para entender os horizontes e os limites de leitura sobre o mundo que a rodeava. Trata-se de identificar e entender não apenas o contexto social, econômico e político, mas também, os valores e referências morais que orientaram a forma como Carolina narrou sua vida e, indiretamente, a de outros trabalhadores.

## 1.2. *Carolina: a poesia como destino*

Perseguir este objetivo de identificar o lugar particular de onde Carolina elaborava sua visão de mundo é uma tarefa arriscada, pois é difícil saber com precisão o momento de escrita e reescrita de seus textos. É certo que em cada um deles havia o lastro do passado e as contingências do presente, moldando e direcionando seu olhar. Mas, pela natureza precária das condições em que Carolina exerceu o ofício de escritora, em meio à lida pela sobrevivência e às responsabilidades de mãe, seus escritos não podem ser periodizados com grande exatidão.

A obra que trata de sua infância e adolescência, por exemplo, traz poucas certezas sobre o momento exato dos acontecimentos. Em determinada situação ela põe em dúvida até mesmo o ano de seu nascimento: “No dia 27 de agosto de 1927 o vovô faleceu. Minha mãe disse-me que eu estava com seis anos. Será que eu nasci no ano de 1921? Há os que dizem que nasci no ano de 1914” (JESUS, 2014b, p. 123). Após uma vasta pesquisa, Tom Farias descobriu a certidão de óbito de seu Benedito José da Silva, no Cartório de registros da cidade de Sacramento, que revelou que o avô morreu em 1924, ou seja, nem Carolina, nem sua mãe estavam certas acerca das datas.

Apesar das biografias complementares darem conta de revelar algumas datas de forma mais precisa, como no exemplo acima, muitos eventos registrados por Carolina não são possíveis de serem datados, como a idade que tinha quando foi presa juntamente com a mãe em Sacramento, ou quantos anos tinha quando saiu pela primeira vez de Sacramento em busca de tratamento para a doença que tinha nas pernas<sup>8</sup>. Além disso, o próprio momento em que começa a produzir seus textos é inexato: Farias (2017) aponta que os primeiros textos de Carolina foram escritos ainda em 1939, enquanto outros autores, como Fernandez (2015), indicam que ela começou a escrever no início da década de 1940.

Apesar desses percalços, é possível inferir que desde o momento em que Carolina aprendeu a ler e escrever, ela jamais abandonou a prática, pelo menos não por muito tempo. Quando alguém tem a oportunidade de aprender a ler e escrever por um curto espaço de tempo, a escrita só se desenvolve com a prática cotidiana. E este foi caso de Carolina.

Carolina Maria de Jesus começou a frequentar a escola por volta dos sete anos de idade, ou seja, por volta de 1921, por insistência da mulher para quem sua mãe lavava roupas. Em suas memórias, Carolina explicava: “Minha mãe era pobre. Dona Maria Leite insistiu com mamãe

---

<sup>8</sup> Por volta de 1930 Carolina começa a desenvolver feridas nas pernas. Embora ela não esclareça qual o nome da doença, acreditamos que se trata de varizes, visto os sintomas que ela relata no diário.

para enviar-me à escola” (JESUS, 2014b, p. 126). Tratava-se de uma instituição criada inicialmente como Liceu de Sacramento, em 1902, pelo médico Eurípedes Barsanulfo (BRETTAS, 2006) e que posteriormente passou a se chamar Colégio Allan Kardec. Orientada por uma pedagogia espírita, esta escola oferecia educação aos pobres e órfãos de Sacramento.

Dentro do cenário nacional, esta experiência era muito incomum, pois a maioria da população brasileira era analfabeta naquela época. No início da República, os levantamentos feitos por Ribeiro, no então Distrito Federal, indicam que em 1889, apenas 12% da população em idade escolar se encontrava matriculada em escolas. Embora a Constituição de 1891 previsse a “universalização da escola pública, laica e gratuita” (SANTANA, 2011, p. 5), em termos concretos as políticas públicas<sup>9</sup> não conseguiram ampliar o acesso das classes populares à educação. Este quadro se deve, em grande parte, à dificuldade dos governos em criar a infraestrutura necessária à promoção da escola pública. Segundo Ribeiro, o modelo político-econômico (agrícola-comercial exportador), caracterizado pela grande concentração de renda, inviabilizava a expansão dos sistemas educacionais em todo o país, produzindo a “marginalização de boa parte da população brasileira” (RIBEIRO, 1992, p. 78).

Todo este quadro é um indicativo importante da singularidade de Carolina. O fato é que sua educação se produziu num momento em que as elites da época não tinham interesse que as classes populares tivessem acesso à educação. Desse ponto de vista, ter trabalhado em uma fazenda em que havia uma patroa que se importava não apenas com a educação, mas investia ela mesma na organização de uma escola, foi uma experiência atípica. Esta situação ganha contornos mais inusitados se considerarmos que Carolina era uma menina, pobre e negra. Em outra situação, muito provavelmente ela nunca teria pisado em uma sala de aula.

Esta afirmação ganha força quando se observam as estatísticas do período inicial da República. O censo realizado em 1920 mostra que, naquele momento, cerca de 71,2% da população era analfabeta, sendo que em Minas Gerais 75,4% da população com cinco anos ou mais era analfabeta (KREIDLOW; FERRARO, 2004). Entre 1890 e 1920, em termos percentuais, o número de analfabetos caiu de 85% para 75%. No entanto, neste mesmo intervalo o número absoluto de analfabetos cresceu de 12 para 23 milhões, devido ao crescimento demográfico (RIBEIRO, 1992, p. 74). Nas décadas seguintes, o processo educacional brasileiro

---

<sup>9</sup> Além do Governo Federal, os Estados brasileiros implementaram reformas educacionais e sistemas escolares complementares. Dentre elas, citamos: Sampaio Dória (1920), em São Paulo; de Lourenço Filho, em 1923, no Ceará; de Anísio Teixeira, em 1925, na Bahia; de Francisco Campos, em 1927, em Minas Gerais; de Fernando de Azevedo, em 1929, no Distrito Federal; de Carneiro Leão, em 1929, em Pernambuco e a de Lourenço Filho, em São Paulo, ocorrida em 1930 (MAGALHÃES, 2006, p. 4).

evoluiu lentamente, pois ainda na década de 1960 a taxa média de escolaridade da população brasileira era de apenas dois anos.

Tal realidade era perceptível também a partir de estudos qualitativos sobre as condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade nas décadas de 1950 e 1960. A partir da análise de entrevistas, Durham observou que nesta conjuntura, entre os trabalhadores:

poucos estão em condições de financiar uma escolarização prolongada. As reprovações sucessivas, o desinteresse das crianças que não se adaptam à escola provocam frequentemente o abandono do curso primário nas séries iniciais (DURHAM, 1984, p. 171).

Ademais, a educação não se constituía em uma preocupação ou mesmo um objetivo para o trabalhador do campo. Apenas se tornava algo útil para aqueles que migravam ou moravam na cidade. Somente após a mudança para um grande centro urbano se percebia um interesse pela educação, visto que os melhores empregos exigiam certo nível de escolarização. Nesse sentido, a maioria de seus filhos eram matriculados em escolas primárias, como uma forma de aproveitamento das oportunidades que a cidade oferecia.

No caso de Carolina, sua mãe nunca tinha cogitado a possibilidade de enviá-la à escola. Foi apenas devido à insistência de Maria Leite que ela acatou o conselho. Não porque achou que seria útil à filha frequentar a escola e aprender a ler e escrever, mas porque, segundo narra Carolina, a mãe dizia que “os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos têm sabedoria. Por isso, ela devia enviar-me à escola, para não desgostar a dona Maria Leite” (JESUS, 2014b, p. 126). Enviar Carolina para a escola foi mais um ato de condescendência com a patroa do que uma vontade ou necessidade da mãe.

Mas, Carolina só frequentou a escola por dois anos, pois sua mãe havia arrendado uma terra e toda a família teve de se mudar para o campo. É interessante notar que para a mãe de Carolina, o fato de ela estar estudando não foi impedimento para a mudança: preferiu deixar tudo isto e se arriscar de maneira independente no trabalho como camponesa por meio do arrendamento de terra.

No começo, Carolina não gostou, principalmente por ter de deixar a escola: “Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber o meu diploma” (JESUS, 2014b, p. 126), mas ao mesmo tempo apontou que “o lugar apropriado para os pobres é na roça”, pois nesse lugar a vida é “mais simples” (JESUS, 2014b, p. 126).

Esse episódio, bem como o sentimento ambíguo relatado por Carolina, revela a natureza da relação entre os trabalhadores e a educação no contexto da sociedade capitalista. Trata-se de uma questão difícil, pois os trabalhadores se viram obrigados a escolher entre o presente e o

futuro. Entre trabalhar para sobreviver hoje ou perecer para ter uma vida melhor no futuro. É certo que, como lavadeira, a vida deveria ser demasiadamente miserável para a família de Carolina. Deste ponto de vista, a opção pelo arrendamento prometia melhores condições de vida, sem ter que pagar aluguel e com a garantia do alimento que seria cultivado na roça. O fato é que Carolina nunca mais teve a oportunidade de sentar num banco de escola.

Todavia, 39 anos depois ela teve seu primeiro livro/diário publicado. Este é um indício de que ela, de alguma maneira, continuou a ler e escrever, como pode ser observado no *Diário de Bitita*. Neste livro, há inúmeras passagens que evidenciam a leitura e a escrita como elementos permanentes. Em uma delas, ela afirma que depois de deixar a escola continuou estudando por conta própria, “nas horas vagas, eu lia Henrique Dias, Luis Gama, o mártir da Independência, o nosso Tiradentes” (JESUS, 2014b, p. 133).

Entretanto, este processo foi marcado por muitas dificuldades. Carolina engenhava formas de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, adequando essas duas práticas aos diferentes lugares onde trabalhou. As bibliotecas das casas dos patrões eram usufruídas com ou sem consentimento. Logo que chegava às casas de família já tratava de saber onde podiam ter livros; mas, se quisesse ter um tempo próprio para os estudos, tinha que acordar de madrugada ou ir dormir muito tarde.

Esta engenharia era muito difícil de ser reproduzida rotineiramente. Os seus escritos, por exemplo, algumas vezes eram produzidos concomitantemente ao trabalho manual. Ao tentar dividir a atenção entre as panelas e os livros ou entre as panelas e a escrita, acabava por se empolgar e esquecia completamente dos afazeres. Queimava o feijão, ou esquecia de pôr o sal, o que geralmente acabava em demissão. Na prática, ao longo de sua vida, o trabalho manual, responsável por sua sobrevivência, quase sempre concorreu com o compromisso literário.

Desde a adolescência, até o momento em que passa a catar papel em 1948, a principal função que exerceu Carolina foi a de empregada doméstica. Trabalhava em casas de famílias lavando, passando e cozinhando, assim como inúmeras mulheres pobres, geralmente negras, daquele momento. O costume era residir nas casas de família, o que em termos práticos significava trabalhar durante todo o tempo e receber um salário muito baixo devido aos descontos justificados pela oferta da moradia. Carolina, no entanto, buscou explorar esta situação e, quando podia, fazia uso dos livros das bibliotecas destas casas para aprimorar seus conhecimentos (MEIHY, 1994, p. 68). Essa prática era frequentemente, mas dois momentos merecem destaque, pois foram fundamentais para o aperfeiçoamento da escrita dela.

O primeiro caso foi registrado quando percorria as cidades do interior paulista em busca de tratamento para as feridas nas pernas. Na cidade de Orlandia, Carolina trabalhou para o casal Mietta Santiago e J. Manso Pereira. Tom Farias aponta que esse era um dos casais mais importantes da região. Ele era um médico de família tradicional, do qual pouco se sabe, mas dona Mietta era uma feminista que lutou bravamente pelo direito ao voto das mulheres.

Na época chegou a se candidatar a deputada federal, mas não foi eleita. Mas por causa dela, as mulheres passaram a ter direito a votar e a ser votada, depois que entrou com um mandato de segurança para forçar o governo a cumprir a constituição Federal de 1928 (FARIAS, 2017, p. 87).

É nesta residência também que Carolina encontrou o *Dicionário Prosódico*, de Antônio José de Carvalho e João de Deus, encaixotado no quartinho em que dormia. O livro em questão é caracterizado por Farias como uma “joia rara”, visto que, “além de mostrar uma ampla lista de unidades lexicais e seus respectivos significados, conta com o recurso de mostrar, entre parênteses, a forma recomendada de pronunciar cada uma delas” (FARIAS, 2017, p. 89). Assim, esse achado provavelmente contribuiu muito com o aperfeiçoamento da escrita e da leitura de Carolina em sua constituição enquanto escritora e poetisa.

O segundo momento ocorreu entre meados de 1942 e 1944, quando Carolina já havia retornado para a cidade de São Paulo. Tom Farias aponta que Carolina trabalhou na residência do Dr. Euclides de Jesus Zerbini, que em 1968 se tornou o primeiro cardiologista a realizar um transplante de coração bem-sucedido na América Latina e o quinto no mundo<sup>10</sup>. Segundo Farias, Carolina e o Dr. Zerbini possuíam uma boa relação, sendo que ela tinha total acesso à biblioteca da casa, além de poder ler e debater as notícias diárias com o médico.

Apesar de não se ter notícias do motivo de Carolina ter deixado de trabalhar para a família Zerbini, no dia do lançamento de *Quarto de Despejo*, o médico foi um dos convidados de honra e compareceu ao evento (FARIAS, 2017, p. 140-141). Nesse sentido, podemos inferir que não apenas o costume de ler e escrever enquanto trabalhava nas casas de família contribuiu para ampliar seus conhecimentos e seu desenvolvimento intelectual, como também os lugares “privilegiados” onde trabalhou (e as relações sociais que estabeleceu ali) também foram importantes para a formação intelectual.

Todavia, o costume de ler e escrever causava conflito com seus patrões na maioria dos lugares onde trabalhou. Em uma entrevista que deu ao Jornal *A Noite*, Carolina denuncia as refregas.

---

<sup>10</sup> Para saber mais acessar o site da Fundação Zerbini < <http://www.zerbini.org.br/v2/index.php/conheca-o-dr-zerbini/>> acessado em 09 de janeiro de 2019 às 15:32

Dizia ela: “se o patrão me despedia eu deixava um verso escrito na parede para exasperar as patroas”, como estes versos abaixo:

Não gosto de trabalhar  
Para os donos da pensão  
Que quer tudo muito limpo  
Mas não quer comprar sabão.

Se a gente dá um passo  
A patroa está sempre junto  
E vive sempre observando  
Se a empregada come muito (apud FARIAS, 2017, p. 143).

A despeito destas rugas rotineiras, o que se destaca na trajetória de formação intelectual de Carolina é a forte relação com a cultura das classes dominantes. Neste sentido, por ser algo quase restrito à classe dominante, a educação que Carolina recebeu produzia e reproduzia uma visão da sociedade fortemente influenciada pela ideologia dominante. A educação oferecida à população pobre respondia, deste ponto de vista, a uma forma de enquadramento social dos trabalhadores, cuja cultura é fortemente estigmatizada pelas elites. Afinal, não é novidade que após a abolição da escravidão o trabalhador brasileiro, em particular o negro, passou a ser desqualificado pelas elites nacionais como “preguiçoso”, “sexualmente promíscuo” e “violento” (CHALHOUB, 2001 p. 80).

Por conseguinte, para alguns setores das classes dominantes urbanas brasileiras do início do século XX, a educação poderia ser um importante antídoto contra a indolência e a criminalidade. A própria justificativa que Maria Leite, a patroa de sua mãe, apresentou para explicar seu interesse na educação não apenas de Carolina, mas de outras crianças negras e pobres como ela nos revela um exemplar deste pensamento:

- Eu sou francesa. Não tenho culpa da odisséia de vocês; mas eu sou muito rica, auxílio vocês porque tenho dó. Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam: se vão ser tipos sociáveis, e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatar a retidão (JESUS, 2014b, p. 126)

Apesar de não dizer com todas as palavras, ela apostou na educação como forma de afastar as crianças dessa “condição inata”, buscando “civilizá-los”, enquadrá-los dentro das expectativas de uma sociedade que precisava disciplinar o trabalhador, livre e pobre para o trabalho explorado. Thompson já havia observado essas questões em outros momentos. Segundo ele aponta:

Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar o desenvolvimento intelectual e cultura do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece fortemente na época vitoriana: e continua vivo ainda hoje (THOMPSON, 2002, p. 31).

Percebemos como alguns dos apontamentos feitos por Thompson condizem com o pensamento atribuído a Maria Leite, principalmente no que tange aos objetivos e expectativa em relação à alfabetização dos negros: “*Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam se vão ser tipos sociáveis, e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatar a retidão*”. A expectativa era de que houvesse uma adequação aos parâmetros estabelecidos pelas classes dominantes. Não por acaso, em princípio se falava apenas em alfabetização: caso eles não alcançassem o esperado, a educação seria interrompida. Deste ponto de vista, o que se observa é que, em grande medida, o conteúdo desta educação reforçava a ideia de desigualdade, de hierarquia e de meritocracia.

Em parte, tal educação baseada em uma literatura produzida pela classe dominante influenciou significativamente a forma como Carolina via o mundo. Em suas citações e referências literárias, ela nos oferece pistas para entender as influências da educação que recebeu e de como isto influenciou a sua formação autodidata e a forma como interpretava e lia o mundo ao seu redor. Entre os autores citados por ela, estão pensadores e literatos abolicionistas como José do Patrocínio e Rui Barbosa, o romancista Bernardo Guimarães, que escreveu *Escrava Isaura* (1875), e o poeta Castro Alves.

O pensamento destes autores influenciou significativamente na forma como Carolina avaliava e compreendia os modos de vida das classes populares, especialmente dos negros. Isto, associado às circunstâncias em que ela foi alfabetizada, contribuiu para moldar parte de sua visão sobre a sociedade e o valor social da educação.

Neste sentido, é recorrente em seus textos a valorização da educação e, portanto, da cultura erudita em detrimento da cultura popular. Em seu esforço para realçar a importância da educação na vida da população pobre e negra, Carolina acabava em muitos momentos reproduzindo preconceitos. Um exemplo disto pode ser percebido num trecho de sua obra em que ela cita Rui Barbosa para sublinhar o papel da educação na vida da população afrodescendente:

Rui falava que a liberdade sem cultura e sem instrução não ia beneficia-los (*aos escravos*). O negro inculto será nômade, indolente e imiscível. Não será um braço para impulsionar a nação. Será sempre uma boca. O analfabeto não tem forças para evoluir na vida. Ele será sempre um músico de ouvido (JESUS, 2014b, p. 39).

Nesta breve referência, Carolina acaba por reproduzir um discurso preconceituoso em relação à cultura da população negra do Brasil. Nesse sentido, mais uma vez a ideia de que o negro era insociável por natureza fica evidente, difundida por meio dos intelectuais e da elite da época e incorporada pelos trabalhadores, visto a admiração que Carolina demonstra por Rui Barbosa. Mesmo quando Carolina buscava reconhecer as qualidades dos negros, ela acabava por recorrer aos padrões estabelecidos pelas elites.

Talvez o exemplo mais marcante desta contradição seja a forma como ela descreve seu avô Benedito. Segundo Carolina, ele era um homem muito respeitado em Sacramento, que nunca teve desentendimentos com ninguém, e que nunca havia sido preso – quase uma raridade entre os negros nas primeiras décadas do século XX. A avô era analfabeto, mas sempre foi tido como um homem muito bom e correto “Elogiavam-no. Ele nunca brigou com alguém. Nunca foi preso. Era conhecido como um Sócrates Africano” (JESUS, 2014b, p. 117).

Em outras palavras, o avô era um homem bom, porque não expressava em seu comportamento a tendência natural à violência que o pensamento dominante associava à população pobre e, principalmente, aos “de cor”. Era importante porque se parecia com um grande filósofo branco. Em certo sentido, Carolina reproduzia em seus escritos a percepção de que cultura era um privilégio dos ricos. Estas ideias, que não eram suas, mas aprendidas na escola, negavam o valor e até mesmo a existência de uma cultura popular.

Mas, tudo isto se apresentava contraditoriamente em sua experiência. Em parte, porque em seus textos encontra-se uma forte reivindicação ao direito à educação, como espaço de formação intelectual. Carolina compreendia o poder e o valor que a educação tinha na vida de pessoas como ela. Não se tratava somente de ascensão social, mas de emancipação humana (FREIRE, 1986). Num trecho em que ela descreve a situação de um familiar, percebe-se claramente este sentido: “Eu olhava o rosto do meu tio Joaquim. Um rosto triste como uma noite sem lua. Ele não sorria, nunca vi seus dentes. Ele era analfabeto. Se soubesse ler, poderia nos revelar as suas qualidades intelectuais” (JESUS, 2014b, p. 68).

Em seus textos, o que se observa é uma constante resposta/reação ao mundo em volta e, à medida em que amadurecia, seus textos ganhavam volume. Em janeiro de 1942, já residindo no Rio de Janeiro, Carolina concedeu uma longa entrevista ao jornal *A Noite*, onde ela faz o seguinte desabafo:

Quero um emprego, por exemplo, numa casa editora, onde eu pudesse escrever, escrever e só escrever... Compreendeu? Tenho que descarregar a cabeça de toda esta inspiração que me atormenta dia e noite. Já sei que as patroas não gostam de cozinheiras que saibam fazer versos, como eu. Talvez haja nisso um pouco de inveja... (FARIAS, 2017, p. 137).

Mas de onde vinha esta urgência? Talvez da condição particular de Carolina. As memórias registradas nos diários e as descrições encontradas nos estudos biográficos sobre Carolina indicam que ela padecia de uma solidão crônica ao longo da vida. Desde cedo, quando expressou seu gosto pela leitura, Carolina experimentou um certo tipo de isolamento social.

Tais observações nos levam a considerar a necessidade urgente da escrita para Carolina. As palavras precisavam de vazão, fosse na poesia ou nos diários; Carolina precisava expressar através das palavras seus sentimentos, pensamentos, impressões, verdades. Essa questão é tão complexa que, em pelo menos dois momentos, primeiro em *Quarto de Despejo* e depois em *Diário de Bitita*, Carolina busca justificar essa permanência dos seus estudos de forma independente como se ela fosse predestinada a isso. Há quem diga que sua veia artística fora herdada do pai, que era músico popular. Outros apontam que seu gosto pela narrativa foi resultado da influência de seu avô, Benedito José da Silva, ex-escravo e contador de histórias:

O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos (JESUS, 2014b, p. 117).

No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nos agrupávamos ao redor do vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão. Falava dos Palmares, o famoso quilombo onde os negros procuravam refúgio. O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os pretos (JESUS, 2014b, p. 60-61).

Todavia, este sentimento de predestinação talvez tenha relação também com seu contato com a escola espírita. Em sua memória permaneceu uma lembrança que contribuía para que Carolina visse em seu interesse pela literatura uma vocação<sup>11</sup>. Ela lembra, quando ainda era criança, que devido às suas fortes dores de cabeça sua mãe a levou para uma consulta com seu Eurípedes Barsanulfo, o médico espírita que fundara a escola em que Carolina estudou por dois anos. Nesta oportunidade, lembra Carolina, o médico dissera à mãe que ela era poetisa. Imagine o peso e a força que esta afirmação teve em sua vida, se considerarmos o que este médico representava naquela comunidade.

Eurípedes Barsanulfo foi uma figura de muito destaque na região de Sacramento, não apenas em decorrência do seu envolvimento com o espiritismo, mas também pelo trabalho

---

<sup>11</sup> Como apontou Max Weber em “Ciência como Vocação”: “A inspiração de um diletante pode, no campo da ciência, ter o mesmo alcance, ou até maior do que a do especialista. Devemos a diletantes muitos dos nossos melhores problemas e conhecimentos. O diletante só se distingue do especialista (como Helmholtz dizia de Robert Mayer) porque lhe falta a firme segurança do método de trabalho e não está, portanto, na maioria dos casos, em condições de controlar e apreciar ou, inclusive, de dar corpo à inspiração. Esta não substitui o trabalho. E este, por seu turno, não pode substituir nem forçar a inspiração, como também o não consegue fazer a paixão” (WEBER, 2005, p. 9)

como vereador, médico prático e educador, tendo sido ele o próprio fundador do Colégio Allan Kardec, onde estudou Carolina (BRETTAS, 2006, p. 30).

Segundo Bigheto, "A fama de intelectual era grande na cidade de Sacramento" (2006, p. 142). Ademais, suas lutas geralmente estavam engajadas na melhoria das condições de vida de toda a sociedade sacramentana, principalmente em relação aos pobres. Atendia gratuitamente os doentes tratando-os por meio da homeopatia (BIGHETO, 2006, p. 62), como podemos ver pelo próprio caso de Carolina. Enquanto vereador, lutou pela implementação de escolas públicas de qualidade, pela melhoria de infraestrutura e transporte da cidade, entre outras medidas. Nas palavras de Bigheto:

Na prática, a vida de Eurípedes se revestiu de uma intensa luta pela cultura, saúde, educação e infraestrutura para a sua cidade. Seja como educador ou político, ele apresentou-se como um homem de vanguarda, buscou a expansão da escola pública (...) ampliou os recursos da saúde e combateu os problemas sociais, já que a cidade possuía recursos muito reduzidos de higiene e de cultura (BIGHETO, 2006, p. 143).

Nesse sentido, ao afirmar que Carolina era uma poetisa, ela não apenas se sentiu reconhecida, mas reconhecida por uma autoridade. E como tal, estava lhe dando o aval para que cumprisse seu "destino".

### ***1.3. Carolina Maria de Jesus: um olhar particular sobre o mundo***

Mas, no processo de educar-se, seja na escola ou de forma independente, Carolina causou estranhamento pelo seu comportamento. Se por um lado ela chamou a atenção de um médico e professores, o interesse pela leitura e pela escrita causava desconforto em seu meio social. Desde pequena seus hábitos incomodavam os vizinhos:

As vizinhas me olhavam e diziam  
 – Que negrinha feia! Além de feia antipática. Se ela fosse minha filha eu matava.  
 Minha mãe me olhava e dizia:  
 – Mãe não mata filho. O que a mãe precisa ter é um estoque de paciência.  
 O senhor Eurípedes Barsanulfo disse-me que ela é poetisa! (JESUS, 2014b, p. 18).

O esforço da mãe em justificar seu comportamento, que a todos parecia demasiadamente exótico, parece ter sido em vão. As pressões do grupo de sociabilidade de Carolina foram aos poucos se impondo, até que a própria mãe solicitou: "É melhor você parar de ler esses livros,

já estão falando que é o livro de São Cipriano, que você é feiticeira" (JESUS, 2014b, p. 180). O resultado desta história foi dramático. Carolina, a esta altura com 20 anos de idade, foi presa, junto com a mãe, porque alguns moradores de Sacramento denunciaram-na para a polícia por prática de feitiçaria.

A automática associação entre o fato de Carolina ler um livro e isso ser um "mau presságio" pode ser um indício do distanciamento entre grande parte daqueles indivíduos e a educação (aqui representada pelo livro) e, conseqüentemente, entre eles e Carolina, que apesar de ser parte da classe, não se comportava mais como tal e, portanto, poderia ser "perigosa". Mas não era só isto; de certo modo, o interesse pela literatura e a vontade de conhecer causava certo ressentimento, em parte porque ela mesma alimentava, nos outros, este tipo de comportamento. No livro *Diário de Bitita*, ela recupera o episódio que muito provavelmente levou ela e a mãe à prisão:

Um dia estava lendo, passaram uns rapazes, pararam e pediram para ver o meu dicionário, entreguei o livro para eles olharem. Olharam e disseram:  
- Ah, é mesmo o livro de São Cipriano. Como é pesado.  
Percebi que eles eram pernósticos e fiquei com dó (JESUS, 2014b, p. 181).

No texto, podemos perceber indícios não apenas da estranheza com que os rapazes encararam o fato de ver Carolina lendo, mas também revelam traços de uma historicidade da relação entre a classe trabalhadora e a educação. Fica evidente - tanto pelas ações dos rapazes, como pela observação de Carolina - que eles eram analfabetos e muito provavelmente pobres como Carolina. Entre eles não se destaca qualquer empatia. Carolina não se vê igual a eles, mas em melhor condição. Não se dá ao trabalho de esclarecer sobre o conteúdo do livro, talvez porque considerasse que, por serem analfabetos, não compreenderiam.

Carolina continua o relato e em certo ponto narra que, enquanto estavam presas, a mãe "chorava dizendo: 'Eu te disse para não vir a esta cidade. Por que você não fica com os paulistas?'" (JESUS, 2014b, p. 181)<sup>12</sup>. Se levarmos em consideração o motivo da prisão, a afirmação da mãe deixa implícito que Sacramento não era lugar para Carolina e suas "práticas". E o fato de sugerir que ela "ficasse com os paulistas" também remete ao fato daquela sociedade geralmente ser retratada como mais "moderna" e "instruída", perspectiva essa ressaltada por Carolina: "é em São Paulo que os pobres vão viver, é em São Paulo que os jovens vão instruírem-se" (JESUS, 2014b, p. 203).

---

<sup>12</sup> Lembrando que, apesar de ter chegado à capital paulista em meados da década de 1940, ela já havia passado por várias cidades do interior paulista em busca de tratamento para uma doença que possuía nas pernas.

Ela segue o conselho da mãe e, após serem soltas, começa a buscar meios para chegar à capital paulista. Por volta de 1936, fica sabendo que uma professora se mudaria para a cidade e precisava de uma empregada que a acompanhasse. E foi assim que Carolina finalmente realizou seu sonho. No entanto, Carolina também não encontrou ali seu espaço. Apesar de serem muito escassos os registros dos primeiros anos em que Carolina morou em São Paulo e muitas informações serem desconexas<sup>13</sup>, podemos inferir que as condições materiais e culturais que ela encontrou na cidade que, alguns anos depois se tornaria a maior da América Latina, não condiziam com suas expectativas.

Nos relatos de *Quarto de Despejo*, ela narra diversas brigas que teve com as vizinhas na favela. Estes desentendimentos eram motivados pelas diferenças entre Carolina e os vizinhos que, em sua maioria, eram totalmente analfabetos. Carolina não apenas sabia ler e escrever, mas refletia sobre sua realidade, sobre sua condição, seja como mulher, como negra, ou como trabalhadora. Esta característica a distinguiu dos demais, para o bem e para o mal. De modo que, ao mesmo tempo que os vizinhos recorriam a ela em busca de ajuda, também a rejeitavam. Em 20 de julho de 1955, ela relata em seu livro: “Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...). Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2014a, p. 22).

Em suas narrativas, observamos que Carolina não se identificava com o jeito de agir, de falar e de viver dos trabalhadores que moravam na favela. Isso pode ser visivelmente percebido na maneira como descreve as outras mulheres e como ela mesma se descreve ao longo do diário. Se as mulheres ficavam nas esquinas, ela gostava de "ficar dentro de casa, com as portas fechadas (...). Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo!" (JESUS, 2014a, p. 25). Se os favelados faziam bailes, ela não comparecia "porque não gosta de dançar" (JESUS, 2014a, p. 38). Assim como "reprovava" o álcool, muito presente na favela. Ou seja, tudo o que lembrava a "indecência", a "imoralidade" da favela, era imediatamente condenado por ela.

Ela não se identificava socialmente com o lugar e continuava a sentir-se só e incompreendida como em Sacramento, cercada por *pernósticos*. Conforme Carolina ia se aprofundando nos estudos, lendo sobre história e literatura, aperfeiçoando a escrita com o auxílio de dicionários, a perspectiva de que ela podia “enxergar mais longe” que os demais trabalhadores também se acentuava.

---

<sup>13</sup> Essas evidências se comprovam pelo fato de que, até pouco tempo, vários estudiosos acreditavam que ela só havia chegado definitivamente à capital paulista em 1947. Mas, o fato ocorreu 10 anos antes, e por volta dos 23 anos de idade Carolina já residia na cidade de seus sonhos.

O que eu não acatava eram as vaidades inúteis. Elas trabalhavam exclusivamente para comprar roupas. Podiam trabalhar para comprar um terreno e construir uma casinha, que é a coisa mais importante da vida. Eu passava os dias lendo *Os Lusíadas*, de Camões, com o auxílio do dicionário. Eu ia intelectualizando-me, compreendendo que uma pessoa ilustrada sabe suportar os amarumes da vida (JESUS, 2014b, p. 179).

Nas descrições sobre sua vida, Carolina desenha um autorretrato que explicita as contradições que vivia: sua instrução era ao mesmo tempo uma qualidade e um estigma. Seus hábitos, somados a algumas de suas atitudes, geraram conflitos entre Carolina e outros moradores da favela do Canindé. Afinal, ela escrevia constantemente e sobre o cotidiano da favela. Mais do que isso, as motivações alegadas por Carolina também causavam preocupação. Em 21 de julho de 1955 ela relata que, após ser indagada sobre o que escrevia, respondeu: “todas as lambanças que faz os favelados, estes projetos de gente humana” (JESUS, 2014a, p. 23).

Assim, além de “dominar” uma linguagem estranha à maioria dos moradores do Canindé, Carolina a utilizava para “denunciar” o que aquelas pessoas faziam em seu espaço de moradia. As “lambanças” que ela menciona, muito provavelmente, diziam respeito às constantes brigas, ao uso frequente do palavrão, aos roubos, aos atos “pornográficos”, enfim, a tudo que incomodava Carolina em relação ao ambiente da favela. Aqui também já podemos perceber um tom de “hierarquia” por parte de Carolina. Ela também participava dessas “lambanças”, mas no momento da escrita do diário ela se colocava como “de fora”, como uma observadora crítica daquele lugar.

Obviamente estas iniciativas lhe renderam muitos desafetos dentro da favela. É certo que Carolina possuía algumas amigas ali. Porém, o sentimento que predominava era o de solidão, pois a realidade é que a grande maioria dos favelados não gostava nem dela e nem dos filhos. E isso se agravou depois que ela começou a publicar alguns de seus escritos.

Quando ela publicou a reportagem sobre o seu diário no jornal *O Cruzeiro* em 10 de junho de 1959, recebeu várias ameaças, tanto dos homens como também das mulheres. Carolina narra que Lalau, um morador da favela, afirmou: “Se você me por no jornal eu te quebro toda, vagabunda! Esta negra precisa sair daqui da favela” (JESUS, 2014a, p. 174).

Depois do lançamento oficial do livro, a situação piora ainda mais, sendo que, no dia em que se mudou da favela, saiu apedrejada pelos vizinhos. O relato da mudança é tão confuso que nos transpassa um sentimento de angústia apenas no ato de ler a respeito:

A Leila surgiu andando com dificuldade. Veio para instigar os favelados. O motorista partiu com a maquina acelerada. Começaram a atirar pedra. A Leila agitou-se, pegou pedra e atirou dentro do caminhão. Eu olhava as pedras e a

direção com receio de atingir os olhos da Vera e do José Carlos, que já estava ferido com as pedradas. Que confusão! Eu não sei de onde saiu tantas pessoas para presenciar a minha partida. A chica e a Nair xingavam-me e diziam:

- Você vai embora para não apanhar!

(...)

O Audálio e os outros jornalistas estavam no meio dos favelados. Eu temia uma agressão. Despedi só da D. Alice e da D. Eunice. O Audálio queria que eu me despedisse dos favelados pegando-lhes nas mãos, gesto que eu reprovei (JESUS, 1961, p. 46).

Diferente de Audálio, Carolina entendia o que estava acontecendo e sabia o perigo que corria. Ela entendia que não havia empatia, porque ela mesma traçava uma linha que a separava de todos aqueles que não sabiam ler. Um exemplo pode ser visto quando, depois de relatar uma briga com as mulheres na favela, Carolina escreve: "Mesmo elas aborrecendo-me eu escrevo. Sei dominar os meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter" (JESUS, 2014a, p. 16). Carolina via na educação que tivera um elemento de distinção social entre elas e os demais moradores da favela. Segundo Meihy, Carolina sabia que "por saber ler e escrever, tinha domínio dos códigos dos poderosos" (MEIHY, 1998, p. 91).

Além disto, fica evidente o distanciamento entre as práticas de leitura de Carolina e o que os seus pares julgavam ser "normal". Também podemos observar a falta de comunicação entre ela e aquelas pessoas, pois a linguagem já não era mais a mesma. Segundo Thompson, "a tensão [entre a educação formal e a experiência] se expressa no próprio meio de instrução, a linguagem" (THOMPSON, 2002, p. 33). Podemos perceber isso nos textos de Carolina, em que ela utiliza palavras pouco recorrentes na língua popular como "abluir", "aleitar", "astro-rei", entre outras.

Este seu comportamento acabou por alimentar uma forte rejeição contra si na favela, mesmo quando ela tentava ajudar. Um exemplo disto foi o caso de seu enfrentamento com Orlando Lopes, responsável pela cobrança dos serviços de luz e água. Carolina o denunciou nos jornais por extorsão da população da favela. Todavia, esta iniciativa se voltou contra ela. Ao fazer a denúncia, segundo ela, a intenção era proteger as pessoas da favela, que eram constantemente roubadas por ele, por meio dos valores da luz e da água. Em seu diário, Carolina explicita esta incompreensão das mulheres da favela: "O tal Orlando Lopes passou na minha rua. Ele disse que tudo que eu falo dele as mulheres lhe conta. São umas idiotas. Eu quero defendê-las, porque há ladrões de toda espécie. Mas elas não compreendem" (JESUS, 2014a, p. 176).

Esse pode ser mais um indício da desconfiança das pessoas da favela em relação a Carolina. Talvez o ponto não fosse a falta de compreensão ou entendimento dos fatos

denunciados. Muito provavelmente, as mulheres sabiam da desonestidade de Orlando Lopes, mas não se viam em condição de enfrentar esta situação. A questão era que elas não confiavam em Carolina, por conta da forma como ela denunciava as injustiças cometidas na favela.

Para aquelas mulheres, Carolina era apenas mais alguém que falaria mal da favela, e por consequência, delas mesmas. Se analisarmos a forma como a favela geralmente era retratada na mídia, podemos compreender a desconfiança das moradoras do Canindé. Quando a favela aparecia no jornal, geralmente era para mostrar crimes, violência, precariedade das condições de vida.

De certo modo, a narrativa de Carolina, ao denunciar as péssimas condições de vida e as injustiças, acabava por desqualificar o modo de vida daqueles que viviam na favela. Isto explica, em parte, os enfrentamentos com as mulheres da favela narrados no livro *Quarto de despejo*:

Quando as mulheres fera invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras. Elas diz:

- Que crianças mal iducadas!

Eu digo:

- Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos (JESUS, 2014a p. 20).

Primeiro, Carolina chama as mulheres de "fera", associando-as a um animal, a um ser irracional. Depois ela associa o fato de serem "incultas" à incapacidade de entenderem que os filhos jogavam pedra como forma de defesa da mãe. Acredito que por trazer a questão do livro logo em seguida, as vizinhas seriam "incultas" aos olhos de Carolina porque não liam, não estudavam como ela. No mesmo dia ela ainda escreve: "As rascoas da favela estão vendo eu escrever e sabe que é contra elas. Resolveram me deixar em paz" (JESUS, 2014a, p. 21). Talvez por esta razão, as pessoas, particularmente as mulheres, se sentissem incomodadas em ter a vida delas expostas num folhetim ou mesmo num jornal.

No diálogo abaixo, Carolina relembra da reação de uma vizinha:

...Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me:

- Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver!

- Não. Quem vai ler isto é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo.

- E porque é que eu estou nisso?

- Você está aqui por que naquele dia que o Armim brigou com você e começou a bater-te, você saiu correndo nua para a rua.

Ela não gostou e disse-me:

- O que é que a senhora ganha com isto? (JESUS, 2014a p. 143).

Para sua vizinha, Carolina se apropriava de uma história pessoal. Ela não tinha este direito! Carolina, porém, entendia que ela precisava relatar o cotidiano da favela, não apenas a fome, as duras condições de vida e moradia, mas tudo o mais que se desdobrava da miséria: a ignorância, o alcoolismo, a violência (especialmente contra a mulher), a degradação moral etc. Isto se deve em grande medida ao processo de formação intelectual de Carolina. Sua forma de pensar a realidade foi muito influenciada por um olhar moralista sobre as diferenças sociais. Neste sentido, a educação representou para Carolina algo muito parecido com o que a educação no século XVIII representava às classes populares. Segundo Thompson, a educação “se apresentava não apenas como uma baliza na direção de um universo mental novo e mais amplo, mas também como uma baliza para longe, para fora do universo da experiência no qual se funda a sensibilidade” (THOMPSON, 2002, p. 32).

Nas situações identificadas acima, conseguimos vislumbrar como Carolina busca se distinguir dos demais moradores da favela. Nesse sentido, uma observação de Thompson acerca dos resultados do processo educacional pós-Revolução Francesa pode nos ajudar a compreender essa questão. Segundo ele,

Os trabalhadores que, por seus próprios esforços, conseguiam penetrar na cultura letrada viam-se imediatamente no mesmo lugar de tensão, onde a educação trazia consigo o perigo da rejeição por parte de seus camaradas e a autodesconfiança. Essa tensão ainda permanece (THOMPSON, 2002, p. 36).

Dentro deste contexto, faz todo o sentido a busca quase desesperada de Carolina por interlocutores e por uma audiência. Algo que se materializava em suas visitas às rádios, aos jornais e editoras, buscando conseguir um trabalho como radialista ou poetisa. Assim, nas palavras de Farias, Carolina trabalhava nas casas de família “‘com má vontade’, doida para dar sua hora para ir para perto dos artistas, no teatro, ou com seus ‘colegas’, nas redações dos jornais, que ela frequentava com muito mais frequência” (FARIAS, 2017, p. 144). De modo recorrente, ela levava alguns dos poemas que escrevia para tentar publicar, inclusive obtendo êxito algumas vezes, como no caso da entrevista do jornal *A Noite* (anteriormente citada) e um poema em homenagem a Getúlio Vargas publicado no jornal *O Defensor* em 1950 (FERNANDEZ, 2015, p. 20-21), entre outros.

Mas, apesar de todos os esforços<sup>14</sup>, Carolina não conseguiu interlocução. Ao contrário, encontrou um profundo desprezo pelo seu trabalho. Os fatores que concorriam para tal

---

<sup>14</sup> Segundo Raffaella Fernandez (2016): “Um ponto que merece destaque é a estrutura de quase todos os versos do seu poema, com sete sílabas poéticas – redondilha maior – o que remete à forma da poesia antiga, que usava esse modelo de versificação. Para esta análise, esse modo de escrever pode ser considerado a evidência de que Carolina

indiferença e até mesmo desinteresse era por vezes reconhecido por Carolina. Sobre uma de suas visitas à redação do jornal *O Dia*, ela contou:

Minha cor, certamente, concorria para que eu não pudesse realizar as minhas aspirações. Revoltava-me. Bem sei que não tenho ilustração, que não sei muito, muito, o português, mas duvido que haja por aí pessoa mais bem inspirada do que eu. (apud FARIAS, 2017, p. 123)

Quando eu escrevia versos ia na redação para ouvir a opinião do senhor Francisco Sá. Uma noite entrei na redação e disse: o senhor quer ouvir os últimos versos que escrevi? O Senhor Francisco Sá coçou a cabeça e disse-me: Oh, meu Deus! Por que é que não nasci surdo?! (apud FARIAS, 2017, p. 142).

Mesmo depois de ter conseguido publicar seu primeiro livro, não havia, no meio literário, apreço pelo seu trabalho. Ocorre que, inicialmente, esta experiência foi muito contraditória. O lançamento de *Quarto de Despejo* foi um sucesso estrondoso que permitiu uma sensível melhora em sua condição de vida: ela e os filhos saíram da favela e se mudaram para uma casa própria em Santana, num bairro de classe média da cidade de São Paulo. Carolina virou notícia em todos os jornais e programas de TV, não apenas no Brasil. Viajou ao Chile e Argentina. Da noite para o dia, passou a ser chamada para eventos em universidades, viajava o Brasil falando de sua obra e de suas experiências como alguém que sofreu com a condição de marginalizada.

Em 1960 e 1961, Carolina se viu cercada de fama e prestígio devido ao sucesso estrondoso de *Quarto de Despejo*. Segundo Farias, não era só Carolina que vivia esse momento único, mas sim todo o país, visto que “uma mulher negra, saída da favela, que mal frequentou a escola regular, era a escritora mais lida e festejada do momento” (FARIAS, 2017, p. 303). Além de todas as entrevistas, programas de TV, mesas de honra e viagens que fez em decorrência da fama, Carolina recebeu o diploma de membro honorário da Academia de Letras e Faculdade de Direito de São Paulo. Sobre esse título ela relatou em seu segundo diário: “Fiquei pensando na confusão da minha vida. Eu não tenho diploma de Grupo Escolar e tenho da Academia da Faculdade de Direito” (JESUS, 1961, p. 56). Ou seja, um reconhecimento que ela, talvez, jamais teria imaginado conquistar.

Mas, Carolina também teve de enfrentar muito preconceito por parte da crítica literária e setores da mídia. A reação mais contundente foi do crítico Wilson Martins que desconfiava, por exemplo, que o livro não havia sido escrito por Carolina e sim por Audálio Dantas. Para

---

de Jesus pretendia, de algum modo, sofisticar o seu texto, alinhando-o a um gênero textual consagrado” (FERNANDEZ, 2016, p. 14).

Wilson Martins, alguém que era praticamente semianalfabeta não conheceria e nem saberia como empregar termos sofisticados da língua portuguesa. Segundo Meihy:

Sua condição de alguém que com seus escritos afrontava a norma culta e mesmo assim era acolhida como escritora seria algo a ser conferido pela crítica literária. Diria que naturalmente nos círculos conservadores grassavam antipatias e dúvidas (MEIHY, 2014).

As críticas por parte de espectadores e intelectuais muitas vezes eram duras e depreciadoras das obras de Carolina. Exemplo disso aconteceu após a tentativa de lançamento de seu disco<sup>15</sup>, também intitulado *Quarto de Despejo*, quando um crítico anônimo, que assinava “Spectador”, fez duras críticas a respeito do episódio. Em uma coluna na revista *Mundo Ilustrado*, ele apontou que “Quem viu na televisão, afogada em babados e pedrarias (linha couve-flor), esganiçando-se indiferente ao acompanhamento da orquestra, há de ter sentido profunda pena da pobre Carolina” (FARIAS, 2017, p. 316).

Esse tipo de crítica perseguiu Carolina até depois da morte, como as feitas por Wilson Martins em 1993 no artigo “Mistificação Literária”, na qual ele continuava reafirmando que as obras de Carolina, na verdade, não eram de sua autoria, mas de Audálio Dantas. Segundo Fernandez, uma editora alemã também se recusou a editar e publicar o livro *Diário de Bitita* por alegar “falsa autoria” (FERNANDEZ, 2015, p. 88).

Sobre Carolina caía mais uma vez o manto da desconfiança. Se o sucesso do livro *Quarto de Despejo* foi capaz de aplacar as primeiras críticas, o mesmo não pode se dizer das outras iniciativas literárias. Até mesmo Audálio Dantas, o jornalista responsável pela publicação de seu primeiro livro, colocava em dúvida sua capacidade literária. Ao que tudo indica, ele só se interessou pelo diário porque ele trazia uma narrativa realista e crua sobre o dia a dia de Carolina como moradora da favela do Canindé. Tanto é verdade que, no prefácio da publicação de *Casa de Alvenaria* (segundo livro de Carolina, e que será discutido mais adiante), o jornalista faz a seguinte colocação:

Agora você está na sala de visitas e continua a contribuir com este novo livro, com o qual você pode dar por encerrada a sua missão. Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco – não por sua culpa – no deslumbramento das luzes da cidade. Guarde aquelas “poesias”, aqueles “contos” e aqueles “romances” que você escreveu. A verdade que você gritou é muito forte, mais forte que você imagina, Carolina, ex-favelada do Canindé, minha irmã lá e minha irmã aqui. (JESUS, 1961, p. 10).

---

<sup>15</sup> Como exposto na linha do tempo que se encontra no início dessa dissertação, em 1961 Carolina lança um disco intitulado *Carolina Maria de Jesus: Cantando suas composições*.

O uso de aspas, quando ele fala dos contos, poesias e romances de Carolina, revelam sua ressalva, como se não pudessem ser considerados, efetivamente, parte desses gêneros literários. Ainda que o primeiro livro tenha sido bem recepcionado no mercado editorial, a valorização de sua obra decorria de seu valor testemunhal e realista. Algo que conjunturalmente não favorecia à publicação de seu segundo livro, o que segundo Meihy contribuiu significativamente para sua pouca divulgação:

Pesou também, muito, o momento político que se seguiu ao lançamento do Quarto. O advento da ditadura militar intimidou qualquer divulgação que pudesse ser vista como "subversiva", e a obra de Carolina a era. Não ousaria dizer que houve um (único) maior motivo para tal silenciamento, creio que mais que tudo, a combinação desses aspectos com o desgaste natural da autora selaram o sucesso (MEIHY, 2014).

Diferente do primeiro livro, nem *Casa de Alvenaria*, nem os demais publicados posteriormente fizeram o mesmo sucesso. Assim, passada a euforia da estreia, Carolina voltou a ficar só. Seus livros não encontravam espaço no mercado editorial e no bairro onde morava ela e seus filhos eram hostilizados pelos vizinhos. Segundo Farias, os filhos eram “agredidos ou ofendidos, chamados de ‘favelados’ ou ‘comedores de lixo’” (FARIAS, 2017, p. 307). As circunstâncias se agravaram tanto que ela chegou a procurar os jornais para pedir “paz aos vizinhos”. Segundo Fernandez:

Santana era um bairro de classe média baixa, onde ela e seus filhos sofreram uma série de preconceitos por serem negros e por carregarem o estigma da pobreza, de serem oriundos da favela. Não suportando as discriminações, Carolina de Jesus mudou-se para um sítio em Parelheiros, onde morou numa pequena casa com os filhos, sobrevivendo das colheitas de algum plantio e da criação de galinhas e porcos – além da venda de víveres na beira da estrada, que não deu certo por causa dos fiados –, e da “catação” de ferro, segundo ela conta na parte de seu diário “No sítio” (FERNANDEZ, 2015, p. 157).

A partir dessas considerações, constatamos que Carolina ficou num “beco sem saída” quando se mudou da favela. Nesses espaços, vivenciou a discriminação que sublinhou ainda mais a sua condição de inadequação. Era educada demais para viver na favela e não era boa o suficiente para viver em bairro de classe média. Além de negra e pobre, continuou carregando o estigma de “favelada”.

Isto, somado às desilusões com o “mundo intelectual”, levaram Carolina, em 1964, a se mudar para o sítio na região de Parelheiros<sup>16</sup>. O balanço da experiência na cidade de São Paulo

<sup>16</sup>Apesar de Parelheiros ser o segundo maior distrito dentro do município de São Paulo, ainda hoje é uma região muito pouco povoada, com grandes áreas de reservas ambientais da Mata Atlântica <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/index.php?p=411> acessado em 06/09/2019 às 08h32.

não foi muito positivo. Na cidade, tanto na favela como no bairro residencial, Carolina não era plenamente aceita, vivia brigando com os vizinhos e muitas vezes disse se sentir sozinha. Ao imaginar-se voltando para o interior, idealizava uma vida sem censura, sem preconceito. Meihy avalia que: “A busca do retiro no campo era um idílico projeto em que ela mesma não acreditava, apenas se valendo dele para usar como mote literário ou explicação dos desencontros da vida moderna” (MEIHY, 1998, p. 91).

Quando morava na favela e até mesmo após o sucesso de *Quarto de Despejo*, ela costumava afirmar que, quando possível, voltaria ao campo, pois foram alguns dos melhores anos de sua vida. Esta idealização também está fortemente impregnada no livro *Diário de Bitita*. Nesta obra, Carolina recupera a própria trajetória, projetando seu passado em Sacramento e lembrando elementos da infância e adolescência. No fim, Carolina volta ao começo, às experiências que marcaram sua vida e moldaram a forma de ver e lidar com o mundo.

Se analisarmos o capítulo “A Fazenda”, de *Diário de Bitita*, podemos observar um dos raros momentos em que Carolina narra que ela e a família viveram com certa tranquilidade e fartura: “Ganhávamos o leite, o açúcar. O arroz nós plantávamos. Que tranquilidade não tinha polícia nos nossos calcanhares. Que silêncio para dormir!” (JESUS, 2014b, p. 134).

Assim, nos momentos de grande dificuldade, durante o tempo em que morou na favela, principalmente quando se deparava com o preço dos gêneros alimentícios, ela se lembrava com saudosismo daquele período: “Naquela época não existia favela. Não existia fome” (apud FERNANDEZ, 2015, p. 34). Depois do sucesso, o campo já era lembrado como um lugar de tranquilidade, um refúgio, para onde ela gostaria ir quando não aguentava mais a imprensa ou os oportunistas, visto que segundo ela, “depois que virou escritora a sua ‘vida estava um inferno’” (FARIAS, 2017, p. 313).

Mas, sair da cidade de São Paulo, apesar de ter trazido certa tranquilidade, não foi exatamente aquilo que almejava. Segundo Farias: “A ida para o sítio só agravou o seu esquecimento, pela distância do grande centro nervoso da cidade, e aumentou o seu mau humor, cada vez mais ácido. Era distante de tudo” (FARIAS, 2017, p. 337). Ao final de sua jornada, Carolina continuou a se sentir só.

A última grande aparição de Carolina enquanto escritora foi o lançamento da versão de bolso de *Quarto de Despejo* no final de 1976, início de 1977. Esta edição foi lançada em pontos populares da cidade de São Paulo, principalmente em bancas de jornais, as quais eram conhecidas de Carolina; além de três pontos da cidade do Rio de Janeiro. Foi uma verdadeira maratona, que exigiu muito de sua saúde, que já estava debilitada. Segundo Farias, ela já reclamava de dores, seu corpo apresentava um aspecto frágil e sua mente estava confusa

(FARIAS, 2017, pp. 344-345). Em 1977, aos 62 anos, Carolina faleceu em decorrência de uma crise violenta de bronquite asmática e insuficiência respiratória crônica. No velório, nenhuma autoridade esteve presente. Audálio compareceu apenas no enterro. Ele e Carolina já não se viam ou se falavam desde 1965 (FARIAS, 2017, pp. 347-348).

Apesar de tudo, podemos afirmar que Carolina em nenhum momento se conformou com sua condição de trabalhadora *manual*. Queria ser artista, poetisa, escritora, qualquer coisa que a colocasse entre os intelectuais, pessoas de cultura, como tantas vezes ela escreveu em *Quarto de Despejo*. A seu modo e dentro dos limites históricos de sua época, Carolina tomou sua história nas mãos e se traduziu como escritora, embora a sociedade tentasse a todo tempo limitá-la ao exercício do trabalho braçal. Não é que ela desprezava o trabalho manual, não era orgulho, mas era desejo, aspiração: ela queria e se deu o direito de pensar e escrever, mesmo diante dos obstáculos mais difíceis. A pessoa que mais precisava ter esta certeza era Carolina, e ela sabia: “Tive horas de alegria; fiz versos e os vi publicados nos jornais paulistas. Senti a sensação da glória, vendo as minhas produções estampadas em letras de forma” (FARIAS, 2017, pp. 122-123).

Os meios que utilizou para alcançar seus objetivos são, em grande parte, aquilo que faz de sua trajetória algo tão singular e significativo, visto que nos permitem um outro ponto de vista diante da busca pelo reconhecimento de sujeitos oriundos das classes populares.

Além do mais, as influências intelectuais de Carolina remetem a um conjunto de romancistas e poetas clássicos, tais como Camões, Bernardo Guimarães, Olavo Bilac e Casimiro de Abreu, os quais constituíam uma ferramenta importante de análise social. Carolina não mergulhou no universo literário do ponto de vista acadêmico, não sabia de teoria literária, mas isso não retira a originalidade de sua obra, nem limita a sensibilidade com que a própria experiência é reanalisada e "recontada" (GRAMSCI, 1978).

Sua trajetória a colocou numa posição sempre muito difícil, porque embora estivesse próxima e compartilhasse da experiência vivida pelos trabalhadores, não conseguia se comunicar com eles, não era capaz de ser aceita por eles e tampouco de aceitá-los. De outro lado, também não era aceita nos círculos intelectuais e não conseguia ascender socialmente. Ela não conseguia se fazer entender entre os seus que a consideravam ‘metida’, melhor que os demais. De outro lado, Carolina também não era aceita nos círculos sociais das classes médias. Não era considerada boa o bastante, era pobre e preta demais, sua escrita ainda era defeituosa e não respondia aos rigores da norma culta.

Mas, a figura de Carolina revela mais do que inadequação. Como mulher pobre e trabalhadora, a sua trajetória e escritos revelam uma dimensão importante da relação entre cultura popular e erudita que escapa dos moldes da educação formal. Em suas obras podemos perceber uma síntese própria de culturas opostas que permitiram a ela ver e analisar o mundo dentro de uma linguagem singular, a linguagem de Carolina.

Apesar de em determinados momentos observarmos um afastamento entre as culturas popular e erudita, em outros existe um rico intercâmbio entre uma e outra, visto que tanto a educação formal quanto a experiência são partes de um mesmo sujeito histórico. Mais do que isso, em alguns momentos a erudição complementa o saber tradicional, enquanto em outros, esse saber tradicional foi utilizado para explicar algo do ponto de vista da erudição. Respeitando os limites, essa relação se estabeleceu de forma dialética na constituição de Carolina e de suas obras.

Foi neste lugar, ou melhor, a partir deste não lugar que Carolina, ao longo de sua trajetória, produziu uma crônica da vida cotidiana, sob muitos aspectos como uma resposta às situações de exploração, opressão, marginalização e discriminação que a marcaram. Pensamos que é deste lugar particular que Carolina, ao falar de si, nos permite antever os dramas e as experiências dos trabalhadores.

## CAPÍTULO II

### CAMPO E CIDADE: DIMENSÕES DO VIVER DAS CLASSES POPULARES NA NARRATIVA DE CAROLINA

Um dos aspectos centrais da obra de Carolina é o valor de sua experiência e testemunho sobre a vida dos trabalhadores pobres da região Sudeste, seja no campo, na cidade ou em um grande centro urbano. Neste capítulo, buscaremos explorar esta dimensão de sua obra para nos aproximarmos das formas de viver dos trabalhadores. Trata-se de uma tentativa de identificar, pelo olhar de Carolina, como os trabalhadores podiam se perceber no mundo e como atuavam dentro de um cenário profundamente desigual.

Por uma organização puramente metodológica escolhemos trabalhar com temas, muito embora saibamos que a obra de Carolina não pode ser reduzida aos recortes que fizemos. Entendemos que o conjunto da contribuição dos escritos de Carolina é maior e muitos aspectos ainda estão inexplorados. Deste modo, se no primeiro capítulo nos concentramos em Carolina e na singularidade de sua posição, agora gostaríamos de propor algumas generalizações possíveis de serem feitas a partir da leitura de suas obras.

Dentro desta perspectiva, procuraremos entender as idas e vindas de Carolina, do campo para a cidade e as mudanças sociais, culturais e de trabalho que ela encontrou em cada lugar. O denso processo migratório que ela viveu revela, entre outras coisas, uma realidade vivenciada por muitos trabalhadores ao longo do século XX. As condições de vida e de trabalho no campo, já muito desgastadas pelas mudanças empreendidas pela tentativa de modernização econômica do país, com a implementação da indústria e a reestruturação dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, levaram muitos a se deslocar para essas regiões, buscando nas cidades oportunidades para melhorar as condições de viver, de trabalhar e até de consumir diante da nova realidade capitalista que se apresentava.

#### *2.1. Dimensões do viver das classes populares no campo*

Segundo Eunice Durham: “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’” (DURHAM, 1984, p. 113). No caso de Carolina de Jesus, a busca por uma “vida melhor” perpassa não apenas as questões que tangem as condições materiais,

como também o acesso à cultura, à educação e, principalmente, ao reconhecimento da sua própria cultura e educação pela classe dominante, questão muito debatida no capítulo anterior.

Começamos por analisar as descrições de Carolina sobre as condições de vida no campo, particularmente do período que viveu em Sacramento. Parte significativa das memórias deste período de sua vida estão registradas em *Diário de Bitita*. Deste ponto de vista é preciso sublinhar que, ao final de sua vida, Carolina volta ao começo, recuperando as experiências que viveu na infância e na juventude. É somente ao final de sua obra que temos acesso ao início da história de vida e ao conjunto contraditório de forças que atuaram em sua busca pela felicidade na capital paulista.

Como já apontado anteriormente, Carolina de Jesus descende de uma família de negros, que ainda sofriam com as sequelas deixadas pelos séculos de escravidão no Brasil, do ponto de vista moral e material. Essa era uma realidade muito comum em Sacramento, região marcada pelo período escravista, onde residia um grande número de negros, ex-escravos ou descendentes de escravos<sup>17</sup>.

Logo no início da obra, Carolina destaca como eram as condições de moradia desses trabalhadores por meio de sua própria experiência. Segundo narra, a casa onde morava com a mãe e o irmão “era coberta de sapé. As paredes eram de adobe cobertas com capim. Todos os anos tinha que trocar o capim, porque apodrecia (...) o chão não era soalhado, era de terra dura, condensada de tanto pisar” (JESUS, 2014b, p. 13). Na descrição, ela não conta se havia divisórias na casa, como ou onde dormiam e comiam.

A casa se localizava em um terreno que, aparentemente, foi adquirido pelo avô, onde ele e os filhos moravam. No entanto, logo no início do livro ela escreve: “Os pobres moravam num terreno da Câmara: ‘o Patrimônio’” (JESUS, 2014b, p. 13). Assim, não fica clara a organização das moradias, se era um terreno cedido pela administração do município, ou se esses trabalhadores adquiriam pequenos lotes em um mesmo bairro, talvez mais retirado e

---

<sup>17</sup> Segundo consta em levantamento de 1872, publicado recentemente na biblioteca do IBGE, nesse momento Minas Gerais possuía uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas, sendo que destes 1.086.366 eram de pretos e pardos livres e escravos, 32.316 de caboclos e 830.927 de brancos. Assim, cerca de 55% da população era de negros e pardos. Já no censo realizado em 1960 a porcentagem de negros e pardos em Minas Gerais havia caído para 40% da população total. Das 9.698.118 pessoas residentes em Minas, 1.179.373 se declararam negras e 2.763.298 pardas. Apesar da redução, os dados revelam como as pessoas de cor ainda representava quase metade da população de Minas Gerais. Informações disponíveis em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v8\\_p2\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v8_p2_mg.pdf) > acessado em 29/08/2018 às 15h00; [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t9\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf) acessado em 30/08/2018 às 09h00.

assim, mais barato. Além disso, as casas simples não possuíam água encanada e “mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água” (JESUS, 2014b, p. 13).

Apesar das poucas linhas dedicadas à descrição da moradia, podemos inferir algumas características gerais, como a precariedade das construções destinadas aos pobres, a falta de saneamento básico, além da segregação urbana indicada por Carolina.

Se as condições de moradia eram precárias, as de trabalho não eram muito diferentes, visto que uma era consequência da outra. Não havia muitas opções para os pobres, que geralmente trabalhavam nas fazendas da região. No caso das mulheres, se revezavam entre o trabalho no campo (plantio e colheita) e nas casas dos fazendeiros (lavando, cozinhando e cuidando das crianças). Segundo narra Carolina: “As mulheres pobres não tinham tempo para cuidar dos seus lares. Às seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível!” (JESUS, 2014b, p. 36). Na continuação do relato ela ainda aponta: “Quantas louças e talheres e panelas para serem lavados! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilhos, enxuga-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite” (JESUS, 2014b, p. 37).

Essas observações indicam as longas e árduas jornadas de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores pobres. Se fizermos as contas, essas mulheres trabalhavam cerca de 17 horas por dia, muito provavelmente, por um salário que não correspondia ao esforço empregado por elas. Um indício dos baixos salários pagos aos trabalhadores é o fato das mulheres levarem comida, das casas onde trabalhavam, para os filhos. Sobre isso, Carolina aponta: “No jantar, as cozinheiras faziam mais comida, para sobrar” enquanto seus filhos “ficavam acordados esperando mamãe chegar com a comida gostosa das casas ricas” (JESUS, 2014b, p. 37). Percebemos uma certa generalização em relação a essas trabalhadoras, como se a condição de quem trabalhasse nas casas das patroas fosse constante, muito provavelmente resultado tanto de suas observações como também de sua própria experiência, visto que sua mãe era uma dessas mulheres.

Independente da ocupação, a exploração no trabalho era constante, principalmente em decorrência de “ter muitas pessoas para trabalhar e pouquíssimos os locais para trabalhar” (JESUS, 2014b, p. 38), e por isso, “a patroa era tratada como se fosse uma santa no altar” (JESUS, 2014b, p. 38). Esses apontamentos nos revelam parte das relações sociais que se estabeleciam entre a classe trabalhadora, composta majoritariamente por negros, e a classe dominante. A falta de trabalho resultava na aceitação de qualquer tipo de serviço, das condições

de trabalho e de salário, visto que não existia seguridade ou mesmo leis que regulamentassem as relações trabalhistas<sup>18</sup>.

A longo prazo, as condições de trabalho no campo não eram muito diferentes, tanto do ponto de vista da exploração e como também da má remuneração. Carolina conta pelo menos duas situações em que ela e a família foram trabalhar na lavoura. A primeira vez foram trabalhar na fazenda do seu Olímpio Rodrigues Araújo. Segundo ela, a opção de irem trabalhar na roça os favoreceria, visto que esse era “o lugar apropriado para os pobres”, pois “a vida no campo, além de ser mais saudável, é mais simples” (JESUS, 2014b, p. 131). Realmente, nos primeiros anos em que viveram nessa fazenda a vida foi mais fácil, principalmente porque havia fartura de alimentos. Ao que parece pelos relatos, a família de Carolina foi contratada nessa fazenda para a safra do café. Plantavam e colhiam de acordo com o período. Além disso, no tempo livre eles também poderiam plantar verduras e outros alimentos para consumo próprio, o que permitia que tivessem uma melhor alimentação com um menor custo. No entanto, decorridos cerca de quatro anos todos eles foram expulsos da terra. Mais uma vez, Carolina expõe a exploração sofrida:

- Vão embora! Não os quero na minha fazenda. Vocês não me dão lucro. Só dão prejuízos, a sua lavoura é fraca.

O meu padraço pediu:

- Se o senhor me alugar o arado para arar as terras.

- Não dou nada, vão embora. Você vai vender verduras em Uberaba, ganha muito dinheiro e não divide comigo.

Ele vendia mil sacos de café classificado, o café moça. Vendia cem porcos gordos para os frigoríficos, e nós ganhávamos trinta mil-réis com as verduras, e ele queria divisão.

Nessas fazendas só o fazendeiro é quem tem o direito de ganhar dinheiro.

- Você me deve oitocentos mil-réis e não me paga. Eu não sou teu pai (JESUS, 2014b, p. 138).

Fica evidente a tentativa de exploração por parte do fazendeiro, que além de expulsá-los sem os devidos acertos, deixados à beira da miséria, sem ter para onde ir, ainda julgava estar em débito, afirmando que eles lhe deviam por ter trabalhado. Essa prática exploratória de dívidas também era uma forma de manter os trabalhadores nas fazendas sem pagamento pelo serviço realizado, remetendo a uma tentativa de “escravidão moderna”. Isso se evidencia ainda

---

<sup>18</sup> Vale ressaltar que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) “foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação foi assinada pelo então presidente no Estádio de São Januário (Club de Regatas Vasco da Gama), que estava lotado para comemorar o feito. Dois anos antes, em 1941, Getúlio havia assinado a criação da Justiça do Trabalho, no mesmo local e mesmo dia do ano”. Informações retiradas do site <<https://trt-24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>> acessado em 26/06/2019 às 09h45.

mais quando o padraсто de Carolina contesta o fazendeiro e esse responde “- Oh, se ainda existisse o tronco! ” (JESUS, 2014b, p. 138).

Na segunda fazenda aonde vão trabalhar, também na colheita de café, a situação é ainda pior. Lá, além das duras jornadas de trabalho eles não tinham permissão para plantar os próprios alimentos. Segundo Carolina, “serviços tínhamos demais até, comida pouquíssima!” (JESUS, 2014b, p. 140). Além disso, sempre que os trabalhadores procuravam receber seus ordenados, ele afirmava “vocês estão me devendo” e completava: “Eu só vejo vocês comerem, não vejo serviço” (JESUS, 2014b, p. 141). A exploração era tão avassaladora nesse lugar que os trabalhadores resolveram fugir, deixando todos os seus pertences para trás. Aqui, mais uma vez observamos a prática da escravidão por dívidas, em que o trabalhador é obrigado a se manter na fazenda, trabalhando sem remuneração e ainda é obrigado a pagar ao dono pela moradia e comida, geralmente vendida nos armazéns na própria fazenda a preços mais altos. Como apontou Carolina: “Nós entramos pobres na fazenda e saímos mais pobres ainda. Carpimos doze mil pés de café, e colhemos também, e não recebemos nada. Que crueldade! Nos tirar da nossa casa, nos espoliar, e nos abandonar sem um tostão” (JESUS, 2014b, p. 143).

Ademais, aliada à exploração, às péssimas condições de trabalho e de remuneração, outras questões aparecem, como a discriminação pela cor, a criminalização dos trabalhadores negros, as relações de poder e a estigmatização em torno do negro. Tudo isso pode ser inicialmente observado já nas experiências relatadas anteriormente, como o fato do patrão querer levá-los para o tronco, ou a tentativa de escravização por dívidas. Em partes isso se dava pela herança deixada pelos séculos de escravidão, e em partes pela falta de seguridade social e ausência do Estado.

Dentro dessa perspectiva, nos chama a atenção as reflexões feitas por ela no capítulo intitulado “Ser pobre”. Nele, ela faz a seguinte reflexão:

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer: “Sabe com quem você está falando?”, para mostrar a sua superioridade (JESUS, 2014b, p. 38).

Aqui, podemos observar como se estabeleciam as relações de poder entre a classe dominante e os trabalhadores. Embora aqui ela use os termos rico e pobre, essa relação geralmente se estabelecia também pela dicotomia branco e negro. Por mais que avaliemos que nem todos os brancos eram ricos, os ricos de Sacramento eram brancos, visto que em determinado momento Carolina escreve: “naquela época, os dois únicos negros importantes

eram Patrício Teixeira, um cantor, e o doutor Azevedo Costa, de Uberaba” (JESUS, 2014b, p. 43). Na sequência do relato anterior, ela ainda aponta:

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. (...). No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo. (...). Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar.  
O pai negro era afônico; se pretendia reclamar, o patrão impunha:  
- Cale a boca, negro vadio! Vagabundo! (JESUS, 2014b, pp. 38-39).

As relações de dominação eram tão intensas que eram passadas de pai para filho, tanto em relação aos que dominavam, como também dos dominados. A única solução era aceitar, pois os questionamentos podiam gerar consequências ainda piores, como humilhações públicas, demissões e até a prisão. Em outro momento, ela também aponta, “se o doutor Oliveira que estudou em Coimbra dissesse: - Negro ladrão... – aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão. (...) E não se reabilitava jamais” (JESUS, 2014b, pp. 38-39). O “doutor” representa aqui a autoridade, dentro de uma sociedade altamente hierarquizada e meritocrática. Assim, dependendo de quem pronuncia, a palavra se torna lei, não pode ser questionada: o doutor tem autoridade, ele é alguém que pode se pronunciar, ele tinha as credenciais para fazê-lo.

O que sustenta essa relação, no entanto, é a estigmatização e a criminalização dos negros, como podemos notar nos trechos acima. Boris Fausto, ao analisar a criminalidade em São Paulo no final do século XIX e início do XX, constatou que, “no âmbito dos processos penais, a estigmatização da cor se desenha nítida ao longo dos anos”, sendo em que em muitos processos analisados por ele, buscava se destacar a cor do sujeito detido, geralmente acompanhada de um termo depreciativo (FAUSTO, 1984, p. 54).

Rotular esses trabalhadores como vadios, preguiçosos, vagabundos, ladrões, entre outros termos pejorativos era uma forma de sustentar essa dominação. Essas “interpretações” da classe dominante em relação aos trabalhadores serviam, por exemplo, para escamotear as suas ações em relação aqueles sujeitos. Exemplo muito evidente dessa tentativa ocorreu durante o tempo em que Carolina trabalhou na residência de seu Armand Goulart. Segundo sua narrativa, ela foi acusada de ter roubado cem mil-réis de um padre que era parente da família.

Eu estava estendendo a roupa quando chegaram dois soldados.  
- Vamos, vamos, vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa.  
Assustei:  
- O que houve?

- Ainda pergunta cara de pau! Você roubou cem mil-réis do padre Geraldo. (...) Fui presa por dois soldados e um sargento. Pensei: “Será que eles vão me obrigar a percorrer as ruas com as crianças gritando: a Bitita roubou cem mil-réis. – A Bitita roubou cem mil-réis!”. Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso.

Quando o soldado ia me bater o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão.

A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles só sabem dançar e beber pinga. (JESUS, 2014b, pp. 145-146).

Essa memória narrada por Carolina nos permite observar como a exploração, a opressão e a criminalização dos negros naquele momento estavam interligadas entre si. Se toda a situação já nos causa desconforto diante da acusação sem provas, da prisão arbitrária, dos adjetivos utilizados para caracterizá-la (nojenta, vagabunda), o desfecho nos deixa estarecidos. Mesmo sendo injusta toda a situação, o fato de ela ser negra justificava toda a cena pois, segundo aquela família, os negros não poderiam ser considerados seres humanos. Nessa perspectiva, Boris Fausto também analisa que ser negro, naquele momento, era “um atributo negativo conferido pela natureza que só se desfaz parcial e excepcionalmente pela demonstração de características positivas: o devotamento ao trabalho, a fidelidade a algum branco protetor, a humildade etc.” (FAUSTO, 1984, p. 55).

Essa expectativa social em relação aos trabalhadores negros fica bem evidente em dois momentos da vida de Carolina após o sucesso de *Quarto de Despejo*. O primeiro aparece ainda no prefácio de *Casa de Alvenaria*, escrito por Audálio Dantas. No último parágrafo, ele escreve: “Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco” (JESUS, 1961, p. 10). O segundo, também envolvendo o jornalista, se refere a um diálogo entre eles: “O repórter disse-me que eu sou orgulhosa. – Que orgulho que eu posso ter? Eu procuro só o que é humilde para fazer. Fui empregada doméstica, catava papel, moro na favela. Você não vai querer mais humildade do que isso” (JESUS, 1961, pp. 31-32).

Diante dessa estigmatização fortemente enraizada na sociedade em relação aos negros, uma das únicas formas de se manter fora do alcance das autoridades era por meio do trabalho. Após a abolição da escravidão, a classe dominante buscou construir, em torno do trabalho, uma aura de moralidade, de enobrecimento, como uma forma de controle dos trabalhadores negros. Até aquele momento o trabalho braçal, tanto na lavoura como nas casas dos patrões, possuía valor negativo, diretamente relacionada à condição de escravo. Segundo Chalhoub, a classe dominante buscou “educar os libertos” para a vida em sociedade, transmitindo o valor do trabalho como um valor moral, como o “elemento característico da vida ‘civilizada’”, visto que

“quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais” (CHALHOUB, 2001, pp. 69-70).

Porém, fica evidente nas discussões acima como esse trabalho se apresentava como uma dupla concepção na realidade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que precisavam se manter trabalhando, não apenas por uma questão financeira, mas também por uma questão moral, era por meio desse trabalho que se efetivava a exploração e a opressão desses trabalhadores. Dessa forma, estes aguentavam abusos físicos, sexuais, psicológicos, não apenas para manter o emprego, mas para não se tornarem, nos termos de Laura de Mello e Souza, “desclassificados sociais”<sup>19</sup>. Além do que, estar trabalhando não era garantia de que essa estigmatização se findasse. Em muitos casos, essa situação chegava ao extremo, quando a cor da pele se tornava legitimadora da criminalização. “Quando os pretos falavam: - Nós agora estamos em liberdade. – Eu pensava: ‘Mas que liberdade é essa se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes?’ ” (JESUS, 2014b, p. 59). O termo “fossem” (pretérito imperfeito do subjuntivo) aparece aqui como uma probabilidade que não necessariamente tenha acontecido, ou seja, eles tinham que correr das autoridades mesmo não sendo culpados.

Exemplo claro disso aconteceu com sua mãe, presa sem motivos aparentes. “Um dia, minha mãe estava lavando roupas (...). Os policiais prenderam-na. (...) Eu pensava: ‘Só as pretas que vão presas’” (JESUS, 2014b, p. 31)<sup>20</sup>. Além disso, Boris Fausto também apontou que os dados sobre os presos em São Paulo, entre 1904 e 1906, mostram que “negros e mulatos são presos em proporção mais de duas vezes superior à parcela que representam na população da cidade” visto que constituíam cerca de 10% da população, enquanto representam 28,5% do total de presos (FAUSTO, 1984, p. 52).

Em outra situação, vivenciada por Carolina ainda quando criança, mostra como essa criminalização estava presente em todos os momentos da vida dos trabalhadores negros, e uma simples atitude de criança poderia virar caso de polícia:

- Se eu pudesse comprar isto! Se eu pudesse comprar aquilo!

---

<sup>19</sup> Segundo Souza, “‘desclassificado social’ remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação, deixando claro que, se existe uma ordem classificatória, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo” (SOUZA, 2004 p. 25).

<sup>20</sup> Apesar da proximidade em relação à abolição da escravidão, essa mentalidade não parece estar apenas relacionada com aquele período, visto que, segundo Fausto, mais de 30 anos depois da abolição ainda podemos observar como essa criminalização aparecia constantemente nos processos estudados por ele (FAUSTO, 1984, p. 54).

Vestia um vestido da minha mãe, amarrava um barbante na cintura e pulava o muro da vizinha, trepava nas árvores, colhia as frutas, ia introduzindo-as dentro do seio, depois descia e ia saboreá-las.

Mas não sentia tranquilidade interior, meu subconsciente me advertia que havia praticado um ato indigno (JESUS, 2014b, p. 57).

Em um primeiro momento, quando lemos esta narrativa a atitude nos parece uma simples peraltice de criança: subir em árvores e comer frutas. Mas, a observação sobre a intranquilidade que sentia durante a brincadeira nos chama atenção. Não é rotina uma criança fazer tal reflexão acerca de uma prática tão inocente. Porém ela continua o relato, contando que em um determinado dia, ao tentar pegar mangas, ela caiu e a dona veio ver o que havia. Ao avistar Carolina com as frutas, a vizinha a repreende "- Então é você quem rouba as minhas frutas. Negrinha vagabunda. Negro não presta" (JESUS, 2014b, p. 58). Os termos utilizados para repreender a menina não condizem com o "crime". Afinal, era uma criança, fazendo coisas de criança. Mais do que isso, é válido observar que dona Faustina, a dona do pé de manga, não se limitou a repreender Carolina, mas atacou todos os negros, de forma generalizada, como se o fato não fosse resultado do comportamento de uma criança, mas sim da gênese do negro.

A criminalização dos trabalhadores negros também aparece em outras situações vivenciadas por eles. Quando chegou à adolescência, Carolina começou a desenvolver uma doença em suas pernas, muito provavelmente varizes, que geravam feridas. A falta de assistência médica em Sacramento fez com que ela se dirigisse a outras cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo em busca de tratamento. Uberaba foi um dos lugares para onde se dirigiu, pois soube que lá havia bons médicos. Ao chegar à cidade desconhecida, sem dinheiro e lugar para ficar, buscou abrigo na casa de uma tia. No entanto, ao chegar a primeira coisa que a tia lhe perguntou foi:

- Você com certeza já jantou.

- Não senhora.

Ela dirigiu-me um olhar furioso. Pôs um pouquinho de feijão e arroz e foi dizendo:

- Visitas de boca não me interessam. Visitas de braços, sim. Como foi que você descobriu a minha casa?

- Foi uma mulher quem me ensinou.

Minha tia Ana ficou furiosa, xingando

- Ah, mulher infame, desgraçada! Ela que vá para o inferno! (JESUS, 2014b, p. 164).

Como “visitas de boca” não interessavam a tia Ana, ela logo intimou Carolina a conseguir algum dinheiro, nem que fosse à base da mendicância, caso contrário ela deveria arranjar outro lugar para ficar. Sem alternativas, ela sai pela cidade pedindo esmolas. Na primeira casa em que bateu, a proprietária lhe disse:

- Você é novinha e pedindo esmola. Não tem vergonha? É por isso que ninguém gosta dos negros, vocês são indolentes, imprestáveis. Vai trabalhar, nojenta.
- É que eu estou doente.
- Procure a Santa Casa!
- Eles não me internam. Minha doença é de ambulatório.
- Você não tem mãe, não tem parentes? Vocês, medíocres, dão graças a Deus quando aparecem essas chagas nos seus corpos, para tirarem proveito da doença pedindo esmolos. É que vocês, que são ignorantes, não sabem o valor de um corpo são, sem enfermidades (JESUS, 2014b, p. 167).

Ao analisar as condições de sobrevivência dos pobres na capital paulista no final do século XIX e início do século XX, Maria Inez Machado Borges Pinto aponta que alguns motivos para a “prática do pedinte, como a doença, a velhice, a invalidez, eram legitimadas por órgão da imprensa, por exemplo, sendo que, “em muitos casos, a imprensa adotava uma postura de complacência, enchendo-se de consideração para com os pobres ‘verdadeiramente’ necessitados” (PINTO, 1994, pp. 218-219). A imprensa talvez fosse condescendente, mas a sociedade na sua grande maioria não aceitava a mendicância. A criminalização do trabalhador negro aparece novamente nessa situação, de forma ainda mais explícita. Mesmo alegando estar doente e não ter como se tratar da doença, nem como trabalhar por causa dela, os insultos por parte da dona da casa continuaram. Pela narrativa parece que a doença, ao contrário do que defendiam os jornais a respeito da prática da mendicância, aparece como “deslegitimadora” da condição de trabalhador. Em outras palavras, seria como se o trabalhador pobre e negro não tivesse “direito” a ficar doente, sendo que essa condição reforçava o estigma de “vagabundo, indolente, ignorante” (entre outros pejorativos, como os expostos na situação acima). Nesse sentido, percebemos como essas situações revelavam o caráter mais desumano da sociedade republicana. Mais do que isso, essas questões se “justificavam” pelo valor que o trabalho adquiriu historicamente na sociedade moderna. Tais sentimentos de desprezo e repulsa foram e ainda são fundamentais para compelir todos ao trabalho, mesmo estando doentes.

As situações experimentadas por Carolina ao longo dessa jornada vão revelando a precariedade das condições encontradas pelos trabalhadores em momentos de grande dificuldade. Claro que nesse caso ela tinha um agravante que era a doença. Mas, esse ponto chama ainda mais atenção, pois estando ou não doente, o trabalhador que deixa o meio rural em busca de uma nova condição de vida, geralmente não espera que a situação se agrave ainda mais, mas que, mesmo minimamente, encontre maiores possibilidades de sobreviver. Contudo, em determinadas situações, a sobrevivência na cidade era ainda mais difícil do que na zona rural. No campo, por exemplo, as relações sociais eram mais simples dentro da classe trabalhadora, visto que existe um conjunto de relações recíprocas entre os trabalhadores de uma

fazenda, por exemplo. O pequeno núcleo familiar (mãe, pai, irmãos) também aparece como suporte, tanto emocional ou financeiro, de acordo com as necessidades. Nesse sentido, como bem apontou Eunice Durham, no campo raramente a necessidade se expressa como impossibilidade de sobrevivência; apesar do trabalho ser árduo, existem meios de produzir o próprio sustento, enquanto que no meio urbano muitas vezes não existem alternativas além da criminalidade ou da mendicância (DURHAM, 1984, p. 163), como podemos observar na própria experiência relatada por Carolina.

Quando ela procura esse tipo de assistência nos parentes e conhecidos que residiam nas cidades, a recepção foi fria, revelando, entre outras coisas, a ausência de socialização e até mesmo de solidariedade. Mas, não podemos negar que essa frieza com que foi recebida também indica uma condição mais generalizada vivida pelos trabalhadores nessas cidades. A forma como tia Ana se dirige a Carolina logo que ela põe os pés na sua casa, primeiramente indagando se ela já havia jantado e posteriormente afirmando que “visitas de boca” não interessam, mostram como a sua condição era instável. Apesar de ter uma casa confortável e todos terem trabalho, uma pessoa a mais para alimentar poderia significar um desequilíbrio nas finanças, ainda mais alguém doente, que provavelmente ficaria ali durante um período consideravelmente longo. O mesmo ocorreu em Uberaba, quando ela procurou uma conhecida, dona Maria Leonaldo. Ela também tratou de despachar logo Carolina, permitindo que ela dormisse lá apenas uma noite, e no galinheiro, pois segundo ela: “– Ninguém te dá serviço” (JESUS, 2014b, p. 152). Novamente, o fato de Carolina estar impossibilitada de contribuir com as despesas da casa, e ela própria ser mais uma despesa, gerou essa tentativa de afastá-la. Isso fica ainda mais evidente pelo fato de haver outra mulher morando na casa de dona Maria Leonaldo. Porém, como aponta Carolina, “ela era cozinheira de uma família rica. À noite ela trazia café, açúcar, sabão e dava para a dona Maria” (JESUS, 2014b, p. 152).

Mas, a peregrinação de Carolina em busca de tratamento revela mais do que apenas a criminalização sofrida pelos trabalhadores quando se encontravam em situações de completa miséria. Em todos os lugares que passou percebemos, por exemplo, uma completa ausência do Estado, tanto do ponto de vista médico, como também de uma previdência social. Como já observamos, Carolina não podia trabalhar e, mesmo que tentasse encontrar emprego, dificilmente conseguia devido ao aspecto e odor das feridas. No único hospital que conseguiu atendimento se limitaram a fazer curativos e mandá-la embora, pois não podiam interná-la. E isso gerava um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que não podiam interná-la, ela deveria repousar para que as feridas sarassem. Sem dinheiro, sem trabalho, sem abrigo, ela não

conseguia nem uma coisa e nem outra. Assim, percebemos as dificuldades enfrentadas pela população para lidar com o adoecimento.

Foi nas instituições religiosas conhecidas como “Santa Casa” que Carolina conseguiu melhorar um pouco de suas pernas. As freiras cuidavam e limpavam suas feridas todos os dias, trocavam seus curativos e permitiam que ela repousasse. Além de abrigo, Carolina também tinha comida, banheiro onde podia tomar banho, entre outros benefícios aos quais ela poucas vezes teve acesso à época. No entanto, não sabemos onde exatamente ela conseguiu se curar da doença, visto que ela apenas relata: “Comecei a viajar, procurando tratar-me. Sarei. Que alegria! Minha mãe sorria” (JESUS, 2014b, p. 185).

Após a cura nas pernas, Carolina voltou a trabalhar como doméstica, mas agora o objetivo passou a ser chegar à cidade de São Paulo. Apesar das dificuldades enfrentadas nas cidades do interior, a capital paulista era diferente. Naquele momento a cidade era vendida como um lugar onde não faltava trabalho aos pobres, principalmente em decorrência do processo de industrialização e modernização empreendidos pelo então presidente Getúlio Vargas.

Já nos anos de 1930, São Paulo começava a ser conhecida como "a cidade das ladeiras e dos viadutos, a 'metrópole internacional', a 'cidade cosmopolita', a 'cidade de energia', a 'capital do progresso', a 'grande oficina', e 'capital industrial do Brasil', a 'capital de capital', a 'cidade dinâmica' e a 'city of homes', o grande centro cultural do país, a 'cidade que mais cresce no Mundo' (...)" (PETRONES, 1955, p. 157). Assim, ao que tudo indica, a cidade era vista pelos trabalhadores como “a cidade sucursal do céu”, pois os que para lá foram “não mais voltaram para os seus estados. Conseguiram emprego em São Paulo” (JESUS, 2014b, p. 158). É importante ressaltar que nesse momento o Brasil vivia a *Era Vargas*, um período marcado pelo forte discurso em prol do trabalho e do progresso. É principalmente isso que Carolina vai buscar na tão sonhada capital, um trabalho que lhe permitisse estabilidade: “quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha e viver o resto dos meus dias com tranquilidade...” (JESUS, 2014b, p. 206). Além disso, São Paulo era vista por Carolina como o lugar das pessoas instruídas, afora a grande possibilidade de melhorar a sua condição de vida, também tinha algumas chances de conseguir ingressar no universo intelectual.

Esse pensamento remete às perspectivas de Judas, do romance de Thomas Hardy, em relação à cidade de Christminster. Tanto um como o outro formularam expectativas sobre a “cidade grande” de acordo com aquilo que lhes foi passado. No caso de Judas, foi a mudança do seu professor em busca de aprimorar seus conhecimentos nas universidades daquela cidade

que o impulsionou a buscar esse novo lugar: “lá morava o homem cuja ciência e cujos projetos tanto respeito lhe inspiravam. E também porque lá vivia rodeado pelos mais brilhantes e profundos pensadores” (HARDY, 1895, p. 25). Já Carolina foi bombardeada por uma série de propagandas em relação à capital paulista, não apenas por parte do governo, mas também de outros trabalhadores que migraram para lá. Segundo ela: “É em São Paulo que os pobres vão viver, é em São Paulo que os jovens vão instruir-se para se transformarem nos bons brasileiros de amanhã” (JESUS, 2014b, p. 203).

Foi mais ou menos em 1937, por intermédio de uma professora, que Carolina realizou o seu objetivo. A mulher estava se mudando para a capital e precisava de uma empregada. Depois de tudo acertado Carolina expressou seu contentamento e suas expectativas em relação à mudança: “Até que enfim eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam-se como se fossem para o céu” (JESUS, 2014b, p. 205).

## ***2.2. Dimensões da vida das classes populares na cidade***

São poucas as referências sobre os primeiros anos em que Carolina viveu em São Paulo. Portanto, temos poucos registros sobre a condição da vida dos trabalhadores nessa localidade. O que sabemos é que em pouco tempo as expectativas tanto em relação à melhoria na condição de vida, como das relações sociais, caíram por terra. Segundo apontou Farias, logo que chegou na cidade ela afirma que São Paulo “nos dá a impressão que o povo não tem educação. Quando um empurra, o outro não pede desculpas” e, mais adiante, completa: “Não senti a sensação almejada. Contemplava tudo com indiferença, sentia profundo pavôr da cidade industrial” (FARIAS, 2017, pp. 109-110).

Um ponto importante de ser analisado após a saída da terra natal, e que também foi exposto por Tom Farias, é o de que a Carolina que deixava Sacramento e rumava para a capital paulista não era a mesma menina ingênua, que foi amplamente explorada pelos patrões. Segundo Farias:

Esses altos e baixos, todos esses percalços vividos, dentro da estreita verdade, foram ruins do ponto de vista da situação de penúria vivida por Carolina e sua mãe, mas também deu-lhe uma boa consciência das questões sociais envolvendo as leis e o mundo do trabalho, a exploração do homem pelo homem, questões políticas e ideológicas, e o valor do relacionamento humano. (FARIAS, 2017, p. 104).

No caso de Carolina, ela já havia residido e trabalhado nas cidades de: Sacramento, Uberaba, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Jardinópolis, Orlandia, Franca e, finalmente São Paulo. Em cada uma dessas cidades, o número de empregos que teve fora quase incontável. Somente em *Diário de Bitita*, entre o período que relata que se curou da doença e a vinda para São Paulo, ela conta mais de seis mudanças de emprego. Geralmente, eram trabalhos em casas de família, uns na cidade e outros em fazendas, como cozinheira, lavadeira, cuidadora de crianças. Em um determinado momento trabalhou em uma Santa Casa, também nessas ocupações. Nesse sentido, Carolina já havia passado por diferentes situações nos diversos empregos que teve. Em alguns casos, tinha sido mandada embora sem justificativa, em outros a exploração era tanta que ela mesma se demitia.

É certo que isso não significa dizer que Carolina deixou de ser explorada quando chegou à capital. Afinal, apesar de ter vivido em outras cidades, nenhuma se comparava à magnitude de São Paulo, além de serem um indício da instabilidade que o trabalhador pobre e pouco qualificado enfrentava naquele momento. Mas, todos esses descaminhos permitem avaliar o valor da experiência na vida dos trabalhadores. Afinal, após a epopeia que viveu durante anos, a experiência foi também elemento de amadurecimento na sua formação, tornando-a mais dura em relação aos vínculos sociais e trabalhistas que ela procurou estabelecer a partir de então. Exemplo disso foi o pouco tempo em que Carolina trabalhou para a professora que a trouxe para São Paulo: “A informação que temos é que ela trocou a casa da professora Romélia para trabalhar numa fábrica, onde ainda se encontrava trabalhando no início de 1940, pegando no serviço provavelmente no horário da tarde” (FARIAS, 2017, p. 113), além de, poucos anos após chegar em São Paulo, ter se mudado para o Rio de Janeiro, para tentar a sorte também naquela cidade.

Como os relatos de seu diário, sobre a vida na capital paulista, só começam em 1955, após a mudança para a favela do Canindé, é no romance *Pedaços da Fome* (1963) que podemos encontrar indícios dos modos de vida, das condições de moradia e de trabalho dos trabalhadores. Nesse romance, Carolina conta a história de uma moça, Maria Clara Fagundes, filha de um coronel e moradora de uma cidade interiorana. A moça, branca, delicada, rica e à procura de um amor, lembra vários romances clássicos. No entanto, a moça conhece Paulo Lemes, um moço bonito, que morava na capital paulista e se dizia dentista. Logo os dois se apaixonam e decidem se casar, mesmo com os protestos dos pais de Maria Clara. O casal se muda para a cidade de São Paulo, para fugir do "desprezo" dos sogros pelo rapaz. Ao chegarem na cidade, Maria descobre que Paulo era pobre, morava em um conjunto habitacional - que mais tarde

Carolina chamou de Favela - e não gostava de trabalhar. Apesar das diferenças nas origens de Maria Clara, sociais, econômicas e de raça, na medida em que lemos a obra e as situações vividas por Maria Clara inferimos que muitas delas se baseiam na própria experiência vivida e observada por Carolina. Além disso, José Carlos Gomes da Silva já havia apontado que "as condições opressivas do trabalho doméstico, que Carolina vivenciara entre 1937-1948, aparecem alegoricamente no romance" (SILVA, 2008, p. 22).

De início, chama a atenção o trajeto percorrido pelos personagens: a saída do campo para a cidade, bem como as expectativas da moça com o fato de se casar com um paulista.

Ouvi dizer que a mulher que se casa com um homem paulista não sofre, está amparada na vida, que o paulista é atilado. É nobre e sensato. Que são homens decentes. Que prezam a sua dignidade. Que tem noção de deveres. Que são previdentes aprendendo um ofício. Quem nasce em São Paulo tem possibilidades de aprender um ofício, porque São Paulo é a Capital da indústria. E todos encontram trabalho. Quem nasce em São Paulo nasce em um escrínio de ouro por ser bom elemento (JESUS, 1963, p. 35).

A base do discurso é a mesma daquela já observada na discussão anterior. No caso de Maria Clara, a fama da cidade é transferida para a figura do paulista, como sendo um homem trabalhador, que tem um "ofício" definido, sendo esse o resultado do progresso e da modernidade pela qual passava a cidade. Essa "adequação" do discurso da protagonista do romance corresponde melhor ao seu papel, visto que era uma menina rica, que acreditava estar casando com um "doutor da capital" e, portanto, estaria - ou continuaria - "amparada". Em outras palavras, ela não ia para São Paulo em busca de uma vida melhor, de um trabalho, mas para manter a condição que já possuía, porém agora, seria o marido o provedor. No entanto, ao chegarem em São Paulo, Maria Clara e Paulo vão morar em um uma habitação coletiva, talvez muito parecida com um cortiço, principalmente pelo fato dos moradores pagarem aluguel à dona do lugar. O ambiente constituía-se em um quartinho alugado, quase sem mobília (apenas uma cama de arame e um colchão velho e sujo), que não tinha forro, e as paredes eram enegrecidas pelo tempo e mal estado da construção.

Esse tipo de moradia era muito comum nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro durante o século XIX e início do XX. Eram lugares infectos e insalubres (SAMPAIO; PEREIRA, 2003), que abrigavam um grande contingente de pessoas em um espaço pequeno, sendo que em alguns casos, mais de uma família habitava o mesmo quarto. As condições insalubres de moradia também geravam epidemias, doenças, infestações, entre outras situações que prejudicavam ainda mais a vida dos trabalhadores.

Mas, sem alternativas, esses eram os principais locais de moradia dos trabalhadores. Tanto que a própria Carolina deve ter residido durante algum período nesses lugares, visto que no conto autobiográfico “Favela” (2014) ela aponta que: “As vezes eu empregava, dormia nos empregos. Não procurava quartos. Era a crise das habitações. E quando eu não tinha dinheiro dormia no albergue noturno” (JESUS, 2014c, p. 25). O quarto a que ela se refere, muito provavelmente se tratava daqueles presentes nessas habitações coletivas.

Além disso, Carolina fala dos albergues noturnos, outra opção muito recorrente na vida dos pobres. Pouco sabemos sobre a situação desses albergues, pois eles são apenas mencionados em algumas situações. No entanto, ao que tudo indica, eram lugares ainda mais precários, utilizados apenas para pernoite e que eram gratuitos, como nos indica o relato de Carolina. Em outro momento, durante uma discussão com uma das vizinhas da favela, esse ambiente é novamente mencionado:

A Silvia pediu-me para retirar o seu nome do meu livro. Ela disse:

– Você é mesmo uma vagabunda. Dormia no Albergue Noturno. O seu fim era acabar na maloca.

Eu disse:

– Está certo. Quem dorme no Albergue Noturno são os indigentes. Não tem recurso e o fim é mesmo nas malocas, e você, que diz nunca ter dormido no Albergue Noturno, o que veio fazer aqui na maloca? Você era para estar residindo numa casa própria. Porque a sua vida rodou igual a minha? (JESUS, 2014a, p. 20).

Como o albergue se destinava aos indigentes, talvez nem se caracterizaria como uma habitação, mas sim como um abrigo temporário aos que não possuíam outra alternativa a não ser a rua. Mas, o fato desses ambientes existirem e serem muito procurados pelos pobres, revela questões acerca das condições de vida dos trabalhadores na cidade de São Paulo.

Outro ponto que chama atenção no trecho citado anteriormente é quando ela fala sobre a “crise das habitações”. Esta crise a que ela se refere foi resultado de um processo de demolição dos cortiços, habitações coletivas e albergues noturnos, que levou à expulsão das populações pobres que viviam na área central da cidade de São Paulo. Este processo de demolição dos cortiços estava referenciado numa política de reforma urbana adotado em diferentes capitais do Brasil. Segundo Ermínia Maricato:

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o

Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2000, p. 22).

Foi como resultado dessas reformas que a cidade de São Paulo viu florescer a segregação urbanística por meio do surgimento das favelas. Essa segmentação foi vivida tão intensamente pelos trabalhadores que é nesse momento que Carolina cunhou o termo que se tornou título de seu principal livro, “quarto de despejo”. Em uma das entrevistas concedidas após o lançamento de *Quarto de Despejo*, ela explica:

É que em 1948, quando começaram a demolir as casas terreas para construir os edificios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o *quarto de despejo* de uma cidade. Nós os pobres somos os trastes velhos (JESUS, 1961, p. 17).

O termo, além de ser significativo do ponto de vista da divisão social que se impõe aos trabalhadores de São Paulo, também revela uma consciência de classe que é traduzida em termos literários.

As condições de moradia encontradas pelos trabalhadores nas favelas não foram muito diferentes daquelas enfrentadas nas habitações coletivas. Os barracos, construídos pelos próprios favelados, eram de madeira e matérias recicláveis. Em “Favela”, Carolina narra a construção de seu primeiro barraco. Segundo ela conta, as tábuas para construir o barraco ela conseguiu com um padre, o monsenhor Carvalho, provenientes da construção da Igreja Nossa Senhora do Brasil. Mas o problema era carregá-las:

Todas as nôistes eu dava duas viagens. Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Treis dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Dêitava as duas horas da manhã. Eu ficava tão cançada que não conseguia dórmir. Eu mesma fiz o meu barracãozinho. 1 metro e mêio por um metro e mêio. (...) tinha tantos homens e nenhum auxiliou-me sobrou uma tabua de quarenta centímetro de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dórmiã. (JESUS, 2014c, p. 25).

Ressaltemos que todo esse esforço foi realizado por ela quando estava grávida de seu primeiro filho. O barraco, muito pequeno, teve de ser ampliado com a chegada dos outros filhos, mas não diferia muito do primeiro. Pelos relatos que ela faz, podemos ter uma ideia de como era o interior do barraco. Possuía apenas três cômodos, muito pequenos, dois quartos e uma cozinha. A cozinha era o maior deles, onde havia um fogão improvisado de tijolos e as latas nas quais fazia comida. Não haviam panelas. No livro, ela não cita a presença de uma mesa, apenas de algumas cadeiras e um lugar onde guardava os livros, que depois viraria mais um

quartinho nos fundos, como uma espécie de biblioteca improvisada. Havia também um quarto em que ela dormia, muito pequeno, no qual só cabia a cama, a qual ela “armava” para dormir. Possuía também um quarto para os filhos sendo que, aparentemente, todos dormiam juntos em um mesmo quartinho. Não possuía banheiro, assim as necessidades eram feitas no “vaso noturno”.

Apesar dessa narrativa corresponder à situação de Carolina, descrita por ela ao longo de seus livros, ela traduz o drama social de muitos outros trabalhadores que foram residir na favela do Canindé. Mais do que isso, essa experiência permite analisar como a mudança para a favela não foi simples. Cada trabalhador, ou cada família que se encaminhou para aquela condição precisou conquistar e construir o próprio espaço.

As condições de vida na favela, como um todo, eram precárias. Não havia água encanada. O fornecimento de água se dava por meio de uma única torneira instalada pela prefeitura e que servia a todos os moradores. Assim, todos os dias uma fila de pessoas se formava para pegar água e, segundo Carolina, dificilmente encontrava a torneira desocupada. A torneira é um dos símbolos da carência material na favela do Canindé, sendo ela tão avassaladora que a mais modesta presença do Estado tornava-se um evento concorrido entre os moradores.

Se não bastasse esse ser um reflexo das falhas nas políticas públicas voltadas à assistência das classes mais empobrecidas da sociedade, ele também era responsável por graves problemas de saúde pública, sendo agente da transmissão de doenças aos favelados. Carolina relata em 11 de julho de 1958 que: “Ao redor da torneira amanhece cheio de bosta” (JESUS, 2014a, p. 91). A água da torneira era usada na preparação das refeições, no banho e para lavar as louças. Assim, se estava contaminada todos os moradores se encontravam expostos às doenças de várias formas. Além disso, as roupas eram lavadas no rio Tietê, que, apesar de ainda não estar nas condições insalubres de hoje, já apresentava sinais de contaminação em decorrência do lixo que era jogado em suas águas:

... Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. Não acreditei no que ouvia. Resolvi ir ver. Era a Secretaria da Saúde. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio. Que as larvas desenvolve-se nas águas. (...). Até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela (JESUS, 2014a, p. 57).

Apesar dessa tentativa de alerta da Secretária de Saúde, apenas medidas paliativas por parte do Estado foram tomadas. A prefeitura mandava recolher as fezes, exibia vídeos

educativos sobre a doença e pedia que os favelados construíssem “mictórios”. Sobre a doença do caramujo, até disponibilizaram o exame gratuito aos favelados. Mas Carolina não fez o exame pois não podia comprar os remédios (JESUS, 2014a, p. 100). Nesse sentido, além de observarmos a ausência de uma previdência social, ou mesmo de um sistema de saúde pública que atendesse à condição dos pobres, ainda transformava em um problema individual uma questão que era pública.

Um ponto que chama atenção quando observamos os relatos sobre a moradia feitos por Carolina ao longo de sua vida é a diferença que ela impõe entre os lugares onde morou. Em um primeiro momento, quando lemos as descrições da casa em que ela residia em Sacramento e o barraco construído na favela, ambas não parecem se diferenciar muito, do ponto de vista estrutural. Os materiais eram de “reposição”, tanto em um como em outro lugar: lá era capim, aqui era madeira e papelão. Em ambos os lugares não havia a descrição de um banheiro, por exemplo, ou a presença de muitos móveis. Tanto no campo como na cidade, as panelas eram latas improvisadas, entre outras semelhanças. No entanto, para Carolina havia uma grande diferença. No campo ela se referia à sua moradia como “casa”, já na favela ela se recusa a chamar de casa, pois segundo ela “Casa é casa. Barracão é barracão” (JESUS, 2014a, p. 47).

Apesar dessa diferença ter sido estabelecida por ela, ela pode ser reveladora das condições de moradia dos trabalhadores naquele ambiente. Quando falamos em “casa” pensamos em um lar, um ambiente acolhedor, onde nos encontramos com a família. Na favela essas situações eram raras. O ambiente, além de insalubre, era pouco acolhedor, do ponto de vista social, com brigas constantes e desentendimentos entre moradores. Em uma situação extrema, Carolina chega a apontar: “A única coisa que não existe na favela é solidariedade” (JESUS, 2014a, p. 16).

Assim como no caso da moradia, as condições de alimentação, vestimenta e bens materiais como um todo, também eram precárias. A maioria dos moradores do Canindé dependiam do auxílio de instituições de caridade para complementar as necessidades básicas. Carolina relata que, em alguns dias, eles só tinham o que comer graças à ajuda dessas instituições. Em 16 de julho de 1955, segundo dia após começar os relatos de *Quarto de Despejo*, ela narra:

O João José veio avisar-me que a perua que dava dinheiro estava chamando para dar mantimentos. Peguei a sacola e fui. Era o dono do Centro Espirita da rua Vergueiro 103. Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. Fiquei contente (JESUS, 2014a, p. 12).

E foi graças a essa doação que eles tiveram o que comer durante dois dias. Assim, a fome aparece como uma das questões mais recorrentes nos relatos sobre a vida na cidade de São Paulo e, principalmente, na favela do Canindé.

E essa era uma situação generalizada. Ela escreve: “... Deixei de meditar quando ouvi a voz do padeiro: – Olha o pão doce, que está na hora do café! Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer” (JESUS, 2014a, p. 35). Arranjar o que comer significava qualquer coisa: pedir, ganhar, comprar ou catar o que encontrava no lixo. Em maio de 1958, ela relata vários episódios em que o lixo foi a principal fonte de alimentos para ela e a família. E essa não era uma prática exclusiva dela: os filhos também já haviam aprendido que olhar as latas de lixo poderia salvá-los da fome. Em 20 de maio ela relata que, ao chegar na favela,

os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:  
 – Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.  
 Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:  
 – É que eu tinha fé no Kubistchek (JESUS, 2014a, p. 39).

Foi graças a esse macarrão que eles comeram durante dois dias. No dia 21 ela recorre ao lixo mais uma vez, e então consegue algumas verduras. “... Achei um cará no lixo, uma batata doce e uma batata solsa (...) Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica Peixe. Puis o cará e a batata. E agua. Assim que ferveu eu puis o macarrão que os meninos cataram no lixo” (JESUS, 2014a, p. 41). A batata doce ficou para o café da manhã do dia seguinte, pois, segundo ela “Amanhã não vou ter pão” (JESUS, 2014a, p. 41). Diante dessa situação desesperadora em que ela, os filhos e a maioria dos favelados se encontravam, ela chegou à seguinte conclusão: “Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos” (JESUS, 2014a, p. 41).

E isso se confirma quando os filhos, ainda muito pequenos, já estavam habituados a recorrer às latas de lixo ou a pedir esmolas: “Quando eu retornava ouvi a voz da Vera. Ela dizia: – José Carlos, olha a mamãe! - Veio correndo na minha direção. Disse que ela e José Carlos tinham ido pedir esmolas. Ele estava com o saco nas costas” (JESUS, 2014a, p. 84). As crianças da favela iam, aos poucos, aprendendo formas de sobreviver àquela condição. Quando os comerciantes iam até o Rio Tietê jogar fora os produtos vencidos, eram as crianças as primeiras a chegarem ao local: “... Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. (...) Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas: – Hum! Tá gostosa!” (JESUS, 2014a, p. 34).

Mais do que isso, temos de considerar que o lixo não era uma recorrência esporádica na vida de Carolina e dos filhos, somente quando precisavam encontrar alimentos, por exemplo, mas era desse lugar que ela tirava a maior parte de seus rendimentos. Apesar dela ter pontos específicos na cidade onde pegava papéis, ferros e outros materiais recicláveis, era nas lixeiras que encontrava a maioria deles. Assim, todos os dias ela percorria as ruas em busca de tudo o que fosse possível vender. Essa situação era tão constante na vida de Carolina que ela desabafou: “Eu já estou tão habituada com as latas de lixo, que não sei passar por elas sem ver o que há dentro” (JESUS, 2014a, p. 129). Essa situação acompanhou Carolina durante anos, sendo que até no dia em que foi assinar o contrato para a publicação de seu primeiro livro, ela relata:

Levantei as 5 horas para preparar as roupas dos filhos para irmos na Livraria. Não vou fazer café porque não tenho açúcar nem dinheiro para o pão. Eu peguei um saco e catei latas, ferros e vidros e uns metais e fui vende-los” (JESUS, 1961, p. 11).

Mais do que isso, essa carência material generalizada era responsável por inúmeras desavenças, algumas até iniciadas por motivos aparentemente banais. “... Hoje brigaram aqui na favela. Brigaram por causa de cachorro. A briga foi com uns baianos que só falavam em peixeiras” (JESUS, 2014a, p. 53). Assim, me arrisco a dizer que essas situações apareciam como uma espécie de “válvula de escape” que permitia a eles aguentarem aquela condição. Uma simples palavra poderia ser o estopim para iniciar uma desavença, não pela simples palavra, mas pelo contexto geral em que foram lançados aqueles trabalhadores. Estas brigas invariavelmente eram violentas e terminavam com feridos e mortos. Elas são expressão máxima da violência causada por um espaço de homens que não têm direito ao trabalho e precisam disputar sua sobrevivência sempre com um outro que está em condição semelhante, por esta razão transformado em inimigo.

É certo que, apesar de ser frequente, não era algo contínuo, e havia momentos em que eles se apoiavam, ou mesmo auxiliavam uns aos outros. Mas, essas ligações se davam de forma esporádica, na falta de um adjetivo melhor, e uma vizinha que hoje estava de bem com outra, poucos dias depois já não estava. Em 19 de julho de 1958, Carolina relata uma situação extrema que demonstra a complexidade dessa questão:

A Leila pegou machado e repicou o fundo da bacia. A bacia é da Ivone Horacio, que deu-me as 5 canivetadas em 1952. O processo foi cancelado porque ela não compareceu no foro. A Ivone pediu a bacia, a Leila não queria devolver. Picou o fundo. Eu fiquei horrorizada e com dó (JESUS, 2014a, p. 95).

Em um primeiro momento, a destruição da bacia pode ser entendida como um ato de violência banal de que as classes populares são sistematicamente acusadas. Mas, essa é a percepção de alguém que está fora dessa condição. Se considerarmos a condição material em que viviam e a pressão a que estavam submetidos os moradores da favela, envoltos numa guerra constante pela sobrevivência, eles não parecem mais tão banais. Uma bacia, apesar de ser necessária para uma série de atividades domésticas, não representa um bem de primeira necessidade. Ivone Horacio, muito provavelmente, sofreu para conseguir comprar esse bem, trabalhando mais, ou até mesmo priorizando a compra da bacia em detrimento de outros bens. Assim, quando a Leila destrói a bacia, isso representa não apenas a perda do bem, mas que ela teria de passar por dificuldades até conseguir juntar dinheiro para comprar outra.

Essa questão fica ainda mais evidente quando Carolina menciona o episódio das facadas, e que, além de ter sido esfaqueada pela mulher, ela não apareceu para responder pelo crime e o processo foi, simplesmente, cancelado. Ou seja, ela não apenas foi agredida fisicamente, como também não teve justiça diante do acontecimento<sup>21</sup>. É certo que já haviam se passado seis anos do acontecimento, mas acredito que uma situação assim não é perdoada tão facilmente. Mas, nesse caso, ela não apenas perdoa a mulher, mas fica com dó quando a Leila rouba e destrói a sua bacia. Podemos inferir, nesse sentido, que a carência material daqueles trabalhadores era tão avassaladora que uma bacia danificada era motivação suficiente para Carolina sentir dó da mulher que a havia esfaqueado.

Mais uma vez, a precariedade nas condições de vida estava diretamente condicionada às condições de trabalho encontradas por eles em São Paulo. Mesmo Carolina trabalhando muito, acumular dinheiro era impossível. Ela ganhava em média 100 cruzeiros por dia, e isso dava apenas para as despesas mais básicas: arroz, feijão, banha, açúcar, café e pão. E tudo em pequenas quantidades, suficientes apenas para uma refeição por dia, sendo que raras vezes sobrava comida de um dia para o outro, e, geralmente o que acontecia era faltar comida para saciar a fome das crianças. Como ela mesmo aponta: “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: ‘Tem mais?’. Esta palavra ‘tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais” (JESUS, 2014a, p. 38).

No entanto, antes de ingressar no trabalho da cata de recicláveis, Carolina experimentou outras profissões. No caso dela, foi necessário se submeter ao trabalho como doméstica, lembrando que a própria mudança para São Paulo se deu sob a condição de empregada de uma

---

<sup>21</sup> Em *Quarto de Despejo* Carolina apenas menciona o esfaqueamento sem mencionar as motivações que levaram Ivone Horácio a cometer esse crime.

professora. Nesse sentido, percebemos que pouco tempo após a mudança para a capital, as expectativas em torno de uma melhoria na condição de trabalho não se efetivaram. Esse foi um drama vivido intensamente pelos trabalhadores que migraram para a cidade. A falta de qualificação, de estudos e até de documentação, empurrou esses trabalhadores para as fileiras do trabalho marginalizado ou mesmo do desemprego (DUHRAM, 1984, pp. 148-149). Além da falta de trabalho, o que observamos com frequência é a exploração sofrida por esses trabalhadores: por serem trabalhos marginalizados, a falta de seguridade legitimava todos os tipos de abusos, como excesso de horas de trabalho e má remuneração.

Nos escritos de Carolina, a questão que mais aparece é o trabalho realizado pelas mulheres, visto que ela mesma se identificava com essa questão. As mulheres geralmente trabalhavam como domésticas, pois não era necessária qualificação específica para o exercício dessas funções. Pela experiência de Carolina, podemos observar como essa profissão era altamente explorada pelos patrões. Em sua entrevista para o jornal *A Noite*, Carolina relata que, quando era despedida, costumava deixar “um verso escrito na parede para exasperar as patroas” (FARIAS, 2017, p. 142) e dá um exemplo:

Não gosto de trabalhar  
Para os donos da pensão  
Que querem tudo limpo  
Mas não quer comprar sabão.

Se a gente dá um passo  
A patroa está sempre junto  
E vive sempre observando  
Se a empregada come muito (apud FARIAS, 2017, pp. 142-143).

Esses versos, apesar de bem-humorados, revelam uma condição muito comum àquelas trabalhadoras. O fato de serem constantemente observadas, por exemplo, demonstram a humilhação sofrida durante a realização de suas funções. Outro indício que aparece nos versos é o regime de trabalho que se estabelecia na maioria desses casos. As empregadas domésticas costumavam residir na casa das patroas, ou seja, trabalhavam em troca de moradia e alimentação e, por consequência, o salário era ainda menor.

A precariedade nas condições de trabalho, as longas jornadas e a baixa remuneração levavam a maioria desses trabalhadores a almejavam um negócio próprio, principalmente pelo desejo de fazerem seu “próprio horário” (DURHAM, 1984, p. 162). No caso das mulheres, os trabalhos com corte e costura eram os mais requisitados. No caso das mulheres migrantes, procuravam os cursos de corte e costura oferecidos nas cidades, principalmente como forma de complementar a renda da família (DURHAM, 1984, p. 173). Carolina também expõe essa

questão. No romance *Pedaços da Fome*, ao se deparar com a sua nova condição de vida, Maria Clara logo trata de arranjar um meio de ganhar dinheiro, e assim decide “trocar as jóias por uma máquina de costura” (JESUS, 1963, p. 80).

A máquina de costura também é simbólica nas narrativas de Carolina. Em vários momentos ela manifesta o desejo de comprar uma máquina de costura. A primeira vez que ela falou a respeito foi em meados de 1955. Em 16 de janeiro de 1959, ela ainda não havia realizado esse sonho, já que um de seus pretendentes, o cigano de nome Raimundo, promete dar-lhe uma máquina de costura (JESUS, 2014a, p. 156). Em 4 de junho de 1959, novamente a máquina de costura é mencionada como um possível presente de um pretendente: “A dona Adelaide veio trazer a minha blusa de lã e ficou admirada vendo o senhor Manuel dentro de casa. (...). Ela me olhou com repugnância quando eu disse que ele vai me dar uma máquina de costura e um rádio” (JESUS, 2014a, p. 169).

Nesse sentido, essas questões nos indicam como a máquina de costura poderia ser uma forma de complementar a renda, ou mesmo servir como uma aliada na produção de roupas para a família, se tornando mais baratas do que se fossem compradas prontas. Mais do que isso, o fato de ambos os pretendentes prometerem uma máquina de costura de presente e a reação da dona Adelaide ao saber dessa possibilidade, podem ser indícios da importância dessa ferramenta para quem sofria com trabalhos precarizados e mal remunerados.

Além de doméstica, sabemos que Carolina foi catadora de papel. Esse trabalho passou a ser exercido por após ter engravidado, sendo que nessa condição não era mais aceita nas casas de família. Essa situação é mais um indício da falta de seguridade social a qual estavam submetidos os trabalhadores. No caso das empregadas domésticas, apenas em 2013, após uma intensa luta, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, mas conhecida como a "PEC das Domésticas", que estabeleceu a "igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais" (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 2013).

Nessa lógica, sem qualificação ou experiência profissional em outras ocupações, a opção mais viável era o trabalho marginalizado da cata de papel. Apesar de proporcionar certa autonomia por parte do trabalhador, que estipulava, por exemplo, o horário e local de trabalho, este era altamente precarizado e mal remunerado. Temos que ressaltar que quando falamos em “cata de papel” não é apenas ao papel que nos referimos, mas também a outros materiais reciclados como estopas, latas e ferros. Ou seja, era um trabalho pesado. Carolina relata que trabalhava durante muitas horas, carregando o saco de papel na cabeça. Em certos dias ela chega

a adoecer em decorrência do esforço realizado no trabalho: “Trabalhei em excesso, senti-me mal. Tomei umas pílulas de vida e deitei” (JESUS, 2014a, p. 23).

A rotina de catadora se dava mais ou menos dessa forma, como podemos observar pelos relatos em *Quarto de Despejo*. Quase todos os dias, Carolina acordava muito cedo, por volta das 4 ou 5 horas da manhã, se dirigia à torneira d’água, esperava na fila, retornava, fazia café para os filhos, arrumava os meninos para irem à escola e então saía com a filha, Vera Eunice, em busca de dinheiro. Essa rotina era constante, se alterando apenas aos domingos, pois era seu dia de “descanso”, e nos dias de chuva, pois não tinha como sair para catar papel. Mas, isso não significava que ela tinha uma pausa nas preocupações, pois ela e os filhos também precisavam comer nesses dias. Em 22 de maio de 1958, ela faz um relato que explicita bem a situação em que vivia: “Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro” (JESUS, 2014a, p. 42).

Nesse sentido, apesar de árduo, o trabalho não rendia o suficiente para as despesas mais básicas e, em alguns dias, eles mal conseguiam se alimentar. Mesmo trabalhando durante muitas horas, ela não conseguia guardar dinheiro para alguma emergência, por exemplo. Um episódio narrado por Carolina que revela a precariedade das condições de remuneração se deu em 1953. Ela conta que conheceu um “pretinho bonitinho” que também trabalhava como catador, vendendo ferros no mesmo depósito que ela. Certo dia, depois de passar dois dias sem comer, o rapaz encontrou uns pedaços de carne no lixão:

A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu (...). No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque (JESUS, 2014a, p. 40).

Assim, essas questões nos revelam como os trabalhadores lidavam com as dificuldades impostas pela lógica social liberal capitalista, tendo de se sujeitar a todos os tipos de trabalho e de condições de vida, como tentativa de sobreviver a essa realidade que se apresentava a eles nos centros urbanos.

Outra questão que decorre disso é a de que, não importava o trabalho a ser realizado, tanto no campo, como na cidade, a exploração estava sempre presente. Carolina refletiu sobre isso no decorrer do romance *Pedaços da Fome*, utilizando para tal a sua personagem, Maria Clara.

Eu não conhecia a mania dos ricos porque quando somos ricos não percebemos o quanto a nossa exigência escravisa uma pessoa. Mas eu

também obriguei muitos pobres a curvar-se aos meus pés. (...) os ricos pensam que os pobres desconhecem os sentimentos; que são insensíveis. Aos ricos nunca podemos fazer advertências porque eles é que predominam. Agora que sou pobre é que tenho dó dos pobres. Porque compreendo o seu sofrimento (JESUS, 1963, p. 116).

Além da exploração, o trecho trata da própria relação de classes, na qual fica evidente que, na sua experiência, a classe trabalhadora sempre esteve subordinada à classe dominante, sendo que essa subordinação aparece ainda mais escancarada por ter sido reconhecida pela personagem que antes era rica e agora é pobre. Mais do que isso, ela não se direciona apenas às relações de trabalho, mas também ao pobre enquanto um ser humano que sofre, que passa fome e frio, chora e ri, ou seja, que possui sentimentos.

Nesse sentido, a análise feita através de Maria Clara carrega indícios da estigmatização sofrida pelos pobres nos grandes centros urbanos, vistos como seres desprovidos de sentimentos, que não vivem de acordo com as normas estabelecidas pelas classes dominantes. Observamos constantemente, na vida cotidiana e no discurso público, a crescente estigmatização criada em relação às classes marginalizadas. Carregada de "preconceitos morais", ela pode ser encarada como uma de forma "violência simbólica" que pode se dirigir contra a sua cor, gênero e, principalmente, contra a condição de classe.

No bairro do Canindé, essa tentativa de expulsão dos trabalhadores moradores da favela foi observada por Carolina. Em suas memórias, podemos observar como a classe média paulistana, ou seus "vizinhos de alvenaria", como ela se referia a eles, viam os favelados: "As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela" (JESUS, 2014a, p. 81).

Tal discurso se mostra carregado de preconceitos e de estigmas, visto que o comentário foi feito após Carolina narrar que o "frei Luiz" estava chegando para "passar o cinema". Esse "cinema" geralmente era um filme de caráter religioso exibido para as crianças da favela. Em outro momento ela narra que: "... Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de odio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza" (JESUS, 2014a, p. 55).

Repugnância, nojo, ódio. Os termos - extremos - utilizados por Carolina para caracterizar o sentimento dos vizinhos em relação aos favelados dão uma dimensão do efeito devastador que produz essa "violência simbólica" para quem a sofre. E Carolina fez parte disso, visto que também vivia a condição de favelada. Os favelados que já haviam sido expulsos dos centros urbanos também eram rejeitados no bairro, pois o "deturpavam", ou seja, sujavam e poluíam o lugar.

Essa estigmatização é vivida tão intensamente pelos trabalhadores pobres que ela os acompanha onde quer que estejam. Lembremos que, em 1961, Carolina publicou o primeiro livro e com os lucros tratou logo de sair da favela. Primeiramente, Carolina alugou um quarto para ela e os filhos na casa do senhor Antonio Soeiro Cabral, localizada em Osasco. De início, tudo pareceu muito bom para ela. O bairro era muito diferente da favela, bem como as pessoas que ali habitavam, como ela apontou: “Cada gesto do senhor Antonio Soeiro Cabral ia revelando o seu grau cultural, solidariedade de gestos que eu desconhecia no núcleo que eu acabava de deixar” (JESUS, 1961, p. 48). No entanto, menos de um mês depois, a narrativa já começa a mudar:

Os filhos queixou-se que o vizinho dos fundos espancou-os porque eles pularam o muro. É que o vizinho é implicante. Eles não atingem o muro do vizinho. O homem xingou os meus filhos. Disse-lhes que nós somos vagabundos que estamos habituados a comer coisa do lixo (JESUS, 1961, p. 62).

O relato sobre a atitude do vizinho poderia muito bem ser confundido com um dos relatos feitos por ela quando ainda morava na favela. A implicância com os filhos, as motivações para o “espancamento” (não sabemos o grau do espancamento, mas essa não é uma atitude que cabe a um desconhecido). A diferença se estabelece apenas quando o real motivo da aversão do vizinho aos filhos aparece. O problema não era o muro, ou o fato dos meninos serem travessos; a realidade é que eles eram “favelados”. O peso de terem vivido em uma favela não desaparece no momento em que eles se mudam do lugar. Isso fica evidente quando são chamados de “vagabundos” ou quando o vizinho afirma que eles estão “habituados” a comer coisas do lixo. Dentro dessa lógica, é interessante indagarmos: como alguém que conseguiu publicar um livro e deixar a favela pode ser vagabunda? E como alguém se habitua a comer coisas do lixo?

Mas as desilusões de Carolina não pararam por aí. Em 7 de dezembro de 1961, ela comprou sua tão sonhada “casa de alvenaria”, em Santana, também um bairro de classe média. Apesar de já ter pago pela casa ela estava habitada por alguns parentes do antigo dono. Apesar da imobiliária ter prometido entregar a casa dia 20 de dezembro, não cumpriu o acordo. Em 24 de dezembro, Carolina decide que iria mudar mesmo com outras pessoas morando na casa. Nas narrativas da mudança, ela relata que “os vizinhos começaram a falar que eu não devia ter mudado sem avisar” (JESUS, 1961, p. 112). Mesmo parecendo um comentário “normal”, dentro do contexto da experiência vivida por Carolina na sua relação com a “classe média”, podemos perceber indícios de um estranhamento já na sua chegada ao novo bairro. Essa visão

se fortalece, primeiramente porque a casa era dela, e assim tinha todo o direito de mudar. Em segundo lugar, pelo fato de que em uma noite, em 1964, Carolina resolve se mudar dali, junta os filhos e se muda para um sítio isolado em Parelheiros. Segundo Fernandez,

Santana era um bairro de classe média baixa, onde ela e seus filhos sofreram uma série de preconceitos por serem negros e por carregarem o estigma da pobreza, de serem oriundos da favela. Não suportando as discriminações, Carolina de Jesus mudou-se para um sítio em Parelheiros, onde morou numa pequena casa com os filhos, sobrevivendo das colheitas de algum plantio e da criação de galinhas e porcos – além da venda de víveres na beira da estrada, que não deu certo por causa dos fiados –, e da “catação” de ferro, segundo ela conta na parte de seu diário “No sítio” (FERNANDEZ, 2015, p. 157).

A decisão de Carolina de deixar a cidade e ir morar no sítio pode ser vista como uma evidência de que a vida na cidade era, sob muitos pontos de vista, caótica para os trabalhadores que para lá migraram. Essa volta, no entanto, não necessariamente está associada a questões materiais, visto que o campo não trazia grandes perspectivas de melhora da condição de vida, já que os migrantes costumavam deixar o campo por não vislumbrarem essa realidade. E estava mais ligada às condições “sociais” de sobrevivência, como a violência e a estigmatização. No caso de Carolina, ela acreditou que, após publicar suas obras e sair da favela, ter uma melhoria significativa na sua condição de vida, seus piores pesadelos haviam acabado, e tudo se encaminharia para que o resto da vida fosse tranquila, cuidando dos filhos e desfrutando dos resultados dos inúmeros anos de luta e sofrimento. Mas, o que aconteceu foi muito diferente.

Podemos observar como a estigmatização sofrida por quem vive (ou viveu) em condições de extrema pobreza é tão avassaladora que, além do trabalhador ser culpabilizado por ter de enfrentar essa situação, é quase impossível apagar essa marca, acompanhando os trabalhadores independente do lugar onde estejam e dos esforços para mudar a condição de vida.

Diante de tudo isso, podemos inferir que como a posição incômoda de Carolina, este “não lugar” foi o que lhe permitiu construir uma narrativa autêntica sobre a realidade social dos trabalhadores. Carolina, ao mesmo tempo, tinha a proximidade concreta da classe, mas também a distância provocada pela reflexão intelectual para analisar e criticar a realidade vivida. Isto não quer dizer que tudo o que foi dito por ela está isento de influências; ao contrário, está repleto delas e é justamente por esta razão que sua narrativa é tão rica: ela expressa o processo desigual, conflituoso e disputado da construção intelectual do trabalhador. Assim, ela nos oferece uma leitura da realidade vivida pelos trabalhadores, visto que, ao reproduzir elementos da ideologia dominante, os utiliza também para denunciar as injustiças por ela produzidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”. Essa frase, retirada do livro de Carolina que dá título a esta pesquisa, é muito significativa tanto dentro da trajetória individual dela, como também do ponto de vista histórico. Ela faz parte de uma reflexão maior da autora, que resume grande parte do que foi escrito e analisado nessas páginas.

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 1961)

Quando ela expõe que ninguém está habituado a esse tipo de literatura, é ninguém mesmo. Intelectuais, trabalhadores manuais, a própria família, todos se surpreenderam quando ela decidiu, ainda na infância, que seria poetisa. E foram poucos que gostaram, ou que concordaram que ela tivesse o direito de ser uma poetisa, talvez guardadas as proporções, exceção feita ao médico Eurípedes Barsanulfo. Em outras palavras, ela escreveu sim a realidade. Mas, diferente de muitos intelectuais, ela era parte constitutiva desta realidade.

Ela escreveu sobre a vida de miséria que viveu e compartilhou com muitos outros trabalhadores ao longo de sua existência, bem como sobre a exploração, a opressão, as discriminações sofridas por eles. Mas, suas autobiografias, contos e romances também revelam dimensões da vida de um sujeito que desafiou o lugar de nascimento, e como consequência, pagou o preço de não pertencer a lugar nenhum.

Ao analisarmos a trajetória de Carolina, muitas vezes temos a impressão de que ela tinha “um pé em cada mundo” e ao mesmo tempo em nenhum. Ao mesmo tempo em que era uma trabalhadora pobre e negra, também buscava entrar no mundo dos intelectualizados, escritores e doutores. Isso gerava estranhamento e desconfiança em seus pares e também nos membros desse mundo intelectual. Afinal, como poderia uma trabalhadora, pobre e negra, dominar o código - geralmente - restrito às elites?

Assim, passou a vida sem um lugar claro de pertencimento, mas com uma sensibilidade rara e com um interesse genuíno de refletir sobre o seu mundo. Sua história singular só encontra paralelo na ficção. Muitas das situações vividas por Carolina lembram da trajetória de Judas, contada por Thomas Hardy no romance *Judas, o obscuro*. O personagem central era um rapaz pobre, órfão e que morava na pequena aldeia de Mary Green, na Inglaterra, mas que sonhava com a possibilidade de estudar e se tornar um intelectual de uma das universidades de

Christminster – retratada na obra como a cidade da luz, do conhecimento. Mas o fato de ser um rapaz pobre e um autodidata, fez com que Judas se tornasse um *outsider* onde quer que estivesse. Na aldeia, Judas não se encaixava porque vivia com os livros na mão; o que para os moradores daquela localidade significava apenas que “(...) Judas não passava de um tolo” (HARDY, 1995 p. 56). Quando consegue se mudar para Christminster, suas expectativas de entrar para a universidade foram frustradas pois não era parte daquele lugar, mas sim um trabalhador braçal que não tinha a instrução adequada.

Apesar de Judas ser um personagem ficcional, ele também nos revela dimensões da vida do próprio autor. Hardy, antes de escritor, foi um camponês, e por esse motivo, nem sempre foi totalmente aceito por alguns intelectuais, que viam antes a sua origem do que seus escritos. Segundo Raymond Williams, "F. R. Leavis diz que *Jude the obscure* possui lá seus méritos apesar do que tem de 'desajeitado'" e complementa:

Um tom de condescendência social, fundamentado em suposições simplistas e diretas com base na origem geográfica (...). Ou seja, a ficção é não apenas a respeito de um camponês de Wessex como também é obra de um deles, o qual, naturalmente, conseguiu alguma instrução (se bem que não suficiente). (WILLIAMS, 2011, p. 331).

Mas, apesar dessas colocações simplistas, tanto a respeito de Hardy (vivas e registradas em sua obra), como também de Carolina, suas obras e seus esforços são o que mais nos interessam do ponto de vista de uma História Social. São sujeitos que, em suas respectivas posições, oferecem uma narrativa única do mundo dos trabalhadores. No caso de Carolina, seu maior triunfo foi o sentido de verdade que ela produziu por meio das narrativas, afinal, ela escreveu a realidade. E uma realidade que não era só dela, mas de todos aqueles com os quais partilhou suas experiências, visto que, por mais distante que ela ainda pudesse estar, ainda era parte da classe trabalhadora.

Nesse sentido, as obras de Carolina trazem importantes indícios dos modos de viver, das relações sociais e das condições de vida dos trabalhadores brasileiros no decorrer do século XX. Mais do que diários, biografias, romances, contos, poesias, seus escritos se tornaram para nós verdadeiros testemunhos de um tempo, e por isso só podemos dizer "Muito bem, Carolina", e muito obrigada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2014b.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo: [s.n.], 1963.

JESUS, Carolina Maria de. **Antologia Pessoal**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert (*Org.*). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da Fome**. São Paulo: Editora Aquila LTDA, 1963.

JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes felicidade?** In: DINHA; FERNANDEZ, Rafaella (*Org.*). São Paulo: Me Parió Revolução, 2014c.

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jane Soares de. O legado educacional do século XX. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. S.; VALDEMARIM, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BAKTHIN: Mikhail. **A cultura popular na Idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BARROS, José D'Assunção. **História e Literatura – Novas relações para os novos tempos**. Contemporâneos, revista de artes e humanidades, nº 6, pp. 1-27, 2010.

BARROS, Myrian Moraes Lins de. **Memória, experiência e narrativa**. Revista Iluminuras, Porto Alegre, v.12, n. 29, pp. 4-17, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRETTAS, Anderson C. F. **Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, 244f.

BIGHETO, Alessandro Cesar. **Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na Primeira República**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2006, 198f.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. **Escritos sobre a comuna de Paris**. São Paulo, SP: Xamã, 2002.

DANTAS, Audálio. **Tempo de Reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Leya, 2012.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. **Vários “Prólogos” para um Journal de Bitita/ Diário de Bitita ou por que editar Carolina?** Belo Horizonte, Revista Scripta, v. 18, nº 35, pp. 285-292, 2º sem. 2014.

\_\_\_\_\_. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, p. 315, 2015.

\_\_\_\_\_. **Carolina Maria de Jesus: uma breve cartografia de seu espólio literário**. São Paulo, Revista Manuscrita, nº 31, 2016.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra S. A, 1986.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARDY, Thomas. **Judas, o obscuro**. Tradução de Octávio de Faria. São Paulo: Geração Editorial, 1985.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **TRÍADE DO MAL: civilização dos fracos no mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930**. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 179-208, jul/dez. 2009.

PAULO JUNIOR, Ghirardelli. **Movimento operário e educação popular na Primeira República**. São Carlos, UFSCar, 1986.

KREIDLOW, Daniel; FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais**. Revista Educação e Realidade, UFRGS. v. 29, nº 2, 2004.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O Foco Narrativo**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. **Literatura e história: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos**. In: Revista Literatura e Sociedade, São Paulo, nº 5, pp.18-28, edição comemorativa, 2000.

LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico**. Barcelona: Novagràfik, 1991.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **A biografia como problema: entrevista**. [agosto, 2012]. Ouro Preto: Revista História da Historiografia. Entrevista concedida à Adriana Barreto de Souza; Fábio Henrique Lopes.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A educação na Primeira República. In: LOMBARDI, J. C, SAVIANI, D. NASCIMENTO, M. I (orgs). **Navegando pela História da educação brasileira**. Campinas, SP: Gráfica FE UNICAMP/HISTEDBR, v. 1, pp. 1-769, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo. vol.14, nº 4, 2000.

MARX, Karl. **O Capital** (livro I). Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre literatura e arte**. Tradução de Albano Lima. Lisboa: Editora Estampa, 1974.

MEIHY, J. C. S. B. ; LEVINE, R. S. B.. **Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus: emblemas do silêncio**. Revista USP, nº 37. São Paulo, março/maio, 1998, pp. 82-91.

\_\_\_\_\_. **Ditos e interditos: Ensaio de despedida de Carolina Maria de Jesus**. In: BARCELLOS, Sergio. Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus. [ebook]. Rio de Janeiro e Sacramento, 2015.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy**. [maio, 2014]. Caderno Pensar. Entrevista concedida à Aline Alves Arruda; Eduardo de Assis Duarte; Margarete Aparecida de Oliveira; Marcos Antônio Alexandre; Gustavo Tanus; Pedro Henrique Souza; Rafaela Pereira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/1023-entrevista-com-jose-carlos-sebe-bom-meihy>.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **Aquém do Quarto de Despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, nº 22, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PETRONES, Pasquale. **A cidade de São Paulo no século XX: São Paulo transforma-se em metrópole industrial**. Revista de História, São Paulo, v. 10, nº 21-22, 1955.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PRIORY, Mary del. **Quando o indivíduo encontra a História**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v.10, nº 19, pp. 7-16, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.

RIOS, Fábio Daniel. **Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo**. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, pp. 1-22, 2013.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Habitação em São Paulo**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, nº 48, 2007.

SANTANA, Djanira Ribeiro. **Legislação e políticas públicas para a educação no Brasil: o lugar da educação infantil neste contexto**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, vol.7, nº 12; 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12 nº 34, 2007.

\_\_\_\_\_. **A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001)**. III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, 2004.

SILVA, José Carlos Gomes da. **História de vida, produção literária e trajetórias urbanas da escritora negra Carolina Maria de Jesus**. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

\_\_\_\_\_. **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Tradução de Waltensir Outra. Rio: Zahar, 1981.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade, na História e na Literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## IMAGEM

FARIAS, Tom. **Da janela do seu barraco, um hábito corriqueiro: leituras, neste caso um livro de gramática**. 2017. 1fot., p&b. 15cm x 23cm.